

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

CRISTIANE ARAUJO MEIRA

**A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO TÉCNICO
PROFISSIONALIZANTE: UM ESTUDO DE CASO NO *CAMPUS*
CARIACICA DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA
2015

CRISTIANE ARAUJO MEIRA

**A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO TÉCNICO
PROFISSIONALIZANTE: UM ESTUDO DE CASO NO *CAMPUS*
CARIACICA DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública, na área de Gestão de Operações no Setor Público.
Professora orientadora: Dr^a. Dirce Nazaré de Andrade Ferreira.

VITÓRIA
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M514e Meira, Cristiane Araujo, 1981-
A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no *campus* Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo / Cristiane Araujo Meira. – 2015.
118 f. : il.

Orientador: Dirce Nazaré de Andrade Ferreira.
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Evasão Escolar. 2. Ensino Profissional. 3. Ensino Técnico. I. Ferreira, Dirce Nazaré de Andrade, 1965-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 35

CRISTIANE ARAUJO MEIRA

**A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO TÉCNICO
PROFISSIONALIZANTE: UM ESTUDO DE CASO NO *CAMPUS*
CARIACICA DO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública, na área de Gestão de Operações no Setor Público.

Aprovado em 14 de julho de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Dirce Nazaré de Andrade Ferreira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Glicia Vieira dos Santos
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Externo

Prof^a. Dr^a. Neusa Balbina de Souza
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma colaboraram para a conclusão desse trabalho e ajudaram nesta difícil tarefa de pesquisar, produzir conhecimento e inovar, tornando a caminhada mais prazerosa.

Agradeço a Deus, acima de todas as coisas! Sempre iluminando o meu caminho, guiando os meus passos e sendo a força da minha vida.

Ao meu esposo e companheiro, Joubert, exemplo de cumplicidade, amor e respeito aos meus sonhos e às minhas opções, paciente e compreensivo nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, Perli (*in memoriam*) e Marly, os quais sempre incentivaram meus estudos e me ensinaram o caminho a trilhar.

À minha família, pelo apoio incondicional e sempre ao meu lado com carinho e atenção, incentivando-me em todos os momentos e compreendendo a minha ausência.

Em especial à professora Dirce, minha orientadora, pela competência e paciência com que conduziu todo o trabalho de orientação.

Este mestrado oportunizou, além de meu crescimento, o convívio com colegas e professores de qualidades inestimáveis.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho: muito obrigada!

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho trata da evasão escolar caracterizada pela saída definitiva do aluno de seu curso de origem, em qualquer etapa, sem concluí-lo e procurou analisar e compreender tal fenômeno nas turmas do Curso Técnico em Ferrovias ingressantes entre o ano de 2006 e 2014, na modalidade concomitante ao ensino médio, ofertado pelo *Campus Cariacica* do Instituto Federal do Espírito Santo. Este estudo justificou-se pela relevância do tema que se faz presente em todas as modalidades de ensino e preocupa muitos profissionais na área de educação devido às consequências que acarreta para toda sociedade, porém poucas pesquisas voltam-se para o ensino técnico profissional. O objetivo do trabalho foi verificar o quantitativo de alunos evadidos e os motivos que culminaram na decisão de desistência, bem como identificar as caracterizações que permearam o contexto propulsor do abandono visando compreender sua ocorrência e refletir sobre alternativas contundentes para a solução do problema. Os estudos pautaram-se na pesquisa bibliográfica, documental e de campo, cujos procedimentos para coleta de dados consistiram na análise documental dos históricos escolares dos discentes e em entrevistas semiestruturadas com uma amostra dos alunos evadidos, os quais permitiram a análise quantitativa e qualitativa das informações. A apresentação dos dados quantitativos sistematizados estatisticamente alertou-nos para a elevada taxa de abandono presente em todas as turmas ofertadas, apresentando percentuais de evasão que variavam entre 23,44% e 62,85%. Já a análise qualitativa apurou a existência de fatores internos e externos à instituição como motivadores da evasão escolar, influenciada por um conjunto de situações relacionadas tanto ao estudante quanto à escola. Diante dos resultados, destaca-se a necessidade de ampliação e aprofundamento da discussão sobre o tema de forma que haja maior explicitação e visibilidade do problema na busca de nortear ações transformadoras a serem implementadas em cada realidade escolar identificada, a partir da sensibilização e comprometimento de todos os sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Evasão Escolar. Educação Profissionalizante. Ensino Técnico. Curso Técnico Concomitante.

ABSTRACT

This paper deals with the school evasion characterized by student's leaving school of his course of origin, at any stage, without completing it. It also tried to analyze and understand this phenomenon in the classes of the Technical Course in entering Railways Course between 2006 and 2014, in the high school concurrent mode, offered by *Campus Cariacica* at the Federal Institute of Espírito Santo. This study was justified by the relevance of the theme that is present in all forms of education and it worries many professionals in education due to the consequences it brings for the whole society. In spite of this, few researches turn to the area of professional technical education. The objective was to verify the amount of dropout students and the reasons that led to this decision and identify the characterizations that let the propellant context of abandonment happens in order to understand their occurrence and reflect on compelling alternative to solve the problem. The studies were based on bibliography, documentary and field research. These procedures for data collection consisted of documentary analysis of the transcripts of students and semi-structured interviews with a sample of dropout students, which allowed the quantitative and qualitative analysis of information. The presentation of quantitative data statistically systematized alerted us to this high dropout rate in all classes offered, with percentages of evasion ranging from 23.44% to 62.85%. On the other hand, the qualitative analysis found the existence of internal and external factors to the institution as motivators of school evasion, influenced by a set of related situations both to the student and to the school. According to these results, it's possible to point out the need for broadening and deepening the discussion on the subject in order to have a greater clarification and a visibility of the problem aiming to guide transformative actions to be implemented in each school reality identified from the awareness and commitment of all those involved.

Keywords: Dropouts. Professional Education. Technical Teaching. Concurrent Technical Course.

LISTA DE SIGLAS

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

CONAE – Conferência Nacional de Educação

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

EAA – Escola de Aprendizizes e Artífices do Espírito Santo

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ETFES – Escola Técnica Federal do Espírito Santo

FGP – Fórum de Gestão Pedagógica

FIC – Formação Inicial e Continuada

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPEPT – Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

TCU – Tribunal de Contas da União

UNED – Unidade Descentralizada de Ensino

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – A evasão no Curso Técnico em Ferrovias	84
Gráfico 2 – A evasão por turno	86
Gráfico 3 – A evasão por gênero	87
Gráfico 4 – A evasão por faixa etária.....	88
Gráfico 5 – Estado civil dos alunos evadidos	89
Gráfico 6 – Cidade de moradia.....	89
Gráfico 7 – A renda familiar	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados numéricos de matrícula e evasão	83
Tabela 2 – Características dos evadidos entrevistados	92

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro da entrevista com os alunos evadidos	118
---	-----

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO	15
1.1 INTRODUÇÃO	15
1.2 O CONTEXTO E O PROBLEMA DA PESQUISA	16
1.3 OBJETIVOS	19
1.3.1 Objetivo geral	19
1.3.2 Objetivos específicos	19
1.4 JUSTIFICATIVA	19
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
2.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA	23
2.2 A ANÁLISE DOS DADOS	24
2.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA	24
CAPÍTULO III – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	26
3.1 A EVASÃO ESCOLAR - CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEITUAÇÃO	26
3.2 AS MOTIVAÇÕES PARA O ABANDONO ESCOLAR	36
3.3 UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DESSE FENÔMENO	51
3.4 A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	60
3.4.1 A educação profissional	60
3.4.2 A expansão da rede federal de educação profissional	62
3.4.3 O fenômeno da evasão escolar no ensino técnico profissionalizante	67
CAPÍTULO IV – PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	75
4.1 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ANALISADA	75
4.1.1 O <i>campus</i> Cariacica do IFES	76
4.1.2 O curso Técnico em Ferrovias	79
4.2 DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS DO ESTUDO E O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	80

4.3 ANÁLISE DOS DADOS	81
4.3.1 Análise quantitativa da pesquisa	82
4.3.2 Análise qualitativa da pesquisa: entrevistas com alunos evadidos	91
CAPÍTULO V – DISCUSSÕES E CONCLUSÃO	102
5.1 O COMBATE À EVASÃO ESCOLAR	102
5.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	110

CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

A educação escolar desempenha importante papel na sociedade ao apresentar-se como fator de inclusão e desenvolvimento de um país. Nesse sentido, a educação como processo pedagógico sistematizado de intervenção na dinâmica da vida social é considerada hoje objeto de estudos científicos que visam à definição de políticas estratégicas para o desenvolvimento integral das sociedades.

Diante desse contexto, verifica-se que o processo educacional brasileiro tem passado por consideráveis transformações ao longo dos anos, com o objetivo de buscar implementar políticas e legislações que visem garantir o acesso, a permanência e o sucesso do educando nas instituições de ensino. No entanto, o sistema educacional do país ainda encontra-se diante de vários desafios, dentre os quais se destaca a evasão escolar.

A evasão é tema que esteve sempre presente em nosso contexto educacional e tem ganhado destaque nas discussões atuais, pois ainda se configura como grande problema a ser enfrentado pelos sistemas de ensino, pela sociedade e pelo Estado, já que pode ser caracterizada como fator que contribui para a redução da eficácia da educação no processo de inclusão social, que se dá em virtude do afastamento do aluno da escola.

Dessa forma, as dificuldades de acesso e permanência existentes na educação brasileira são marcas significativas de seu sistema educacional e os elevados índices apresentados para a evasão escolar, que perpassam desde a educação básica, a educação profissional até o ensino superior, continuam sendo uma grande preocupação de estudiosos e profissionais da área educacional.

No entanto, apesar das relevantes pesquisas de autores como Zaia Brandão, Rosemary Dore e Ana Zuleima Lüscher, Miriam Abramovay e Mary Garcia Castro, é possível afirmar que ainda há escassez de informações teóricas e empíricas sobre o problema, o que nos leva a evidenciar a necessidade de maior aprofundamento

nestes estudos e na condução de seus resultados, como forma de minimizar os números existentes a partir de discussões que busquem a elaboração de estratégias mais eficazes de redução da evasão.

Diante dessa realidade, é correto afirmar que conhecer o fenômeno da evasão escolar favorecerá a realização de outros estudos e ações que busquem formas de evitá-lo, contribuindo assim, para a permanência do aluno na escola e para o seu desenvolvimento humano, culminando na prevenção das diversas consequências advindas do processo de abandono escolar.

1.2 O CONTEXTO E O PROBLEMA DA PESQUISA

A evasão escolar apresenta-se como fenômeno persistente em todas as modalidades de ensino ao longo da história da educação brasileira, e assim também acontece na modalidade de ensino técnico profissionalizante, o qual, nos últimos anos, está inserido em um contexto no qual a busca pela implementação de políticas públicas voltadas para a sua redemocratização se faz presente a partir da construção de novas escolas e da ampliação da oferta de vagas em novos cursos.

A rede federal de educação vivencia nos dias atuais uma política educacional de grande expansão do ensino técnico no Brasil, passando por um processo diferenciado em sua história no que diz respeito ao seu crescimento. Sabe-se que de 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Já de 2003 a 2010, 214 novas instituições previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional foram criadas, além de outras escolas federalizadas, perfazendo uma estimativa total de 562 unidades entregues até o final de 2014, conforme dados do Ministério da Educação.

Dessa forma, novas instituições foram construídas e diversos cursos foram criados tendo em vista a ampliação de oportunidades de estudos e qualificação profissional a uma quantidade maior de jovens, como também, o atendimento a um mercado de trabalho que exige cada vez mais qualificação e aperfeiçoamento dos indivíduos.

Por esse motivo a educação profissional está ocupando cada vez mais espaço à medida que aumenta o seu papel na dinâmica da sociedade moderna, já que a evolução rápida do mundo exige uma atualização contínua dos saberes.

Porém, apesar do conhecido sobre a grande expansão do acesso à educação técnica, é correto afirmar que o abandono escolar se mantém em níveis preocupantes. Em entrevista ao site G1 Educação (2013), o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Marco Antônio de Oliveira, afirma que muitos dos problemas de evasão se devem justamente à "expansão histórica" que a rede de educação profissionalizante vive. "Durante um século tivemos 140 unidades, em pouco mais de 10 anos saltamos para 440 campi. Trata-se de uma expansão histórica, de larga escala e em alta velocidade, o que gera um descompasso".

No entanto, fica evidente que a proposta de redemocratização do ensino técnico deve ir além da ampliação de vagas para o acesso dos estudantes, mas, precisa perpassar também, e principalmente, situações e propostas que favoreçam a permanência do jovem na instituição e o seu bom desempenho acadêmico ao longo do curso, de forma a proporcionar por meio de um ensino de qualidade a efetiva promoção social desse indivíduo.

Para isso, é necessário conhecer em profundidade as diversas causas e situações atreladas ao processo da evasão escolar, as quais precisam ser identificadas com o intuito de serem evitadas, bem como, culminar na proposição de melhorias nas políticas públicas existentes, pois os crescentes números de evasão escolar podem acarretar sérios problemas tanto para as instituições de ensino quanto para os próprios estudantes.

Diante do exposto, o interesse pela temática que investiga o fenômeno da evasão escolar na educação profissional surgiu a partir da experiência do trabalho desenvolvido como pedagoga em uma unidade de ensino técnico advinda da primeira etapa de expansão da rede federal e inaugurada no ano de 2006, a qual abriu as portas com vagas para um curso técnico inédito em todo o Brasil, o Curso Técnico em Ferrovias, visando suprir as necessidades do mercado de trabalho regional e nacional. No entanto, apesar da expectativa dos estudantes em torno

dessas novidades, foi possível verificar a ocorrência de desistências e evasão ao longo dos anos.

Portanto, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre a questão e buscar a sistematização das informações a respeito da evasão escolar, a proposta da pesquisa volta-se para a investigação dos dados de todos os alunos matriculados no Curso Técnico em Ferrovias, na modalidade concomitante ao ensino médio, tendo sua primeira turma sido ofertada no semestre 2006/2 e a última no semestre 2014/2. O curso possui duração de quatro semestres e é oferecido pelo Campus Cariacica do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

É válido destacar que a escolha de pesquisar o Curso Técnico em Ferrovias, na modalidade concomitante ao ensino médio – àquela quando o aluno pode iniciar o curso profissionalizante em concomitância ao terceiro ano do ensino médio – deu-se por ter sido o primeiro curso oferecido pelo campus ao iniciar suas atividades.

Para tanto, a partir do contexto posto, apontamos como questão de investigação na tentativa de compreender o fenômeno da evasão escolar:

- Qual o quantitativo de alunos evadidos do Curso Técnico em Ferrovias, na modalidade concomitante ao ensino médio, e quais os motivos levaram esses jovens a abandonarem a sala de aula?

E, com a certeza de que a questão proposta impele outras perguntas, traçamos os seguintes propósitos de pesquisa:

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral:

Identificar o quantitativo de alunos evadidos do Curso Técnico em Ferrovias, na modalidade concomitante ao ensino médio, do *campus* Cariacica do Ifes e os motivos da evasão escolar.

1.3.2 Objetivos específicos:

- Verificar o quantitativo de alunos evadidos do Curso Técnico em Ferrovias, na modalidade concomitante ao ensino médio, no *campus* Cariacica;
- Caracterizar o perfil dos alunos evadidos;
- Identificar as causas inerentes à decisão de desistência por parte desses alunos;
- Analisar as possíveis medidas a serem adotadas pela instituição na busca de evitar novas desistências.

1.4 JUSTIFICATIVA

É correto afirmar que a evasão escolar é um tema atual e que preocupa muitos profissionais na área de educação e nas instituições de ensino. No entanto, através da leitura de textos, artigos e teses, percebe-se que a maioria dos estudos estão voltados para a evasão escolar do ensino fundamental e médio, com poucas pesquisas voltadas para o ensino técnico (CRAVO, 2011). “Quando se trata de educação técnica há poucas pesquisas e/ou informações sistematizadas sobre a evasão” (DORE e LÜCHER, 2011, p.775).

Nesse sentido, julgamos o trabalho de grande relevância já que há uma lacuna de estudos que investiguem e sistematizem dados e informações a respeito da evasão escolar nesta modalidade de ensino. Dessa forma, os esforços serão revertidos em relevantes resultados científicos para toda a comunidade acadêmica e escolar, que ao conseguir verificar a ocorrência e identificar os fatores relacionados ao fenômeno de evasão, poderá buscar alternativas mais contundentes para a solução do problema.

Além disso, outro fator de considerável significância reside na análise do processo do abandono escolar a partir de dados das turmas ingressantes em um curso inédito no país, ofertado em uma unidade nova de ensino técnico da rede federal, permitindo o esclarecimento e a reflexão sobre os principais fatores a serem considerados pelos gestores ao se planejar a implementação e a abertura de futuras vagas em novos cursos, de forma que não haja grande número de desistências.

Tudo isso converge para a maior relevância do estudo ao se propor uma intervenção social cuja preocupação se volta para a redução dos índices de evasão escolar a partir da busca da melhoria da qualidade do ensino, possibilitando ao estudante a permanência e a conclusão do seu curso com êxito, evitando desperdícios de investimentos por parte do governo e experiências de fracasso escolar aos alunos.

CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de verificar o quantitativo de alunos evadidos e de identificar as causas inerentes à evasão escolar no universo desta pesquisa, partindo do pressuposto da taxonomia de Vergara (2009) de que a pesquisa pode ser classificada quanto aos seus meios e aos seus fins, a metodologia a ser empregada neste estudo caracteriza-se, quanto aos seus meios, como bibliográfica, de campo, documental e de investigação *ex post facto*, proporcionando embasamento e sustentação para um estudo de caso. Em relação aos fins, a pesquisa é exploratória, descritiva e explicativa.

Conforme Gil (2010, p.29), “praticamente toda pesquisa acadêmica requer em algum momento a realização de trabalho que pode ser caracterizado como pesquisa bibliográfica”, sendo uma etapa que se desencadeia com base em material já publicado a respeito do assunto pesquisado, com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, como a identificação de seu estágio atual do conhecimento referente ao tema.

A pesquisa de campo, segundo Fachin (2003), é caracterizada pela observação do contexto no qual é detectado um problema, o qual passa a ser examinado. O estudo de campo focaliza uma comunidade “[...] basicamente é desenvolvido por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo” (GIL, 2006, p.175). Dessa forma, este estudo é considerado de campo pois implicará em uma investigação empírica a partir da observação de fatos e fenômenos sobre a evasão escolar exatamente como ocorrem no real, com a coleta de dados de determinado grupo de alunos de uma instituição de ensino técnico.

A natureza documental do estudo se dá pela análise de documentos internos da instituição disponíveis na Coordenadoria de Registros Acadêmicos e no Núcleo Pedagógico, responsáveis por arquivarem todos os dados acadêmicos dos alunos. Martins e Theóphilo (2009) afirmam que a estratégia de pesquisa documental é característica dos estudos que utilizam os mais variados tipos de documentos como

fonte de dados, informações e evidências, os quais podem estar arquivados em entidades públicas e privadas.

Já o recorte *ex post facto* da pesquisa surge pelo fato de o estudo se realizar a partir do fato passado, quando o fenômeno da evasão escolar verificado já ocorreu no contexto da instituição. Segundo Gil (2008), a pesquisa lida com variáveis não manipuláveis que, quando chegam ao pesquisador, já exerceram seus efeitos sobre a realidade, “refere-se ao fato já ocorrido”.

E assim, remete-se a um estudo de caso ao tratar-se de uma investigação empírica que pesquisa fenômenos dentro de um contexto real, “cujo objetivo é o estudo de uma unidade social que se analisa profunda e intensamente”. O estudo de caso permite a “penetração na realidade social onde o pesquisador não tem controle sobre eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação”, descrevendo, compreendendo e interpretando a complexidade de um caso concreto (MARTINS e THEÓPHILO, 2009, p.68).

Quanto aos fins, a pesquisa é exploratória já que tem o propósito de obter “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]” (GIL, 2006). Para Vergara (2009), a pesquisa exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Dessa forma, tal caracterização se dá a partir da observação de uma carência de pesquisas que abordam o tema da evasão escolar no local de estudo.

A abordagem descritiva da pesquisa remete-se à descrição das características de determinada população, ou seja, a quantificação dos números incidentes de evadidos e o relato das motivações atreladas a esse processo. De acordo com Vergara (2009, p.42), um estudo é descritivo porque “expõe características de determinada população ou determinado fenômeno”.

E, por fim, o viés explicativo da pesquisa se dá partir do interesse pelo conhecimento da realidade dos alunos evadidos na tentativa de explicar as características desse fenômeno e os fatores envolvidos no processo de abandono escolar. Conforme destaca Gil (2009), a preocupação central das pesquisas explicativas está em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de

determinados fenômenos, “tornar algo inteligível, justificar lhe os motivos” (VERGARA, 2009, p.47).

2.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

População é o “[...] conjunto de indivíduos ou objetos que apresentam em comum determinadas características definidas para o estudo”. Já a amostra “é um subconjunto da população”, seguindo algum critério de representatividade (MARTINS e THEÓPHILO, 2009, p.114).

Nessa perspectiva, a população da pesquisa foi o *Campus* Cariacica do Instituto Federal do ES (Ifes), compreendendo como amostra todos os alunos que ingressaram no Curso Técnico em Ferrovias na modalidade concomitante ao ensino médio, desde o seu início, no semestre 2006/2, até a última turma ofertada em 2014/2, com alunos matriculados nos turnos vespertino e noturno, perfazendo um total de 342 (trezentos e quarenta e dois) alunos.

Um levantamento dos dados dos históricos escolares dos estudantes desse período foi feito com o intuito de identificar a quantidade de alunos evadidos e caracterizações quanto ao turno da matrícula, gênero, idade, estado civil, local de moradia e renda familiar. A partir desses dados, aqueles identificados evadidos foram contatados para a realização de entrevistas com a finalidade de discutir a respeito dos motivos que o levaram a desistir do curso e as possíveis consequências desse ato. Logo, a pesquisa apresenta análises quantitativa e qualitativa, de acordo com a característica dos dados coletados.

2.2 A ANÁLISE DOS DADOS

Quanto à característica dos dados, a pesquisa pode ser classificada como qualitativa e quantitativa. Seu viés quantitativo é atribuído pela análise dos dados levantados nos históricos escolares e dados das fichas dos alunos para a identificação do número de desistentes e suas caracterizações. Tais dados foram analisados por meio de estatística descritiva através da organização, sumarização e descrição do conjunto de dados.

Já a caracterização qualitativa do estudo é atribuída pelas entrevistas que foram realizadas com tais alunos evadidos para entender os fatores inerentes ao processo do abandono escolar. A necessidade de se aprofundar no tema estudado sob o aspecto subjetivo foi demonstrada devido ao fato de apresentar-se como a melhor estratégia para alcançar as evidências e interpretações da realidade do próprio aluno evadido, e assim, entender o contexto da situação do abandono para a busca da solução de um problema social.

Portanto, as pesquisas quantitativas são postuladas por Chizzotti (2001) como aquelas que preveem a mensuração de variáveis mediante a análise da frequência da incidência, em que o pesquisador as descreve, explica e prediz. Para as pesquisas qualitativas, é necessário fundamentar-se em dados coligados nas interações interpessoais, “na coparticipação das situações dos informantes, analisadas a partir da significação que estes dão aos seus atos. O pesquisador participa, compreende e interpreta” (CHIZZOTTI, 2001, p.52).

2.3 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O principal instrumento de pesquisa utilizado neste estudo foi a entrevista, realizada com o intuito de conhecer os fatores relacionados ao processo de abandono escolar. A entrevista é uma técnica de pesquisa para coleta de informações, dados e evidências cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que os

entrevistados atribuem a questões e situações em contextos não estruturados anteriormente (MARTINS e THEÓPHILO, 2009). Esse instrumento possibilita a obtenção de dados referentes aos mais variados aspectos da vida social, permitindo que o entrevistador se aprofunde em pontos ainda pouco explorados.

Para melhor compreender o contexto que levou os estudantes a desistirem do curso, foi utilizada a entrevista semiestruturada, conduzida com o uso de um roteiro (APÊNDICE A), mas com a liberdade de ser acrescentadas novas questões pelo entrevistador para a melhor obtenção de informações, dados, opiniões e evidências sobre o tema.

Dessa forma, a partir da identificação dos discentes evadidos, uma amostra estratificada aleatória dos alunos desistentes foi definida com base nas características identificadas para esse grupo. Os alunos foram contatados para o desenvolvimento da entrevista semiestruturada com a finalidade de discutir a respeito dos motivos que o levaram a desistir do curso.

CAPÍTULO III – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão expostos e discutidos alguns estudos e conceitos existentes a respeito da evasão escolar, a partir dos quais a pesquisa se dará.

3.1 A EVASÃO ESCOLAR - CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEITUAÇÃO

A evasão escolar apresenta-se, historicamente, como uma das fraquezas do sistema educacional brasileiro. O tema vem sendo discutido por pesquisadores e educadores há algum tempo, ganhando destaque nos dias atuais devido ao fato de ser uma questão ainda longe de estar resolvida, com índices de abandono escolar crescentes atingindo taxas altíssimas em todo o país, afetando os diversos níveis de ensino em instituições públicas e privadas.

Queiroz (2010) relata que a evasão escolar não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro. Este fenômeno destaca-se como ponto preocupante para todos nele envolvidos, como alunos, pais, professores e instituição de ensino, evidenciando que é cada vez maior a preocupação com crianças, jovens e adultos que chegam à escola, mas que nela não permanecem.

Tal fenômeno pode ocasionar sérias repercussões acadêmicas, sociais e econômicas, acarretando problemas escolares para os alunos e para a sociedade. Também problemas de natureza pedagógica e administrativa para o sistema educacional, assim como, perdas financeiras para as instituições de ensino e para o governo, devido a gastos desnecessários e investimentos desperdiçados com materiais e profissionais para vagas que são preenchidas por alunos que não concluem os cursos.

O problema da evasão escolar foi revelado desde os primeiros estudos estruturados sobre essa questão no Brasil, conforme explicita Brandão (1983) ao se referir à

apresentação de resultados obtidos no primeiro levantamento estatístico global da situação do ensino depois da Revolução de 1930, em maio de 1934, que dizia:

O que mais impressiona não é só a taxa de crianças em idade escolar fora das escolas. Para oito milhões de crianças nessas condições, não foi surpresa saber-se que pouco mais de dois milhões estão arroladas nas escolas. Mas a frequência não chega a 70%. E sobre frequência assim reduzida, a deserção escolar é sintoma impressionante. Mesmo para o ensino fundamental comum, a taxa dos estudantes que chegam a concluir o curso não atinge a seis por cento. O rendimento efetivo real do ensino primário no Brasil é, pois, dos mais pobres em todo o mundo, à vista dessa deserção (BRANDÃO, 1983, p.9).

A partir dos anos 50, o aumento da demanda pelo Ensino Fundamental e a massificação de um ensino antes restrito a pequenas parcelas da população trouxe modificações substantivas ao sistema de ensino brasileiro, conforme aponta Tiballi (1998). Para ela, o rápido e desordenado aumento da rede pública de ensino teria recriado a problemática das desigualdades educacionais, evidenciando a realidade de um sistema de ensino que permanecia excluindo da escola a parcela maior da população. Isto devido ao despreparo dos professores, à baixa qualidade do ensino oferecido, à manutenção da retenção do fluxo devido à permanência do gargalo no Segundo Grau e a alta seletividade no Terceiro.

Nessa perspectiva de diagnóstico histórico, Brandão (1983, p.46) destaca a partir de suas análises que mesmo após vários anos, em 1983, o Brasil apresentava ainda uma situação não muito diferente daquela de 1934, quando “para cada mil crianças que se matriculavam na primeira série do primeiro grau, somente cento e oitenta chegavam ao último ano”, confirmando assim, o fenômeno de altos índices de evasão escolar presente ao longo dos anos na educação brasileira.

Os estudos de Patto (1999) também evidenciam dados de que nos últimos cinquenta anos do século passado houve a permanência de índices consideráveis de evasão na escola pública elementar e ainda, paralela a eles, durante décadas, a recorrência de descrições de determinados aspectos do sistema escolar e de recomendações que visavam alterar o quadro descrito. A autora complementa:

[...] Inúmeras passagens levam à sensação de que o tempo passa, mas alguns problemas básicos do ensino brasileiro permanecem praticamente intocados, apesar das intenções demagogicamente proclamadas por tantos políticos e dos esforços sinceramente empreendidos por muitos pesquisadores e educadores. (PATTO, 1999, p. 138).

Em 1988, a promulgação da Constituição Federal marca um avanço na implementação de políticas e legislações que virão na tentativa de garantir o acesso, a permanência e o sucesso do educando nas instituições de ensino. Em seu artigo 205, a lei coloca a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Estabeleceu ainda em seu Artigo 206, Inciso I, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

Derivada da Constituição Federal no que tange a educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) também propiciou significativas mudanças no panorama da educação nacional já que passou a determinar responsabilidades por políticas públicas para a educação em âmbitos nacional, estadual e municipal, preconizando os objetivos e as metas a serem alcançados para universalização da Educação Básica, compreendida em três níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

No entanto, apesar de alguns avanços obtidos na legislação brasileira desde a Constituição Federal de 1988 até os dias atuais e a culminância de certa redução nos índices de evasão, se comparados aos dados destacados inicialmente, é correto afirmar que o Brasil ainda apresenta valores elevados de evasão escolar, conforme evidenciam os dados do Relatório de Desenvolvimento 2012, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual revelou que com o percentual de 24,3% o Brasil possuía a terceira maior taxa de abandono escolar entre os cem países com maior IDH (índice de desenvolvimento humano).

Isto porque, na prática, a universalização da educação básica ainda não é garantida para todos e as dificuldades de acesso e permanência são problemas reais e significativos do sistema educacional brasileiro, o que tem provocado situações de desigualdade, exclusão e gerado problemas sociais, os quais se agravam no contexto escolar, onde é mantido esse processo de exclusão visto a partir das altas taxas de evasão. Embora algumas medidas governamentais tenham sido tomadas para erradicar a evasão escolar, as políticas públicas existentes se mostram pouco eficientes para garantir a permanência do aluno na escola.

É importante destacar que a democratização da educação não se limita ao acesso à instituição educativa. O acesso é, certamente, a porta inicial para a democratização, mas torna-se necessário, também, garantir que todos os que ingressam na escola tenham condições de nela permanecer, com sucesso. Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade (BRASIL, 2010, p.53).

Está demonstrado, portanto, conforme já afirmava Santana (1996), que a evasão escolar se configura como um dos maiores e mais preocupantes desafios do sistema educacional, pois é fator de desequilíbrio, desarmonia e desajustes dos objetivos educacionais pretendidos. Por sua vez, Dore e Lüscher (2011) ressaltam que o abandono escolar confronta-se com aquele preceito constitucional segundo o qual é direito da pessoa, além da oportunidade de acesso à escola, ter garantidas as condições de permanência.

Para Schargel e Smink (2002) a definição do problema é o primeiro passo para a busca de sua solução, apesar de ser um processo muito complexo, pois existem diversos tipos de evasão e diversas causas atreladas ao fenômeno do abandono escolar. Outros pontos destacados como relevantes pelos autores referem-se à necessidade de delineamento do perfil dos alunos e do conhecimento dos fatores relacionados às altas taxas de desistência escolar.

Dessa forma, diante da averiguação da magnitude do assunto, percebe-se como crucial para o aprofundamento dos estudos que haja uma caracterização do termo evasão, já que muitos conceitos podem permear essa questão. Castro e Malacarne (2011) ressaltam que o termo evasão escolar é muitas vezes utilizado em vários contextos com diferentes significados. De certo, “o conceito de evasão vai além do emaranhado de palavras que juntas o formam, antes, perpassa por questões cognitivas, psicoemocionais, socioculturais, socioeconômicas, institucionais e atitudinais” (BRASIL, 2006).

Os evadidos da escola são também os excluídos sociais e é impossível entender a exclusão de forma fragmentada como a social, a econômica, a política, a escolar [...] Qualquer tipo de exclusão compromete o indivíduo no seu papel de cidadão. O ser humano é um cidadão quando tem participação integral na sociedade [...] (BONETI, 2003, p.35).

Para Queiroz (2010), evasão escolar é o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível. Consiste no ato ou processo de evadir, de fugir, de escapar ou esquivar-se dos compromissos assumidos ou por vir a assumir. Nesse sentido, é possível verificar que o termo evasão refere-se ao abandono de uma instituição. Reinert e Gonçalves (2010) compartilham a ideia de que, em linhas gerais, a evasão escolar compreende o abandono da escola durante o período letivo, ou seja, o aluno se matricula, inicia suas atividades escolares, porém, em seguida deixa de frequentar a escola.

Corroborando tal entendimento, Johann (2012) define a evasão como um fenômeno caracterizado pelo abandono do curso, quando há o rompimento do vínculo jurídico estabelecido, sem a renovação do compromisso ou sua manifestação de continuar no estabelecimento de ensino. Acrescenta ainda que, essa situação de evasão é vista como abandono, sem a intenção de voltar, uma vez que não renovando a matrícula rompe-se o vínculo existente entre aluno e escola.

Nas pesquisas de Abramovay e Castro (2003) os termos evasão escolar e abandono escolar são conceitualmente diferenciados. Para os autores, a evasão escolar refere-se ao aluno que deixa a escola, mas com a possibilidade de retorno à mesma, já o abandono escolar ocorre quando o estudante deixa a escola em definitivo.

O estudo realizado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, designada pelo MEC no ano de 1996, classifica e distingue a evasão escolar em seus diversos contextos:

Evasão de curso – ocorre quando o estudante desliga-se do curso em situações diversas, tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;

Evasão da instituição – ocorre quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;

Evasão do sistema – ocorre quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o curso no qual está matriculado (MEC, 1996, p.19).

A mesma comissão ressalta ainda, a importância da definição apresentada por Bueno (1993, p.13) quando este distingue o termo evasão de exclusão. Para o autor, a primeira corresponde “a uma postura ativa do aluno que decide desligar-se por sua

própria responsabilidade”, enquanto a segunda “implica a admissão de uma responsabilidade da escola e de tudo que a cerca por não ter mecanismos de aproveitamento e direcionamento do jovem que se apresenta para uma formação”.

O estudo também aponta que outros pesquisadores distinguem evasão de mobilidade e criticam a utilização de conceituações uniformes na abordagem de processos heterogêneos. Essa proposição é apresentada por Ristoff (1995), quando explicita que a evasão corresponde ao abandono dos estudos, enquanto mobilidade corresponde ao fenômeno de migração do aluno para outro curso.

Nessa vertente, o autor nos atenta para a sua interpretação a respeito do tema ao se manifestar:

Parcela significativa do que chamamos evasão, no entanto, não é exclusão, mas mobilidade, não é fuga, mas busca, não é desperdício, mas investimento, não é fracasso – nem do aluno, nem do professor, nem do curso ou da instituição – mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural do crescimento dos indivíduos faz sobre suas reais potencialidades (RISTOFF, 1995, p.25).

Cardoso (2008), por sua vez, apresenta e diferencia os termos “evasão aparente”, a qual se refere à mobilidade de um curso para outro, de “evasão real”, quando há a desistência do curso no qual o aluno está matriculado. Nessa perspectiva, Silva Filho (2007) acrescenta e define dois aspectos similares, mas não idênticos, ao tratar de “evasão anual”, que verifica a diferença entre alunos matriculados de um ano para o outro, e a “evasão total”, ao comparar o número de alunos matriculados com o número final de alunos concluintes.

A discussão é ampliada por Dore e Lüscher (2011) ao argumentarem que a discussão acerca da problemática da evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas tais quais: a retenção e a repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino e o abandono da escola. Englobando ainda, aqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, e ao estudante que concluiu um determinado nível de ensino, mas abandonou outro.

Para as autoras, outro aspecto considerado relevante nas situações de evasão é o nível escolar em que ela ocorre, pois o abandono da escola fundamental ou de nível médio é significativamente diferente daquele que ocorre na educação de adultos ou na educação superior. Isso porque, a não obrigatoriedade de determinado nível de ensino tem consequências significativas sobre o fenômeno da evasão,

[...] levando alguns pesquisadores do assunto a distinguir três dimensões conceituais indispensáveis à investigação do abandono escolar: níveis de escolaridade em que ela ocorre, como a educação obrigatória, a educação média ou a superior; tipos de evasão, como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva, dentre outras; e as razões que motivam a evasão como a escolha de outra escola, um trabalho, o desinteresse pela continuidade de estudos, problemas na escola, problemas pessoais ou problemas sociais (DORE; LÜSCHER, 2011, p.150).

Considerando tal contexto, Castro e Malacarne (2011) avaliam que diversas são as variações existentes para a conceituação da evasão escolar de acordo com o nível de ensino e apontam o quanto isso atrapalha na quantificação precisa dos casos e no entendimento dos reais motivos que influenciam o processo do abandono escolar. Na educação básica, por exemplo, se entende por evasão apenas os casos em que os alunos deixam de frequentar a sala de aula, desconsiderando demais situações de saída do aluno da escola. No ensino superior a situação se repete e essa conceituação de evasão leva algumas instituições de ensino superior a não encararem tal problema quando, por exemplo, um aluno de um curso realiza desligamento daquele curso e volta a estudar em outros cursos por meio de transferências, casos não considerados como evasão. Todavia, sua vaga no curso de origem é deixada, causando prejuízos ao aluno, à família, ao professor, à instituição de ensino e a toda sociedade.

Por sua vez, Paiva (1998) vem ressaltar que as situações de aprovação, repetência e reprovação, ou seja, tudo aquilo que está relacionado com a qualidade do ensino e com o fluxo escolar, possui especial relevância para a discussão da temática da evasão. As suas pesquisas apontam para o fato de que tais questões contribuem de forma significativa para o processo de evasão escolar e mostram a necessidade de se atentar principalmente para os problemas que passam dentro da escola, sua pedagogia, seu (des) compromisso com o aprendizado e com a promoção dos alunos.

[...] A evasão escolar é um problema complexo e se relaciona com outros importantes temas da pedagogia, como formas de avaliação, reprovação escolar, currículos e disciplinas escolares. Para combater a evasão escolar, portanto, é preciso atacar em duas frentes: uma de ação imediata que busca resgatar o aluno “evadido”, e outra de reestruturação interna que implica na discussão e avaliação das diversas questões que se apresentam no cotidiano escolar. (CALDAS, 2006, p.9).

Com o intuito de explicar esse fenômeno, Rumberger (2006) apresenta duas perspectivas, uma em relação à visão do aluno e outra relacionada à perspectiva institucional. Em relação à primeira, o autor discute como os valores, atitudes e comportamentos dos estudantes podem contribuir para sua saída da escola, especificamente, a falta de engajamento acadêmico ou no processo de aprendizagem acarretando reprovação e repetência, assim como, o desengajamento social ou nas dimensões da escola, influenciando sua decisão de se retirar da mesma.

No que se refere à dimensão institucional, não apenas a escola, mas também outras instituições como a família e a comunidade, podem influenciar tanto na permanência quanto na saída dos alunos da escola. Especificamente no contexto escolar, os recursos pedagógicos que esta instituição oferece ou deixa de oferecer podem influenciar na efetivação do engajamento e desempenho acadêmico ou contribuir para o processo de desengajamento e evasão do estudante.

Segundo Gaioso (2005), a evasão escolar é um fenômeno social complexo, resultando na interrupção do ciclo de estudos. Nesse sentido, se destaca a questão da evasão caracterizada por processos que vão muito além do simples desligamento do aluno da instituição a qual está vinculado, abarcando também questões acerca da sua vida relacional, atitudinal, assim como, o papel da escola na vida do educando.

Do vasto e intrincado conjunto de circunstâncias individuais, institucionais e sociais presentes na análise da evasão, destaca-se a explicação de que a evasão é um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante da vida da escola. A saída do estudante da escola é apenas o estágio final desse processo (DORE e LÜSCHER, 2011, p.777).

Dore e Lüscher (2011) apontam ainda a necessidade de associar o estudo da evasão escolar ao estudo de fatores sociais, institucionais e individuais que podem interferir na decisão de estudantes sobre permanecer na escola ou abandoná-la

antes da conclusão de um curso. Assim, é crucial considerar desde o tipo de inserção do estudante no contexto social mais amplo, o qual envolve questões econômicas, sociais, políticas, culturais e educativas, até suas próprias escolhas, desejos e possibilidades individuais.

Na discussão do contexto social mais amplo, os estudos de Arroyo (2000) se destacam com a interpretação de que a evasão escolar está diretamente relacionada à questão social resultante da desigualdade social existente no Brasil, em que o fracasso escolar é visto como uma expressão do fracasso social, dos complexos processos de reprodução da lógica e da política de exclusão que perpassa todas as instituições sociais e políticas.

O fracasso escolar, segundo Snyders (2005), é o fracasso escolar da política vigente. Nesse sentido percebemos que:

O Estado não vem cumprindo sua tarefa de oferecer educação em quantidade e qualidade para toda a nação brasileira. Como consequência, uma parcela significativa não possui as condições básicas para ser cidadão participante de uma sociedade letrada e democrática. Esta parece ser uma forma de exclusão social articulada com a exclusão escolar (CONAE, 2010, p. 87).

Na mesma direção, Batista, Souza e Oliveira (2009) destacam que a evasão escolar não é um problema restrito ao ambiente escolar, uma vez que este fenômeno reflete as profundas desigualdades sociais existentes em nosso país e se constitui como um problema social. Para eles, a situação é alarmante, pois, em geral, acontece com número significativo de indivíduos oriundos de classes menos favorecidas economicamente e, principalmente, abarca uma parcela jovem da população que acaba sendo excluída dos bens culturais da sociedade.

Dessa forma, Reinert e Gonçalves (2010) destacam que a complexidade do processo de ensino e aprendizagem não se restringe apenas a uma relação entre professor e aluno, mas se estende em diversos eixos, nortes e dimensões, envolvendo os fatores emocionais, econômicos, familiares, relacionais e motivacionais do meio social ou escolar, bem como, as implicações do entorno que levam a uma tomada de decisão que possa bloquear a continuidade do processo educacional. Isso eleva a temática a uma exigência multidisciplinar e integrativa para a busca da compreensão deste fenômeno.

No sentido de encontrar respostas ao problema da evasão e desenvolver recursos adequados à sua prevenção, Dore e Lücher (2011, p.777) destacam três principais agentes:

- 1) O sistema de ensino, que deve assegurar a diversidade de escolhas à população que deseja ou precisa retornar à sua formação; 2) as instituições escolares, que devem buscar soluções para os problemas que estão na sua área de competência; e 3) o sistema produtivo, que deve estimular o jovem a retomar seu processo formativo.

Diante de todo contexto posto, fica evidente o entendimento de que os processos que envolvem a evasão escolar vão muito além do que chamamos de simples desligamento do aluno da instituição a qual está vinculado, mas, envolvem questões acerca da sua vida relacional, suas atitudes perante as adversidades, assim como, o papel da escola, da família, do sistema produtivo e da sociedade na vida do educando que por diversos motivos não conclui seus estudos.

Além disso, depreende-se desse cenário que o acesso e, sobretudo, a permanência dos estudantes nas escolas a fim de concluírem seus estudos, não vem sendo alvo de políticas públicas do Estado realmente efetivas, as quais ainda tem se mostrado insuficientes na promoção de mudanças verticais em sua estrutura e na erradicação dos altos índices de evasão escolar apresentados.

No entanto, Queiroz (2010) afirma que as pesquisas realizadas sobre a evasão escolar vêm adquirindo cada vez mais espaço nas discussões e reflexões realizadas pelos governos e pela sociedade civil, em particular, pelas organizações e movimentos relacionados à educação no âmbito da pesquisa científica e das políticas públicas. Estas pesquisas são importantes para atender às intenções políticas de melhorar continuamente a qualidade da educação e ampliar a oferta de ensino, e, assim, propiciar meios para a permanência bem sucedida dos estudantes que ingressam nos sistemas educacionais.

Portanto, percebe-se o fenômeno da evasão escolar como uma questão que realmente se perpetua no Brasil não sendo somente um problema de ordem escolar e familiar, mas também, de um problema social. Diante desse quadro, entender e compreender as causas que levam o jovem a abandonar a escola torna-se também necessário a fim de que esforços do governo, comunidade escolar, família e aluno

não sejam infrutíferos, evitando-se o desperdício de investimentos e, principalmente, que essas experiências não aprofundem o fracasso e a decepção pessoal.

3.2 AS MOTIVAÇÕES PARA O ABANDONO ESCOLAR

A apresentação do contexto teórico de investigação sobre a evasão escolar nos mostra a necessidade de associar o seu estudo ao de fatores sociais, institucionais e individuais que podem interferir na decisão de estudantes sobre permanecer na escola ou abandoná-la antes da conclusão de um curso, sendo portanto, necessário considerar desde o tipo de inserção do estudante no contexto social mais amplo, envolvendo questões econômicas, sociais, políticas, culturais e educativas, até suas próprias escolhas, desejos e possibilidades individuais.

Dessa forma, é possível perceber que se a análise é bastante complexa diante das inúmeras diversidades de situações que podem ser consideradas como evasão escolar, quando se introduzem nesse quadro de investigação as suas causas, pode-se dizer que o contexto se torna ainda mais complexo. Apontamentos de Dore e Lüscher (2011, p.776) já afirmavam que entender as causas da evasão é ponto crucial para encontrar soluções para o problema. E complementam:

Contudo, as possíveis causas da evasão são extremamente difíceis de serem identificadas porque, de forma análoga a outros processos vinculados ao desempenho escolar, a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive.

Para Santana (2010), trata-se de uma tarefa complexa, posto que para detectar tais causas, há diversos interesses que camuflam a real situação a ser enfrentada. Com efeito, ao colher informações junto aos professores e diretores, muitos apontarão como causa da evasão as questões envolvendo os alunos. Estes por sua vez, apontam como motivo a própria escola, quando não os professores diretamente, entre outras causas. Há uma troca de “acusações”, quanto aos motivos

determinantes da evasão, mas o importante é diagnosticar o problema para buscar a solução, já que para cada situação levantada existirá um caminho a ser trilhado.

No entanto, para Ceratti (2008) esse problema continua erroneamente sendo visto como um fato isolado e psicológico, ou seja, como consequência de um problema individual próprio da criança ou do jovem que fracassa. De acordo com o autor, a explicação de que a evasão escolar é causada por problemas individuais não consegue esclarecer porque esse fenômeno continua acontecendo em grande escala com um número significativo de jovens oriundos de classes menos favorecidas economicamente.

De acordo com Oliveira (2012), os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados a partir do momento em que o aluno deixa a escola para trabalhar, quando as condições de acesso e segurança são precárias, os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir, evadem por motivo de vaga, de falta de professor, de falta de material didático, e também abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles.

É possível afirmar que, na verdade, muitos são os determinantes da evasão escolar e, diante disso, Bissoli (2010) aponta como ponto de partida a questão político-social, devido ao fato de não perceber verdadeiro comprometimento educacional por parte daqueles que se responsabilizam pelo governo, em seus diferentes âmbitos. Para ela, algumas destas causas são fixas, portanto, crônicas.

Nesse sentido, Patto (1991, p.19) reflete a respeito do fato:

Ao longo dos sessenta anos que nos separam do início da instalação de uma política educacional no país, sucessivos levantamentos revelam uma cronificação deste estado de coisas praticamente imune às tentativas de revertê-lo, seja através de sucessivas reformas educacionais, seja através da subvenção de pesquisas sobre suas causas, seja pelo caminho de medidas técnico-administrativas tomadas pelos órgãos oficiais.

Ainda com o intuito de discutir sobre os diversos motivadores do fenômeno, Schargel e Smink (2002) identificaram em seus estudos cinco categorias de causas da evasão escolar as quais perpassam aspectos pessoais, institucionais e sociais, a

saber: as psicológicas, as sociológicas, as organizacionais, as interacionais e as econômicas, assim descritas:

[...] as psicológicas, resultantes das condições individuais como imaturidade, rebeldia, dentre outras, ocasionando uma predisposição à evasão; as sociológicas entendem que o referido fenômeno não pode ser encarado como um fato isolado; as organizacionais procuram identificar os efeitos dos aspectos das instituições sobre a taxa de evasão; as interacionais avaliam a conduta do aluno em relação aos fatores interacionais e pessoais; e a econômica considera os custos e benefícios ligados à decisão, que depende de fatores individuais e institucionais (SCHARGEL e SMINK, 2002, p.29).

No entanto, os estudos de Ceratti (2008) expõem que o resultado do fracasso escolar é o produto da interação de três tipos de determinantes, a saber: psicológicos, referentes a fatores cognitivos e psicoemocionais dos alunos; socioculturais, relativos ao contexto social do aluno e as características de sua família e; institucionais, baseadas na escola e nos métodos de ensino utilizados, currículo e políticas públicas para a educação, somando a esses três fatores àqueles ligados à economia e à política.

Freitas (2009) vem também ressaltar que uma infinidade de motivos tem sido revelados por pesquisadores acadêmicos e leigos como obstáculos que podem impedir o avanço nos estudos formais e sistemáticos e entre as muitas causas relacionadas com a desistência e o fracasso educacional de estudantes estão os aspectos relacionados com a complexidade da vida pessoal, familiar, financeira e laboral.

Para Johann (2012), os fatores que impulsionam o contexto da desistência escolar são inúmeros: más condições de vida de grande parte da população escolar brasileira, péssimas condições político-econômicas, programas de governo ineficazes, currículos descontextualizados, falta de incentivos e estagnação do trabalho pedagógico, a estrutura das instituições de ensino, as práticas pedagógicas, a atuação docente e a falta de sentido para estudar.

Segundo estudos divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (2009) várias são as possíveis causas da evasão escolar, como a falta de acompanhamento dos pais na vida escolar do aluno; as dificuldades com transporte escolar devido a superlotação,

precariedade e distância da escola; os problemas familiares e as dificuldades de aprendizagem.

Bissoli (2010) afirma que existem outras causas identificadas na experiência do cotidiano da escola, tais como: falta de autoestima, fragilidade na saúde, má alimentação, desvios por má companhia, ausência de perspectivas futuras, incapacidade para assimilar o que é ensinado, incompatibilidade com professores, além de outras.

Pereira (2003) acrescenta que diversas causas para o abandono escolar podem surgir com o decorrer do tempo e com as transformações na vida e na cultura das sociedades, podendo se transformar em sérios problemas para toda uma nação. Tais causas são classificadas pelo autor da seguinte maneira:

Escola: não atrativa, autoritária, professores despreparados, insuficiente, ausência de motivação, etc. Aluno: desinteressado, indisciplinado, com problemas de saúde, gravidez, etc. Pais e responsáveis: não cumprimento do pátrio poder, desinteresse em relação ao destino dos filhos, etc. Social: trabalho com incompatibilidade de horários para os estudos, agressão entre os alunos, violência, etc. (PEREIRA, 2003, p.3).

Bruns (1987) também aponta em seus estudos os motivos mais frequentes da evasão escolar e os elenca da seguinte forma: necessidade de ingresso no mercado de trabalho, impossibilidade de arcar com as despesas relativas ao material escolar e uniforme, dificuldade de conciliação de estudo e trabalho e a repetência por anos seguidos numa mesma série.

Já Neri (2009) propõe o estudo das causas da evasão escolar a partir de três tipos básicos de motivações:

A primeira é a miopia ou desconhecimento dos gestores da política pública, restringindo a oferta de serviços educacionais. Outra é a falta de interesse intrínseco dos pais e dos alunos sobre a educação ofertada, seja pela baixa qualidade percebida ou por miopia ou desconhecimento dos seus impactos potenciais. Uma terceira é a operação de restrições de renda e do mercado de crédito que impedem as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela educação no longo prazo (NERI, 2009, p.5).

Em meio a esse amplo leque de variáveis, as mais comumente pesquisadas estão relacionadas com idade e sexo dos estudantes, nível de estudos anterior à matrícula, condição de emprego, pressões familiares, nível cultural, situação

socioeconômica, motivação, disciplina de estudos, tempo dedicado às atividades acadêmicas, serviços oferecidos pelas instituições de ensino, condições físicas dessas instituições, interação entre instituição e estudantes e do professor com os estudantes e comprometimento dos estudantes com a instituição.

Diante do exposto, é possível a constatação de que a maioria dos estudos sobre evasão escolar e persistência de estudantes usa desenhos de pesquisas em que examinam variáveis institucionais e não institucionais, sendo que as primeiras tratam daquelas sobre as quais a organização tem controle, enquanto as segundas referem-se àquelas que não são controladas diretamente pela instituição, mas que podem receber algum apoio dela.

Nessa perspectiva de averiguação das variáveis relacionadas às causas da evasão escolar, é possível identificar e classificar como principais contextos de investigação do problema a perspectiva individual, que abrange o estudante e as circunstâncias de seu percurso escolar, e a perspectiva institucional, que leva em conta a família, a escola, a comunidade e os grupos de amigos.

Dore e Lüscher (2011, p.776) apontam como considerações do âmbito individual, os valores, os comportamentos e as atitudes que promovem um maior ou menor engajamento do estudante na vida escolar, através da existência de dois tipos principais de engajamento escolar, tais quais: “o engajamento social ou de convivência do estudante com os colegas e o engajamento com os professores e com os demais membros da comunidade escolar”, destacando que a forma como o estudante se relaciona com essas duas dimensões interfere de modo decisivo sobre sua deliberação de se evadir ou de permanecer na escola. E ainda nesse âmbito, consta a qualidade das relações que os pais mantêm com os filhos, com outras famílias e com a própria escola.

Na perspectiva institucional, as autoras apresentam e distinguem aspectos referentes à composição do corpo discente, aos recursos escolares, às suas características estruturais e aos processos e às práticas escolares e pedagógicas. “Cada um desses fatores desdobra-se em muitos outros e, no conjunto, compõem o quadro escolar que pode favorecer a evasão ou a permanência do estudante” (Dore e Lüscher, 2011, p.777).

Diante do exposto, complementamos com a reflexão de Marun (2008, p.31):

Evidências apontam para fatores intra e extra-escolares que convergem para a exclusão escolar do jovem estudante. O baixo rendimento, as desvalorização das atividades escolares, as dificuldades de aprendizagem ou as dificuldades de relacionamento, a inadequação da escola à sua clientela majoritária, bem como, padrões avaliativos que discriminam e estigmatizam o aluno pobre, as múltiplas repetências, as deficiências econômicas do alunado, o sentido da escola, as mudanças frequentes de domicílio, o ingresso precoce do adolescente no mercado de trabalho e aspectos sociais do comportamento juvenil parecem constituir as expressões de fracasso que marcam a trajetória escolar desses jovens evadidos [...].

Nessa direção, Johann (2012, p.70/71) vem destacar que são muitos os fatores que contribuem para evasão escolar, tanto de ordem externa quanto interna à instituição de ensino. Dessa forma, “a evasão escolar não é um fenômeno provocado exclusivamente por fatores existentes dentro da escola, pelo contrário, a maneira como a vida se organiza fora da escola tem reflexos na conduta escolar e a combinação destes fatores acaba interferindo diretamente na evasão escolar”.

Sousa *et al.* (2011) reforça essa ideia ao afirmar que as pesquisas e os estudos que analisam a evasão escolar apontam para duas diferentes abordagens teóricas ao tratarem das suas causas. A primeira explica a situação com base nos fatores externos à escola, enquanto a segunda se pauta nos fatores internos da instituição escolar. Para os fatores externos são citados o trabalho, as desigualdades sociais e a relação familiar, enquanto os fatores internos mais comuns estão assentados na própria escola, na linguagem e no professor.

A abordagem da literatura referente aos fatores externos à escola no que tange sobre a influência do trabalho na evasão escolar é destacada nos estudos de Meksenas (1992), realizados com alunos matriculados nos cursos noturnos o qual diz que, obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos estudantes desistem do curso sem finalizá-lo, mesmo tendo a consciência de que com os estudos podem buscar novas oportunidades de trabalho e aumentar a sua renda.

Isso porque, devido à necessidade imediata de trabalhar e obter renda, geralmente a única da família, estes sujeitos acabam por encontrar dificuldade na conciliação entre estudo, trabalho e questões financeiras, principalmente para os frequentadores

dos cursos noturnos, quando a exaustão provocada por um longo dia de trabalho pode ser motivo do baixo rendimento e levar à evasão escolar.

As pesquisas de Camargo (2011) mostram que se torna notável o comprometimento do rendimento escolar dos alunos se estes não sabem administrar a relação entre escola e trabalho. Para o autor, o que provoca a evasão em muitos casos é o desinteresse dos alunos na escola depois de ingressarem no mundo do trabalho, diminuindo sua dedicação aos estudos. Atrelada à atenção destinada ao emprego, emerge a baixa frequência na escola, refletindo em altos índices de faltas, baixo rendimento escolar expresso nas notas baixas e, por consequência, o aluno acaba desestimulado e se evade.

Neri (2009) acrescenta ainda que, geralmente, regiões com maiores oportunidades no mercado de trabalho são as que mais atraem os jovens para fora da escola e a taxa de evasão escolar é maior nas regiões mais ricas do país, como São Paulo (19,43%) e Porto Alegre (18,70%), que apresentam os maiores índices de abandono do país com base nos dados apresentados e referentes ao levantamento feito de um ano para o outro.

Dessa forma, a combinação da demanda agregada de trabalho, captada por anos de aquecimento de demanda ou metrópoles mais ricas, com a necessidade individual de adolescentes pobres suprirem sua renda – filhos de mãe sem instrução ou de pais que perdem o emprego – gera as maiores taxas de abandono escolar, ou seja, a evasão escolar é pior quando se junta à oportunidade de trabalho com a carência de renda.

Já nos resultados das pesquisas apresentados desde os estudos de Brandão (1983) foi verificado que os alunos de nível socioeconômico mais baixo possuem um menor índice de rendimento, portanto, estão mais propensos à evasão. De acordo com Arroyo (2003), a escola de educação básica contemporânea ainda vivencia problemas de fracasso escolar motivados pelas desigualdades sociais e múltiplos processos de exclusão e marginalização.

Nesse sentido, Neri (2009) também destaca que grande parte da evidência empírica mostra que evasão escolar e pobreza estão intimamente relacionadas, além disso, a indisponibilidade de serviços educacionais de qualidade e a falta de percepção

acerca dos retornos futuros levam o aluno ao trabalho precoce e aos baixos níveis educacionais.

Connel (1999) abrange a discussão e afirma que jovens vindos de famílias pobres são, em geral, os que têm menos êxito se avaliados através dos procedimentos convencionais de medidas. Isto porque, muitas vezes nesse contexto social, a escola perde a sua função quanto à responsabilidade de transmitir o saber associado também às trocas de experiências entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Nas reflexões de Marun (2008), as razões que justificariam o investimento relativamente baixo das classes populares na escola, em primeiro lugar, seria a percepção de que as chances de sucesso escolar são reduzidas, pois faltam os recursos econômicos, sociais e, sobretudo, culturais necessários para um bom desempenho na escola, o que tornaria o retorno do investimento muito incerto e o risco muito alto. Essa incerteza e esse risco seriam ainda maiores pelo fato de que o retorno do investimento escolar se dá em longo prazo. Essas famílias estariam, portanto, menos preparadas para suportar os custos econômicos dessa espera, especialmente o adiantamento da entrada dos filhos no mercado de trabalho. Em resumo, no caso das classes populares, o investimento no mercado escolar tenderia a oferecer um retorno baixo, incerto e em longo prazo.

Outra questão relevante da abordagem que busca explicações para a evasão escolar a partir de fatores externos, foi apresentada por Brandão (1983) em suas pesquisas e mostra que fator muito importante para compreender os determinantes do processo de abandono dos estudos remete-se à família do aluno. Isto porque, quanto mais elevado o nível de escolaridade da mãe, mais tempo a criança e o jovem permanecem na escola e maior é o seu rendimento escolar. Isso devido ao fato de ela ser vista, geralmente, como maior influenciadora e incentivadora na busca de maior grau de escolaridade pelos filhos.

Também importante fator relacionado à família destaca-se a forma como se dá o seu envolvimento na vida escolar dos estudantes, conforme explicam Schargel e Smink (2002, p.59):

Quando os pais são envolvidos, o aproveitamento dos estudantes é melhor, independente de condição socioeconômica, perfil étnico-racial ou nível de escolaridade dos pais; quando os pais se envolvem na educação de seus filhos, estes tiram melhores notas e conceitos, apresentam melhores índices de frequência [...]; quando existe envolvimento dos pais, os estudantes adotam atitudes e comportamentos mais positivos; os estudantes que contam com o envolvimento dos pais em suas vidas apresentam taxas mais elevadas de conclusão de curso e matrícula em cursos de nível superior [...]; os benefícios provenientes do envolvimento dos pais não se limitam aos primeiros anos, as vantagens são significativas em todas as idades e níveis de aprendizado. Entre os estudantes cujos pais não se envolvem, por outro lado, existe maior probabilidade de abandono dos estudos.

Já na abordagem dos aspectos internos, os estudos de Sousa *et al.* (2011) destacam como fatos relevantes a serem considerados: as salas superlotadas, o conteúdo pouco atraente, o professor mal treinado e a falta de envolvimento com o aprendizado. Além disso, o excesso de conteúdo, o despreparo dos professores para lidar com o estágio de desenvolvimento dos alunos e a falta de tempo para atividades podem ser outros causadores da evasão escolar.

No que tange à própria escola, Camargo (2011) destaca inicialmente a questão da infraestrutura e o fato de esta compreender uma diversidade de fatores, sendo que a multiplicidade destes altera a qualidade do ensino e, certamente, a qualidade do ensino depende, também, da infraestrutura adequada para que esse se processe. As escolas precisam assegurar instalações apropriadas às atividades educacionais, bem como a qualidade permanente destes espaços para utilização. Há ainda de se considerar a incorporação das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nos processos de ensino aprendizagem como alternativa à erradicação da evasão escolar existente.

O exposto pelo autor leva-nos à compreensão de que a infraestrutura influencia na vida cotidiana da escola, sendo os espaços escolares, espaços de aprendizados para além de apenas ambientes, e sim, lugares propícios para a interlocução. A mesma consideração serve para a conservação dos livros didáticos, materiais de estudo, objetos de recursos didáticos, laboratórios, bibliotecas, ginásios, refeitórios, salas de professores, entre outros. Esses ambientes exercem influências e revestem-se de fundamental importância quando bem conservados.

Para outros estudiosos dos fatores internos como determinantes da evasão, como Bourdieu-Passeron (1975) e Cunha (1997), é expressa a ideia de que a escola é

responsável pelo sucesso ou fracasso dos alunos, principalmente daqueles pertencentes às categorias pobres da população, explicando teoricamente um caráter reprodutor desta instituição compreendida como aparelho ideológico de Estado, quando evasão e repetência são reflexos da forma como a escola recebe e exerce ação sobre as pessoas dos diferentes segmentos da sociedade.

Isso porque, tais autores acreditam que a evasão e a repetência estão longe de serem problemas relacionados às características individuais dos alunos e de suas famílias, ao contrário, são reflexos da forma como a escola recebe e exerce ação sobre as pessoas dos diferentes segmentos da sociedade.

O papel da escola é fundamental na combinação de fatores que irão definir a trajetória escolar do aluno e seria incoerente acreditar que somente o aluno ou seus pais são responsáveis pelo fracasso escolar. É preciso estar atento à dimensão pedagógica do processo escolar, buscando compreender o que se passa dentro dos muros da escola e principalmente dentro de cada sala de aula, identificando assim possíveis fatores que possam produzir o fenômeno da evasão escolar (JOHANN, 2012, p.76).

Nesse aspecto, os trabalhos de autores como Abramowicz e Moll (2003), Arroyo (2003) e Patto (2000) destacam igualmente a existência e a permanência de uma cultura excludente no sistema educacional brasileiro, que através de uma cultura gerada e mantida no seio da sociedade brasileira ao longo de sua história, se mostra produtora e reprodutora da desigualdade e da exclusão de acordo com seus interesses.

A consciência do direito à educação básica universal avançou, porém, não conseguimos que a escola se estruturasse para garantir esse direito, ela continua como instituição seletiva e excludente [...], continua aquela estrutura piramidal, preocupada apenas com o domínio de seriado e disciplinar de um conjunto de habilidades e saberes (ARROYO, 2003, p.46).

Ainda segundo Arroyo (2003), a escola necessita desempenhar o seu papel social transformador ultrapassando a concepção de ensino elitista, rígida e excludente materializada ao longo do tempo na própria escola e no próprio processo do ensino e da aprendizagem. Dessa forma, seria reducionista indicar que esse ou aquele são os fatores que promovem a evasão escolar das crianças e jovens, mas sim, é preciso se referir ao processo educacional da escola como organismo organizado

burocraticamente, segmentado e gradeado pelo modelo societário brasileiro com aspectos capitalistas determinantes da realidade de fracassos e sucessos.

O autor também afirma que a escola é uma instituição sociocultural e é organizada politicamente com base em valores, concepções e expectativas, integradora de relações sociais na organização do seu trabalho, produtora e reprodutora dos saberes que a sociedade julga necessários para organização do trabalho e da produção. Dessa forma “a própria instituição escolar é um produto histórico, cultural e age e interage numa trama de complexos processos socioculturais” (ARROYO, 2003).

Ainda nessa perspectiva, Camargo (2011) traz em seus estudos o aspecto relacionado ao reconhecimento da importância da relação entre a escola e a comunidade na qual está inserida, apresentando-se como fator imprescindível no auxílio ao combate da evasão escolar, a relação da escola com as questões sociais, não só do ponto de vista do ensino, mas da qualidade e potencialidade da sua transformação social.

Dubet (1997) acrescenta à discussão, que o sistema rígido de controle escolar é um fracasso pedagógico e moral, embora possa parecer ter eficiência rápida para controle de uma relação pouco regulada, acaba por afastar ainda mais o aluno da escola. Diante disso, os educadores precisam se conscientizar de que trabalham com alunos diferentes em termos de desempenho escolar, por isso, os programas de ensino não devem ser feitos para um aluno que não existe. O autor complementa:

É preciso rever a oferta escolar. Seria preciso rever os programas e as ambições de um modo que os alunos não sejam colocados de entrada em situações de fracasso. É preferível ensinar menos coisas, mas que de fato elas sejam aprendidas (DUBET, 1997, p.12).

Portanto, a escola pode ser responsável pelo abandono escolar dos estudantes seja pela falta de uma política escolar de integração com a família dos alunos, seja pela forma como o professor ministra as aulas ou a maneira de transmissão de conteúdos, não despertando o interesse e a participação do aluno nas atividades escolares. Dessa forma, as instituições escolares precisam refletir sobre a necessidade de redimensionar suas práticas e verificar como estão as aulas dos professores, possibilitando o despertar de interesse do alunado.

Para isso, é preciso que as escolas procurem inovar e adotar como subsídio à proposta pedagógica e curricular, a troca múltipla de experiências em um processo criativo norteando as experiências por meio do compartilhamento mútuo de conhecimentos, como também, acompanhando o aluno em todo o seu aprendizado, enquanto sujeito individual e social, constituindo prática válida contra a evasão escolar.

Já os professores necessitam aprofundar seus conhecimentos científicos e proporcionar nas suas aulas as relações com práticas cotidianas dos alunos, estando atentos às novas mudanças e adequando-se a elas, atualizando-se e buscando novos caminhos para ensinar. A responsabilidade do professor é trabalhar com seus alunos o conhecimento científico, relacionado com a realidade dos estudantes.

No entanto, a desvalorização do profissional da educação, em especial o professor, também é algo que aparece em estudos a respeito do assunto como causa da evasão escolar. Isso porque, a desvalorização do professor pode constituir fator de desmotivação no exercício da prática pedagógica cotidiana. Em virtude dessa realidade, Abramovay e Castro (2003) ressaltam que alguns pesquisadores percebem a falta de interesse dos professores como geradora da desmotivação nos seus alunos.

Nesse contexto, a relevante questão do currículo escolar também é destacada por Johann (2012), quando a autora aponta a influência que estes sofrem pelo controle do poder exercido por políticas públicas que regulam a conduta dos cidadãos e que interferem diretamente na sala de aula, culminando na evasão escolar quando se apresentam descontextualizados. Todavia, quando bem utilizados podem ser um artefato de múltiplas possibilidades de diálogo com a vida e o desejo dos alunos.

Em uma reflexão sobre a questão, Menegolla (1989, p.28) expõe:

O professor necessita selecionar os conteúdos que não sejam portadores de ideologias destruidoras de individualidades ou que venham atender a interesses opostos aos indivíduos. [...] A seleção de conteúdos é de alto valor pedagógico, que devem estar direcionados aos interesses sociais, culturais e históricos do aluno, para que as aulas sejam significativas e atraentes, que sirva para o despertar ideológico, conduzindo para o meio social como cidadão crítico, questionador e formador de opiniões [...] pois sabemos que vivemos em um mundo globalizado e a sociedade extra escolar está à frente do desenvolvimento através das ofertas sociais.

Outro fator impediante do sucesso escolar destacado por Lopes e Menezes (2002) são as sucessivas reprovações, que tem significativo peso na decisão do estudante de continuar ou não os estudos, pois, geralmente, a repetência culmina no seu desinteresse e vem seguida do abandono escolar. Diversas pesquisas mostram que muitos casos de abandono escolar ocorrem quando os alunos recebem seus resultados e estes apontam para uma inevitável reprovação, despertando a sua falta de motivação para continuar na instituição.

Com relação ao desempenho escolar, Peixoto, Braga e Bogutchi (2003) também verificaram que a evasão é fortemente influenciada pelo rendimento acadêmico do estudante nos primeiros períodos do curso. Assim, entre os alunos com muitas reprovações nessa fase de seus estudos, as taxas de desistência são bem maiores do que entre os demais, do mesmo modo, os cursos com maior taxa de evasão são geralmente aqueles em que a reprovação nos períodos iniciais é elevada.

Camargo (2011) evidencia o fato de várias pesquisas e produções sobre evasão e fracasso escolar considerarem que a passagem de um nível de ensino para outro representa também um problema muito grande para os estudantes, pois o número de professores é alterado e as disciplinas tornam-se mais especializadas, ao invés dos conteúdos genéricos do nível anterior.

O estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (NERI, 2009) aponta um dado que, na prática, professores e estudiosos da área já conhecem: muitos jovens abandonam os estudos por opção, com dados de que 40,3% dos que desistem de estudar justificam a saída da escola pela falta de interesse, pois ainda falta ao jovem brasileiro o pleno entendimento de que o impacto da educação em sua vida é alto.

Dessa forma, pode-se acrescentar à discussão, a possibilidade de o próprio aluno ser uma das causas da evasão escolar, quando este internaliza como sua a responsabilidade do abandono em virtude da manifestação de desinteresse pelos estudos. Este aluno não encontra sentido e prazer nos conteúdos ministrados e entende que a escola e os professores não abordam assuntos com os quais se identifica. A esse respeito Charlot (2005, p.52) contribui:

Estudar para passar, e não para aprender, é o processo dominante na maioria dos alunos [...], mas não de todos. Há aqueles alunos que, de fato, nunca entraram na escola; estão matriculados, presentes fisicamente, mas jamais entraram nas lógicas específicas da escola.

Nessa perspectiva, Abramovay e Castro (2003) expõem dados de uma pesquisa de âmbito nacional realizada no contexto do ensino médio, em que participaram mais de cinquenta mil alunos e sete mil professores. Nesta pesquisa foi constatado que o principal problema deste nível de ensino consiste no desinteresse dos alunos frente às atividades escolares. Neste estudo, sob a perspectiva do aluno, tal problema foi apontado por seis em cada dez estudantes. Em relação aos professores, esta questão ficou ainda mais evidenciada, já que três quartos dos docentes acreditam que o principal problema são os alunos desinteressados.

Os autores destacam também, que diante do fato de que variadas são as causas que levam os estudantes a deixar a escola e apesar de a maioria delas estar relacionada a fatores externos ao processo de ensino e aprendizagem, vale lembrar que a desmotivação também é citada inerente ao aluno em função do desinteresse pelos estudos, por causa dos professores ou das condições da escola.

Dessa forma, algumas consequências decorrentes do déficit na motivação do aluno podem ter relação direta em seu processo de aprendizagem. Para Bzuneck (2009), a queda na motivação leva a um declínio no investimento pessoal para realizar as tarefas de aprendizagem com qualidade, o que impossibilita a formação de indivíduos mais competentes para exercerem a cidadania e se realizarem como pessoas. Tal fato pode contribuir para que o estudante se empenhe cada vez menos em suas atividades escolares e acabe evadindo.

De forma consistente, Charlot (2005, p.76) acrescenta a esse contexto que a relação com o saber é a relação do sujeito consigo mesmo, com os outros e o mundo e o fato de o estudante obter sucesso não é algo que dependa exclusivamente do professor, já que o estudante é coparticipante da atividade intelectual e deve mobilizar-se, pois “uma aprendizagem só é possível se for imbuída do desejo e se houver um envolvimento daquele que aprende”.

Dessa forma, diante de todo exposto, é possível verificar que o abandono à escola é composto então pela conjugação de várias dimensões que interagem e se conflitam

no interior dessa problemática. Dimensões estas de ordem política, econômica, cultural e de caráter social. Dessa maneira, o abandono escolar não pode ser compreendido e analisado de forma isolada, pois “as dimensões socioeconômicas, culturais, educacionais, históricas e sociais, entre outras, influenciam na decisão tomada pela pessoa ao abandonar a escola” (BATISTA; SOUZA; OLIVEIRA, 2009, p.4).

É correto afirmar, portanto, que existem muitas variáveis relacionadas às causas da evasão escolar as quais perpassam desde as instituições responsáveis pela educação até as políticas sociais implementadas, que nem sempre atendem às necessidades dos estudantes e, muitas vezes, permitem que se evadam sem sequer demonstrar interesse em buscar identificação da causa ou averiguação da possibilidade de se evitar esse processo.

Este cenário evidencia que precisamos de políticas públicas que promovam a real universalização da educação e que a escola se estruture para a garantia do acesso e permanência do estudante com ensino de qualidade. Nesse sentido, Camargo (2011) afirma que a ação do Estado é fundamental, quando precisa conhecer o fenômeno da evasão escolar sem negligenciar suas reais motivações e agir de fato para combater e extinguir o problema. “Conhecer e agir sem discursos demagógicos e politiqueros que não contribuem para a educação nacional e apenas reproduzem os ditames da elite dominante e da égide do mercado” (CAMARGO, 2011, p.56).

O autor ressalta ainda que a consideração dos determinantes da evasão escolar mostra que a questão é gigantesca e vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais, no cenário atual. Devido a isto, educadores e pesquisadores brasileiros cada vez mais demonstram preocupação com crianças e jovens que chegam à escola, mas nela não permanecem. E muito mais do que apontar um ou outro responsável, a grande questão deve estar em buscar formas e soluções para a problemática.

Assim, esta realidade denota a existência da desarticulação entre políticas públicas, estrutura política e pedagógica das escolas, famílias e sociedade, o que implica na desigualdade de oportunidades podendo culminar no fenômeno da evasão escolar, o qual se apresenta ao longo da história a partir de seus elementos provocadores, as

suas causas. E, “encontrar as causas para o fenômeno do abandono escolar não é tarefa fácil, é permear veredas que implicam aspectos que não podem ser negligenciados, sendo necessário articular esforços da escola, família, comunidade e Estado” (CAMARGO, 2011, p.57).

É válido ressaltar, portanto, “o fato de que todas as causas expostas e discutidas são concorrentes e não exclusivas, ou seja, a evasão escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores e não necessariamente de um especificamente” (QUEIROZ, 2010, p.13). Nesse sentido, a partir do conhecimento das razões da evasão é possível planejar ações institucionais para diminuir esta situação, ou seja, detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola e evitar as possíveis consequências, individuais ou sociais, advindas desse processo de evasão.

3.3 UMA REFLEXÃO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DESSE FENÔMENO

Por meio do cenário educacional apresentado podemos observar que a educação ainda não está ao alcance de todos os cidadãos, principalmente no que se refere à permanência e à conclusão de todos os níveis de escolaridade. Isso porque, apesar das leis buscarem garantir o direito à educação nos aspectos de acesso e permanência, ocorre que há um grande distanciamento entre estas e a prática social.

Nessa perspectiva, Fornari (2010) expõe o que ocorre no Brasil, onde é presente o fato de haver um grande afastamento entre a retórica das leis e a prática efetiva daquilo que está posto como garantia, por isso um direito como a educação, mesmo se pensado de forma bem articulada, não consegue ser pleno a todos, gerando o fenômeno da exclusão e evasão escolar, os quais remetem a sérias consequências sociais e individuais. Para ela:

Pensar a reprovação e a evasão escolar requer perceber que apenas o acesso à escola, embora condição necessária, não é suficiente para que milhões de pessoas esquecidas socialmente sejam lembradas apenas em quadros estatísticos. Sem ruptura com as relações sociais que estão sob o controle do sistema do capital não poderá haver mudanças profundas no sistema educacional (FORNARI, 2010, p.123).

Diante disso, a autora enfatiza ainda que a evasão escolar aparece no cenário educacional como um problema significativo, pois suas consequências levam os indivíduos ao que se chama de exclusão, se tratando também de um problema social. Azevedo (2011) concorda que o problema da evasão escolar no país tem sido um dos maiores desafios a serem enfrentados pelas redes de ensino, pois suas consequências estão ligadas a muitos fatores nos diversos âmbitos: social, cultural, político e econômico.

Valente (2013) compartilha do já exposto ao afirmar que no Brasil, a evasão escolar entendida como interrupção no ciclo de estudo, causa prejuízos significativos sob o aspecto econômico, social e humano em qualquer que seja o nível de educação. Para o autor, há perdas de natureza econômica para o aluno, uma vez que as recompensas sociais relacionam-se à obtenção do título. Já a sociedade e as instituições de ensino perdem com os investimentos mal aproveitados, uma vez que os alunos ocupam as vagas e não concluem seus cursos.

Silva Filho *et al.* (2007) deixam claro que a evasão estudantil é um problema internacional e que afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam mas não terminam seus cursos estão relacionadas a desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma significativa perda de receitas. Em ambos os casos é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

Além desses, conforme apresenta Vasconcelos (2001, p.27) em suas análises, o abandono escolar retira do aluno a possibilidade de alcançar condições para “conhecer, compreender, interpretar, analisar, relacionar, comparar e sintetizar dados, fatos e situações do cotidiano”, sem isso, o indivíduo não consegue obter o suporte necessário para a sua qualificação estudantil e profissional.

Dessa forma, Kaefer e Leal (2012, p.2) nos alertam para o fato de que “esse modelo se reproduz em um ciclo vicioso, passado de geração para geração”. Sobre o assunto também se manifesta Nascimento (2009, online):

O impacto negativo ocorre no plano pessoal, político, social e econômico. É um impacto profundo na condição de sujeito desses jovens. Cada um deve ser sujeito de sua vida, e a falta de acesso à educação empobrece os horizontes.

Para Costa (2004, p.10), a preocupação com a evasão justifica-se, pois, quaisquer que sejam os motivos, levam os alunos a perderem a oportunidade de interagir com outras pessoas em um ambiente letrado, “deixando de construir o próprio conhecimento e impedidos de buscarem e adquirirem habilidades leitoras e escritoras, permanecendo, assim, sob a opressão da ignorância”.

Nessa perspectiva, outro aspecto consecutivo à evasão escolar de crucial relevância destacado também pela autora diz respeito ao fato de que, se os alunos abandonam a escola deixam de se relacionar socialmente, perdendo a oportunidade da convivência culta e, portanto, ceifados de construir o próprio conhecimento. Nessa concepção, Vygotsky (1998, p.41) já afirmava a partir do estudo do sócio interacionismo:

Todo conhecimento é construído socialmente, no âmbito das relações humanas. O desenvolvimento da inteligência é produto da convivência social impregnada de cultura. Na ausência do outro, o homem não se constrói homem. A linguagem interna caracteriza a individualidade. É o principal instrumento de intermediação do conhecimento entre os seres humanos. A linguagem tem relação direta com o desenvolvimento psicológico.

Bonadeo (2006) acrescenta à discussão que a ocorrência da evasão escolar nas redes de ensino básico representa um abalo à universalização da política educacional e o cenário dos fatores responsáveis pelo abandono escolar constitui uma das formas de exclusão dos estudantes da escola. Dessa forma, a evasão escolar impede que um maior número de estudantes possa futuramente ter acesso a outras modalidades de educação, como a técnica ou a superior.

Nesse aspecto, para Benvindo (2010, p.11) situar a evasão escolar é atentar para as suas consequências, pois ao se afastar da escola o aluno sofre os resultados do

despreparo, da falta de qualificação, do desamparo, da ausência de valores e de seu não reconhecimento como profissional capacitado. “Socialmente o impacto destas negativas é gigantesco, quando se olha para as possibilidades que a escola oferece e oferecerá aos cidadãos de forma geral”.

Os estudos de Camargo (2011) convergem para a explicação de que a evasão escolar traz várias consequências para a população, dentre elas a marginalização, a baixa autoestima, a distorção entre idade e série, a repetência, o desemprego, a desigualdade social, entre outras. Além desses, Silva Filho *et al.* (2007) apontam que a evasão escolar possui efeitos danosos principalmente para a sociedade produtiva, devido ao desperdício de capacidade voltada à formação, a menor eficiência produtiva das empresas, a perda de competitividade nacional e a carência de mão de obra especializada.

O que muitas vezes pode acontecer é o conflito entre a escola, que não consegue manter o aluno, e o mercado de trabalho, que exige qualificação na área de trabalho. E a consequência é que muitos alunos mantêm-se excluídos do sistema educacional e do mercado de trabalho. Charlot (2005, p.72) afirma,

Sabe-se que o sucesso escolar produz um potente efeito de segurança, enquanto que o fracasso causa grandes estragos na relação consigo mesmo (com, como eventual consequência, a depressão, a droga, a violência, inclusive a suicida). Em princípio, existem muitas maneiras de “tornar-se alguém”, através das diferentes figuras do aprender; mas a sociedade moderna tende a impor a figura do saber objeto (do sucesso escolar) como sendo a passagem obrigatória para se ter o direito de ser “alguém”.

Nessa perspectiva, Bissoli (2010) aponta que além dos prejuízos diretos sobrevêm outros ainda mais sérios, tais como a perda da capacidade de desenvolvimento de um país, pois este só existe com cidadãos preparados como seres humanos e como profissionais. Já quanto à sociedade, o mesmo autor destaca que os principais custos da evasão escolar são relativos à manutenção de programas sociais como saúde, assistência social, seguro desemprego e outros, além da maior probabilidade de que pessoas com menor nível educacional se envolvam em atividades antissociais de alto risco, como crime, uso de drogas e gravidez precoce que geram custos adicionais à sociedade.

Ceratti (2008), por sua vez, também vem relatar que a evasão escolar provoca muitas consequências e destaca a ocorrência de baixa autoestima ligada ao sentimento de incapacidade, de dificuldade para o ingresso no mercado de trabalho e da má qualidade de vida. Mas, a maior consequência destacada remete à consolidação da desigualdade social, situação na qual as pessoas encontram-se desprotegidas e com grandes dificuldades para mudar o cenário vigente.

Ainda discorrendo sobre tais consequências, Azevedo (2011) reitera e evidencia em seus estudos os seguintes fatores: ocorrência de baixa estima; consolidação da desigualdade social; desqualificação e barateamento de mão de obra; estímulo à violência e prostituição; gravidez precoce; consumo e tráfico de drogas; incapacidade para o ingresso no mercado de trabalho; má qualidade de vida. Freitas (2007) reafirma que o fenômeno da evasão escolar ocasiona, dentre várias inconveniências, gastos desnecessários e desperdícios financeiros, materiais e imateriais a toda sociedade.

Nessa perspectiva, Moisés Filho (2006) também destaca que a evasão escolar além de ser indicativa de falhas no processo de ensino e evidenciar a ineficácia do serviço educacional prestado, ocasiona o aumento nos gastos financeiros, pois a mesma estrutura acadêmica que deveria atender determinado grupo inicial estaria sendo destinada a um quantitativo menor de alunos.

Os estudos de Bissoli (2010, p.2) convergem para a mesma concepção ao afirmar que a evasão escolar é um fenômeno que reflete negativamente na educação, principalmente nos investimentos desta área, pois onera os recursos a ela destinados. “Basta considerar aspectos como o custo de uma sala de aula completa com 30 (trinta) alunos, que é o mesmo de uma com apenas 10 (dez), quando 20 (vinte) são evadidos”.

Moares (2010) concorda que a evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e tolerada pelo sistema de ensino e pela comunidade. Para o autor, as consequências da evasão escolar podem ser sentidas com mais intensidade nas cadeias públicas, penitenciárias e centros de internação de adolescentes em conflito com a lei, quando adolescentes e jovens abandonam a sala de aula e engendram-se por outros caminhos.

Isso porque, conforme nos atenta Carmo (2003, p.296), o aumento da violência na nossa sociedade hoje não está apenas na desigualdade econômica, mas também se alia ao esvaziamento de conteúdos culturais, quando para os jovens, “entediados, resta, na maioria das vezes, a violência como alternativa de diversão, e fazer parte de uma gangue fortalece o indivíduo que necessita ser reconhecido ou valorizado, o que muitas vezes não acontece no lar ou na escola, a qual opta por abandonar”.

Nesse sentido, Marun (2008) explica que os jovens estão frequentemente confrontando o mundo real com o “falso” mundo da escola e ao resistirem à cultura escolar eles “frutificam as sementes” que reproduzem a sua condição social de origem. E, ao não acreditarem na promessa de um futuro melhor em troca do sacrifício do tempo presente, também ficam presos na mesma malha da reprodução, o que resulta numa sensação de fracasso e numa atitude de recusa à instituição.

O que se observa, portanto, é que a democratização do acesso não é garantia de democratização do ensino e a ampliação de vagas dentro do sistema educacional não se dá de maneira qualitativa. Portanto, para Gatti (1981), a evasão escolar agrava o custo social, que além de alto pode ser irreversível no que tange à continuidade do processo de ensino e aprendizagem, exatamente pela sua ruptura.

Dessa forma, Arroyo (1993) vem descrever a evasão escolar como uma questão social resultante da desigualdade social no Brasil, pois a interrupção dos estudos por parte dos alunos pode gerar prejuízos tanto para a sociedade quanto para si mesmo, tornando o aluno um trabalhador sem qualificação, mal remunerado e à mercê do desemprego, reproduzindo a exclusão para que parte da sociedade não tenha acesso ao conhecimento.

Ainda segundo o autor, as desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira são resultantes da diferença de classe, e são elas que marcam o fracasso escolar nas camadas populares, porque,

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais (ARROYO,1993, p.21).

Nesse contexto, a evasão escolar se caracteriza pela estreita ligação com a exclusão social, pois o indivíduo deixando de ter acesso ao saber, fica afastado de outros direitos, como sua participação na política, na economia e na vida social. Além disso, para Gaioso (2005) a educação constitui o alicerce para que os indivíduos propiciem as verdadeiras mudanças sociais necessárias à melhoria da qualidade de vida e progresso da nação.

Diante do exposto, Moraes (2010) verifica que a falta de educação de qualidade que seja atraente e não excludente e a pobreza são algumas das causas do vertiginoso aumento da violência que nosso país vem enfrentando nos últimos anos. E o combate à evasão escolar nessa perspectiva surge como um eficaz instrumento de prevenção e combate à violência e à imensa desigualdade social que assola o Brasil, beneficiando toda a sociedade. Infelizmente, inexistem mecanismos efetivos de combate à evasão escolar no nível de escola, ou no nível de sistema de ensino.

Kipnis (2000) diz a partir de seus estudos, que os estudantes desistentes consideram a evasão como o próprio insucesso em alcançar os objetivos almejados ao ingressar na instituição. Para Johann (2012), na maioria das vezes, é o próprio aluno que sente os efeitos da evasão, pois é quem mais sai prejudicado nesse processo, tendo em vista que vive o sentimento de fracasso, principalmente se a evasão ocorrer por reprovação, concebendo uma autoimagem de incapacidade e inferioridade, em que até seu futuro profissional pode estar comprometido devido à falta de capacitação e habilitação.

Já Charlot (2005) ressalta que o estudante ocupa uma posição social, é um sujeito, um ser de desejo, que fala, interpreta o que lhe acontece, age de modo mais ou menos eficaz e tem uma história pessoal incluída nas histórias mais amplas (da família, da comunidade, da sociedade, da espécie humana). Todo esse histórico acaba influenciando no processo de aprendizagem e na mobilização frente aos novos saberes.

A escola precisa construir um saber no qual os sujeitos, que na vida tem mais dificuldades, sejam mais valorizados, pois como Arpini (2003, p.54) afirma:

Quando um adolescente é excluído da escola e do trabalho, ele está, nesse momento, sendo incluso no espaço social da marginalidade e da delinquência. A forma como a sociedade organiza as relações torna difícil fugir dessa lógica. Os adolescentes, ao não vislumbrarem muitas possibilidades de futuro agem como se ele não existisse, vivendo sem projetos, sem planos, sem grandes sonhos, que lhe são roubados pela sociedade.

Já Neri (2009) evidencia em seus estudos que países e pais que cuidam de suas crianças e adolescentes viabilizam seu futuro e, do ponto de vista social e fiscal, acaba sendo mais produtivo prevenir as consequências da evasão escolar investindo-se em educação, pois esta constitui o verdadeiro custo de oportunidade da sociedade e a alternativa de investimento com maior retorno social disponível.

Entretanto, o autor destaca que falta ainda às famílias e ao jovem estudante brasileiro a plena consciência do poder transformador da educação em suas vidas, como os altos impactos exercidos sobre empregabilidade, salário e saúde. Dessa forma, é preciso antes de tudo, que se informe à população sobre a importância da educação.

Não basta apenas concentrar-se nas propriedades desejáveis da política educacional, como retorno social de ações específicas. É preciso enxergar como essas informações chegam às pessoas e como elas transformam estas informações em decisões. Ações de difusão de informação sobre a capacidade de mudança pelas vias da educação são especialmente bem vindas. A literatura social concluiu há tempos sobre o alto poder explicativo da educação na alta desigualdade brasileira (NERI, 2009, p.17).

Nesse sentido, como forma de evitar as consequências da evasão escolar, Neri (2009) também ressalta que gestores, pesquisadores e observadores da área social vêm buscando, à luz da evidência empírica disponível, chegar a uma nova geração de políticas educacionais, baseadas em incentivos e metas guiados não apenas pelos quesitos técnicos da equidade e da eficiência, mas destacando como principais elementos hoje perseguidos no desenho de inovações das intervenções: o incentivo, a informação e a participação.

Para isso, o desafio não está apenas em enxergar o problema do ponto de vista dos atores sociais envolvidos no fenômeno da evasão escolar, mas principalmente que estes possam ter plena consciência da situação da perda incorrida ao abandonar a opção em favor de mais educação, pois apenas o conhecimento dos benefícios

associados à decisão de um maior tempo de permanência na escola permitirá que a educação atrativa e de qualidade se coloque no topo de suas prioridades.

Dessa forma, não basta apenas visualizar as boas propriedades da política educacional, como a possibilidade do potencial de equidade e de retorno privado ou social exercido. É preciso sim, entender como as informações chegam às pessoas e como elas transformam as informações recebidas em decisões, a partir da consciência das consequências que tais decisões podem acarretar para sua vida e para a sociedade.

Por isso, é correto afirmar que os fatores anteriormente apresentados são suficientes para justificar a importância do conhecimento das causas da evasão escolar e da reflexão sobre o problema, já que este traz consequências não só emocionais, acadêmicas, mas também de investimentos.

A evasão é, certamente, um dos problemas que afligem as instituições de ensino em geral. A busca de suas causas tem sido objeto de muitos trabalhos e pesquisas educacionais. [...] As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos (LOBO *et al.*, 2007, p.642).

Portanto, o contexto explicita que o problema da evasão escolar precisa ser enfrentado de forma articulada, com vistas à redução e ao fortalecimento da comunidade escolar buscando a erradicação da evasão e da repetência no ensino do país, garantindo a formação intelectual do cidadão e sua inserção na sociedade, de modo a contribuir para uma sociedade mais igualitária.

Buscar compreender a evasão escolar e identificar possíveis soluções nos revela que tanto as políticas públicas, profissionais da educação, família e sociedade precisam superar uma complexidade de situações que interferem no processo socioeducativo do sujeito. “Superar a evasão e o fracasso escolar que exclui, principalmente, as classes desfavorecidas socialmente, deve ser meta principal do estado e de todos os envolvidos com a educação pública brasileira” (CAMARGO, 2011, p.61).

3.4 A EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

3.4.1 A educação profissional

A educação profissional é uma modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96, na qual são definidas suas características e estrutura. Também está presente e é rediscutida por outras legislações como o Decreto 2.208 de 1997, que vem alterar e regulamentar o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394/96, revogada pelo Decreto 5.154 de 2004, que altera a regulamentação do § 2º do artigo 36 e dos artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, anteriormente propostos.

O Decreto 2.208 de 1997 representou um retrocesso em matéria de política educacional, pois criou um sistema de educação profissional paralelo ao ensino regular de educação geral e, por último, modificada, complementada e regulada pelo Decreto 5.154 de 2004, com o intuito principal de ultrapassar a clássica dicotomia existente na história da educação brasileira entre conhecimentos específicos e gerais, buscando proporcionar aos jovens e aos adultos maiores oportunidades de estudos, qualificação e participação na sociedade e no mundo do trabalho.

Relevante discussão sobre a educação profissional no Brasil pode ser encontrada no documento publicado pelo Ministério da Educação, em abril de 2004 intitulado: Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica (PPEPT). Nesse documento, a educação profissional passa a ser concebida como processo de construção social, que qualifica o cidadão e o educa “em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio-históricas e culturais de poder” (BRASIL, 2004, p.8).

E diz ainda:

O técnico não é simplesmente um fazedor de ações, cumpridor de ordens que acaba não raciocinando. Ele exerce a função tomando decisões, relacionando-se com seu superior, com seu colega e com seu subordinado, na execução de suas tarefas. Ou seja, trata-se de um ser reflexivo e crítico que possui funções instrumentais e intelectuais, dependendo da ação a ser tomada (BRASIL, 2004, p.8).

Para Araújo e Santos (2012), a educação profissional consiste em uma importante modalidade de ensino, por proporcionar o ingresso ao mercado de trabalho de forma qualificada, além de favorecer uma aprendizagem interdisciplinar com atividades práticas que privilegiam os quatro pilares da educação: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender.

Dessa forma, verifica-se que o objetivo principal da educação profissional pauta-se pela criação de cursos voltados para o acesso ao mercado de trabalho, contemplando estudantes ou profissionais que buscam ampliar suas qualificações. Nessa perspectiva, Freitas (2010, p.3) especifica os três níveis da educação profissional:

Nível básico: voltado às pessoas com qualquer nível de instrução, podendo ser realizado por qualquer instituição de ensino, não possui regulamentação curricular e confere ao participante o certificado de qualificação profissional [...].

Nível técnico: voltado para estudantes de ensino médio ou pessoas que já possuam esse nível de instrução, trata-se de um nível da educação profissional regulamentada e possui organização curricular própria, podendo ser oferecida de maneira integrada, concomitante ou sequencial ao ensino médio, na conclusão do curso é emitido diploma de técnico na área específica.

Nível tecnológico: são cursos destinados à formação superior e é realizado apenas por instituições de nível superior; os alunos devem ter concluído o ensino médio já que esse nível direciona-se à formação em atividades específicas no trabalho e confere ao concluinte o diploma de tecnólogo.

Estabelecimentos públicos e privados atuam nesta modalidade de ensino e podem ser caracterizados como institutos, escolas técnicas, agrotécnicas, centros de formação profissional ou associações. Dentre estes, destaca-se como referência na oferta de educação profissional a rede federal de ensino, que surge com a reorganização da educação profissional e tecnológica para atuar de forma integrada e regionalmente no país, disponibilizando uma educação de qualidade que visa o envolvimento toda a comunidade escolar.

A rede federal de educação profissional e tecnológica está fundamentada numa história de construção de cem anos, cujas atividades iniciais eram instrumentos de uma política voltada para as “classes desprovidas”. Hoje, se configura como uma importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

Esse é o elemento diferencial que está na gênese da constituição de uma identidade social particular para os agentes e instituições envolvidos neste contexto, cujo fenômeno é decorrente da história, do papel e das relações que a educação profissional e tecnológica estabelece com a ciência e a tecnologia, o desenvolvimento regional, local e com o mundo do trabalho e dos desejos de transformação dos atores nela envolvidos (MEC, 2010).

Nessa perspectiva, a educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ocorridas ao longo das últimas décadas na rede federal, com os esforços para a criação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e com a intensificação e diversificação da oferta e atividades de ensino, visando a atender os mais diferenciados públicos nas modalidades: presencial, semipresencial e à distância.

3.4.2 A expansão da rede federal de educação profissional

Com 104 anos de experiência, a rede federal de ensino foi sendo construída gradativamente, desde 1909, quando o então presidente da República Nilo Peçanha criou 19 Escolas de Aprendizes Artífices, as quais após várias mudanças de nomenclatura e reordenamento estão traduzidas nas instituições de ensino da rede.

O investimento do governo federal em educação profissional apresentou aumento significativo nos últimos dez anos, a partir de uma política de expansão focada na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Estes compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, formada ainda pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas.

Conforme expõe Pereira (2009), a primeira fase de expansão teve como objetivo principal a implantação das escolas federais de formação profissional e tecnológica em estados ainda desprovidos destas instituições. Além disso, o projeto era implantá-las em outras localidades, preferencialmente em periferias e em municípios

interioranos, distantes de centros urbanos, cuidando para que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais do mercado de trabalho. Dessa forma, foram previstas nessa fase de expansão, a criação de 64 (sessenta e quatro) unidades, sendo quatro Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) entre 2003 e 2005, vinte e oito UNEDs no plano de expansão 2006, cinco UNEDs no plano de expansão 2007, além de dezoito escolas federalizadas e nove autarquias.

Iniciada em 2007, a segunda fase da expansão previa a implantação de cento e cinquenta novas unidades de ensino, uma em cada cidade-pólo do país. A escolha destas cidades deu-se a partir da consideração de alguns fatores cruciais: distribuição territorial equilibrada das novas unidades, cobertura do maior número possível de mesorregiões, sintonia com os arranjos produtivos locais, aproveitamento de infraestrutura física existente e identificação de potenciais parcerias, consolidando o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional.

Considerando o crescimento expressivo de escolas profissionais com o plano de expansão, surgiu a necessidade de uma nova institucionalidade, o que foi efetivado pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Esta lei criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Ao todo, foram criados 38 (trinta e oito) institutos federais, constituídos a partir da transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e suas Unidades Descentralizadas de Ensino (UNEDs) e pela integração de escolas agrotécnicas, escolas técnicas federais, escolas vinculadas às Universidades Federais e pelas novas escolas construídas no âmbito do plano de expansão da rede federal.

Durante a primeira e a segunda fase de expansão foram criados 214 novos *campi* e no ano de 2011 houve o anúncio da terceira fase de expansão da rede federal de educação, com a criação de 4 universidades federais, a abertura de 47 campi universitários e 208 unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Sobre a expansão da rede federal de educação profissional, Johann (2012, p.33) explicita a partir de seus estudos:

Desde a escola de aprendizes criada em 1909 até os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, já se passaram 100 anos de história da educação profissional e muitas foram as transformações, sejam elas de ordem política, estrutural ou pedagógica, para promover a melhoria do ensino e preparar as gerações para o desenvolvimento técnico e científico que o mundo vem vivenciando. Nesse sentido, a expansão da Rede Tecnológica de Ensino, cujo objetivo é proporcionar educação de qualidade e oportunizar aos menos favorecidos estudarem em Institutos Federais - que hoje são centros de referência educacional - faz parte do processo de revitalização que a educação brasileira vem vivendo.

O Plano de Desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas – PDE, publicado em 2007 pelo Ministério da Educação, já destacava a importância da Rede Federal para a expansão da oferta e melhoria da qualidade da educação brasileira:

Talvez seja na educação profissional e tecnológica que os vínculos entre a educação, território e desenvolvimento se tornem mais evidentes e os efeitos de sua articulação, mais notáveis. (...). Diante dessa expansão sem precedentes, a proposição dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, como modelos de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica para uma atuação integrada e referenciada regionalmente, evidencia com grande nitidez os desejáveis enlances entre educação sistêmica, desenvolvimento e territorialidade. A missão institucional dos Institutos Federais deve, no que respeita à relação entre educação profissional e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão. Quanto à relação entre educação e ciência, o Instituto Federal deve constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado à investigação empírica; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional, e oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica. (BRASIL, 2007).

Divulgação realizada pelo Censo 2010 apontava que os números da educação profissional convergiam para a manutenção da sua expansão, com crescimento de 7,4%, ultrapassando 900 mil matrículas em 2010, dados confirmados em Brasil (2010) ao explicitar que nos últimos oito anos, a rede federal mais que dobrou a oferta de matrícula de educação profissional, com um crescimento de 114% no período. Nesse contexto, é correto afirmar que a profissionalização técnica de nível

médio foi a que apresentou o maior crescimento e as modificações mais significativas.

Especificamente até o ano de 2010, os dados indicavam para o ensino técnico integrado ao médio um contingente de 1,14 milhões de alunos atendidos. Para a educação profissional subsequente, oferecida aos alunos que já concluíram o ensino médio, teve aumento de 27% no número de matrículas e possuía uma participação de 62% no total de matrículas da educação profissional. Já na rede federal, a educação profissional concomitante ou integrada ao ensino médio apresentava uma participação de 61,8% do total de matrículas nesta rede (BRASIL, 2010).

Dados mais recentes divulgados em abril de 2014 pelo Ministério da Educação (MEC) indicavam que na educação profissional, o número de matrículas até o final de 2013 foi de 1,4 milhão, sendo 749.675 na rede pública. A rede federal puxou o crescimento de toda a rede pública, uma vez que o número de alunos nas instituições federais cresceu 8,4%, entre 2012 e 2013, chegando a 228.417 matrículas. Conta atualmente com 459 unidades implantadas, 54 mil servidores e números crescentes de matrículas da formação inicial e continuada à pós-graduação.

Para o presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), Caio Mário Bueno Silva (2013), os números não demonstram apenas o bom desempenho das instituições, mas, principalmente, revelam o importante papel social da rede. A inclusão social e a formação de cidadãos transformam vidas e contribuem para o desenvolvimento econômico do país, cada vez mais competitivo e inovador. "Em cinco anos foi possível alcançar resultados muito positivos, o que é motivador para superar desafios e expectativas na tentativa de manter essa tendência de evolução".

Segundo dados do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF, 2013), as expectativas são de que até o final do ano de 2014 sejam 562 unidades em funcionamento, mas a intenção é alcançar o total de mil escolas em todo o Brasil, atingindo a média de uma para cada cinco cidades. Para isso, a rede contará com mais investimentos do Ministério da Educação (MEC) em obras e equipamentos.

Para Araujo (2010), a educação profissional e tecnológica atravessa um grande momento no Brasil, devido à implementação de políticas públicas que passam a reconhecer e buscam ressaltar o valor estratégico dessa modalidade de ensino para o desenvolvimento nacional. Nessa perspectiva, Cruz (2010) destaca que a formação técnica profissionalizante é uma questão que vem ganhando papel de destaque no país, com o objetivo de alcançar nessa capacitação profissional a absorção de um contingente maior e mais qualificado para o mercado de trabalho, gerando com isso, emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico.

A história de 100 anos da educação profissional assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional, pois se configura em uma importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas, estabelecendo com a ciência e a tecnologia, o desenvolvimento regional e local e com o mundo do trabalho e dos desejos de transformação dos atores nela envolvidos (JOHANN, 2012, p.32).

Nessa direção, Santana (2010) ressalta que como parte integrante de um projeto de desenvolvimento nacional que busca consolidar-se como soberano, sustentável e inclusivo, a educação profissional e tecnológica está sendo convocada não só para atender às novas configurações do mundo do trabalho, mas igualmente, a contribuir para a elevação da escolaridade dos trabalhadores.

Além disso, a atual conjuntura histórica é extremamente favorável à transformação da educação profissional em importante espaço de produção científica e tecnológica nacional, especialmente porque o espaço social das práticas de ensino, pesquisa e inovação desenvolvidas nessa área possuem características diferenciadas e específicas.

Dore e Lüscher (2011) destacam ainda que a expansão do ensino técnico de nível médio e a abertura de novas oportunidades de acesso à formação profissional e à inserção no mundo do trabalho para os jovens possibilitam um maior grau de democratização da educação técnica, o que, no entanto, faz com que emergjam problemas relacionados à evasão que podem comprometer o processo de democratização desta modalidade de ensino.

3.4.3 O fenômeno da evasão escolar no ensino técnico profissionalizante

Dos pontos de vista social e individual, a escola representa a oportunidade fundamental para enfrentamento e superação de limitações do contexto, diante de desejos e aspirações dos indivíduos, permitindo-lhes construir novas, mais complexas e mais amplas perspectivas de inserção e de participação na vida social e no mundo do trabalho. No entanto, isso requer a permanência do estudante na escola. No caso da educação brasileira, conforme apontam Dore e Lüscher (2011), as condições de acesso e de permanência do estudante na escola e, particularmente, na escola técnica, são definidas em grande medida pelas políticas educacionais vigentes.

O que se verifica ao longo dos últimos anos é a existência de uma diversidade de projetos sendo realizados com vistas ao aumento das vagas em cursos técnicos, seja ampliando as escolas técnicas e a oferta de vagas, seja abrindo cursos que atendam uma demanda regional, de forma a promover ao jovem ou ao adulto o acesso à escola técnica. Porém, no que se refere à questão da permanência, ainda existem poucos projetos ou os existentes se mostram pouco eficientes.

Araújo e Santos (2012) afirmam em seus estudos que uma das razões mais significativas para a baixa formação qualificada e a falta de habilitação profissional existente no mercado de trabalho se deve ao problema do acesso e da permanência do cidadão em instituições que proporcionem formação qualificada. Isto porque, a oferta ainda não consegue atender a demanda, apesar do aumento significativo no número de vagas nos últimos anos. E, mesmo em cursos de menor duração, no caso dos cursos com tempo médio de dois anos, existe ainda a perda de alunos.

Nessa discussão, Dore e Lüscher (2011) argumentam que a evasão na educação profissionalizante pode representar tanto oportunidades de experimentação profissional, o que se referiria à mobilidade, como também, e frequentemente, estar atrelada à instabilidade e à falta de orientação quanto aos rumos profissionais que se deseja seguir. Nesse sentido,

[...] o estudante pode, por exemplo, escolher um curso em uma determinada área, interrompê-lo e mudar de curso, mas permanecer na mesma área ou

no mesmo eixo tecnológico. Pode também mudar de curso e de área/eixo ou, ainda, permanecer no mesmo curso e mudar apenas a modalidade do curso – integrado, subsequente ou concomitante – e/ou a rede de ensino na qual estuda. Outra situação é a de interromper o curso técnico para ingressar no ensino superior e, até mesmo, abandonar definitivamente qualquer proposta de formação profissional no nível médio (DORE e LÜCHER, 2011, p.152).

Dados do relatório divulgado pelo Tribunal de Contas da União no ano de 2013, após fiscalização em nove de trinta e oito institutos federais, apontam uma taxa de evasão média de 24% nos cursos profissionalizantes voltados a alunos dos cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de 19,4% nos cursos feitos por estudantes que acabaram de completar o ensino médio. Já entre os alunos que fazem cursos técnicos concomitantemente integrados com o ensino médio, a evasão apresentada foi menor: 6,4%, mas ainda assim preocupante.

Nessa perspectiva, Araújo e Santos (2012) destacam que a evasão escolar na educação profissionalizante representa uma problemática que afeta a formação e o desenvolvimento do jovem ou adulto que almeja se qualificar em busca de melhores empregos e qualidade de vida, atingindo percentuais significativos e que preocupam muitas instituições de educação profissional. Sendo assim, constitui um problema de ordem democrática em que o direito à permanência do aluno na escola não está sendo garantido.

Para as autoras Dore e Lüscher (2011), a compreensão dos fatores relacionados às escolhas desses estudantes ao optarem por abandonar a escola pode possibilitar formas de prevenir a evasão, seja pela identificação de novas práticas pedagógicas ou com a implementação de políticas públicas adequadas. Dessa forma, verifica-se que a maior parte dos estudos propõe a prevenção do fenômeno da evasão, com a identificação precoce do problema e com o acompanhamento individual daqueles que estão em situação de risco de evadir.

A gerente técnica do movimento Todos pela Educação, Alejandra Meraz Velasco (2014, online), avalia que a evasão no ensino técnico é um problema semelhante ao abandono escolar ainda nos anos do ensino médio. Analisa também e expõe como ponto extremamente relevante, o fato de que mesmo com os investimentos no setor, falta conexão de alguns cursos com a prática no mercado de trabalho, quando

“apesar do nome ser educação profissional essa falta de conexão ainda acontece e o próprio mercado acaba sentindo que os alunos muitas vezes não apresentam esse diferencial”, tão importante. Para ela, o título de ensino profissional precisa de mais valor agregado para que se reduza a evasão existente, sobretudo, em cursos subsequentes.

Já a discussão levantada no Fórum de Educação Profissional do Estado de São Paulo (2011) evidencia que a relação entre a educação básica e a educação técnica é um dos contextos mais significativos da pesquisa sobre evasão na educação técnica do Brasil. Tal discussão ressalta que muitos alunos não estão preparados para absorver o conteúdo do ensino profissional porque a educação básica não foi eficiente, e em alguns casos, o processo seletivo para o ingresso no ensino profissional não foi capaz de avaliar se o aluno possui o conhecimento necessário para ingressar no curso profissional.

Na mesma direção, Dore e Lüscher (2011) acrescentam que no caso brasileiro, à questão da evasão no ensino técnico acrescenta-se a dificuldade de acesso dos jovens a essa modalidade de ensino, tendo em vista os altos índices de evasão e de outros indicadores de fracasso escolar na educação básica. Por isso, a relação entre a educação básica - ensino fundamental e médio - e a educação técnica é um dos contextos mais significativos da pesquisa sobre evasão na educação técnica no país. Dessa forma, é possível afirmar que a existência de gargalos no fluxo escolar da educação básica reduz de maneira contundente as possibilidades de acesso dos jovens à educação técnica.

Com base na análise contextual, pode-se concluir que as possibilidades de acesso ao ensino técnico são limitadas tanto pela política educacional quanto por fatores relacionados ao desempenho escolar dos estudantes na educação básica. Além disso, “para aqueles que conseguem ultrapassar todas as barreiras e se matricular em um curso técnico resta ainda o desafio de superar condições nem sempre favoráveis à sua permanência na escola” (Dore e Lüscher, 2011, p.781).

Ainda ao tratarmos da reflexão a respeito dos fatores motivadores do abandono escolar na educação profissional, Araújo e Santos (2012) destacam a situação de quando o aluno começa a estudar e percebe que o currículo do curso técnico não

atende exatamente ao que esperavam. Já outra situação discutida remete aos alunos que por estarem matriculados em institutos federais conseguem trabalho facilmente, mas acabam não conseguindo conciliar trabalho e estudo e abrem mão do curso por já estarem inseridos no mercado de trabalho.

Outros fatores podem estar associados ao próprio mercado de trabalho, ao reconhecimento social da carreira escolhida, às conjunturas econômicas específicas, à desvalorização da profissão, ao desemprego, à ausência de políticas públicas consistentes à permanência na educação profissionalizante e a não efetivação das políticas já existentes. As autoras complementam essa reflexão com outros vários motivos que poderiam estar envolvidos no processo de abandono escolar no contexto dos cursos profissionalizantes:

A questão da escola não atrativa que por diversos fatores internos não favorece um ambiente de acolhimento e principalmente, de aprendizagem aos alunos, corresponde como fator de exclusão dos estudantes. A escola com currículos desatualizados, que não apresenta o perfil do curso e sua importância para o mercado, a falta de apresentação da demanda em empregabilidade na área do aluno, falta de ações pedagógicas em disciplinas com altas taxas de retenção, a falta de apresentação coerente dos critérios e do sistema de avaliação do desempenho do aluno, a falta de formação didático pedagógica dos professores, professores desmotivados, poucas visitas técnicas, poucas ou nenhuma aula prática, pouca divulgação de vagas de estágio, a falta de parcerias e convênios com empresas para o estímulo da aprendizagem contextualizada, a falta de estágios e empregos aos alunos, a falta de adequação de plano de carreira do professor, a falta de estrutura na escola, a falta de laboratórios, de equipamentos de informática, de recursos humanos para apoio aos alunos, como psicólogos, assistentes sociais, orientadores educacionais, além de apoio e reforço para os alunos com dificuldades (ARAÚJO e SANTOS, 2012, p.8).

Cardoso, Carniello e Santos (2011) enfatizam que as profissões mais ligadas a expectativas de salários altos, a garantia de emprego, a *status* profissional e intelectual e maior poder aquisitivo são supervalorizadas e que cursos de pouco prestígio social são vinculados aos salários baixos e à falta de garantia de inserção no mercado de trabalho, dessa forma, os estudantes que optam por essas profissões possuem maior probabilidade de não se diplomarem.

Para Silva, Pelissari e Steimbach (2013, p.12), outra ordem de razões para o abandono do curso que se articula às demais diz respeito a uma “visão essencialmente positiva, idealista e fetichizada sobre a tecnologia”, responsável pela elevada procura e também pelo alto abandono dos cursos técnicos. Os consensos

em relação ao alto número de vagas no mercado de trabalho e a suposição de garantia de um salário que proporcionaria uma vida sem dificuldades financeiras levam-nos a refletir que as visões superficiais a respeito do contexto geral dessa modalidade de ensino explicam a alta procura nos cursos.

No entanto, quando os estudantes se deparam com outra realidade e amadurecem seus objetivos e anseios em relação ao futuro profissional, acabam por se questionarem a respeito do gosto pelo curso e acabam abandonando a escola de ensino técnico. Ou seja, “é a própria falta de clareza sobre o curso no momento da escolha, construída no âmago de uma visão fetichizada a respeito da tecnologia e da profissão, que se coloca como fator determinante para o abandono” (SILVA, PELISSARI e STEIMBACH, 2013, p.12), de forma que as causas do abandono são encontradas nos próprios motivos que configuram, em outro momento, a alta procura pelos cursos.

Todos esses fatores estão inseridos na economia e política do país, assim poderão sofrer influência de maior ou menor oferta, programas de incentivo, demanda ou retração do mercado de trabalho, conforme citam Schargel e Smink (2002). Complementando a discussão, Vasconcellos (1995) propõe que a falta de adaptação do aluno à escola e a falha da instituição em perceber este distanciamento e estabelecer estratégias de aproximação, constituem importantes fatores geradores de abandono escolar.

Glavam e Cruz (2013) citam em seus estudos que os crescentes índices de abandono dos cursos técnicos têm preocupado principalmente a gestão das instituições de ensino, uma vez que estes impactam sobre o resultado financeiro, as metas de conclusão e de quantidade de formandos, quantidade de hora/aula ministrada, pois a vaga perdida não é repostada devido ao já andamento do curso, e os gastos para realização da turma, como a disponibilização de espaço, laboratórios instrutores equipe pedagógica e insumos são mantidos, independente da quantidade de alunos em cada turma. Além disso, também impactam sobre a sociedade, as indústrias locais, o governo, o aluno e sua família, à medida que dificulta o acesso a melhores oportunidades de trabalho.

Os autores também descrevem as consequências do abandono escolar no contexto da educação profissional para cada um dos envolvidos nesse processo. Assim, o aluno evadido não tem acesso a todo o conhecimento proposto, não adquire as habilidades necessárias para o pleno desenvolvimento de tarefas impostas à atividade profissional e, dessa forma, terá dificuldade de alcançar melhores oportunidades, “o fracasso na educação é também um fracasso na vida, resultando para a maioria, em subemprego e salários mais baixos” (GLAVAM e CRUZ, 2013, p.2).

Já as empresas poderão apresentar prejuízo ao contratar um funcionário com baixo desempenho, sujeitas muitas vezes, a maior tempo de produção e índices de erros, o que gera retrabalho. Funcionários qualificados, capacitados e capazes de desenvolver suas habilidades e competências são fundamentais para o ganho de competitividade da indústria, sobretudo nas micro e pequenas empresas.

Por sua vez, o governo é obrigado a lançar recorrentes projetos de qualificação de mão de obra que poderiam ser mais bem aproveitados se houvesse um índice reduzido de evasão. Dessa forma, o abandono gera desperdício de recurso público e baixos salários. Para os empregados desqualificados geram dificuldades em (re) colocação no mercado de trabalho e maior utilização de programas governamentais assistencialistas.

Nos estudos de Batista (2009), é explicitada a realidade de que o jovem evadido poderá estar condenado à falta de oportunidades e tenha que atuar à margem do mercado de trabalho, desempenhando funções de baixa remuneração e por muitas vezes em condições precárias de trabalho, e até, na falta de registros e seguridade social, reflexo da informalidade.

Acrescenta-se à análise, o fato de no Brasil, pesquisas sobre evasão escolar na educação técnica ainda serem praticamente inexistentes, conforme destacam Machado e Moreira (2012, p.2). Para as autoras, a ausência de estudos sobre o tema pode estar relacionada ao fato de que o processo de democratização da escola técnica de nível médio no Brasil apenas se iniciou, e “se a democratização do ensino significa o acesso dos estudantes à escola e a sua permanência nos estudos, a crise em um desses dois termos se mostra um problema”.

Segundo Veloso e Almeida (2001), as pesquisas sobre evasão escolar nesta modalidade de ensino se tornaram mais frequentes no país apenas a partir do ano de 1995, quando foi constituída pelo MEC a Comissão Especial de estudos sobre Evasão, com o intuito de desenvolver estudos sobre o desempenho das instituições federais de ensino superior. A partir daí, as instituições federais de ensino técnico também atentaram para o problema e buscaram apresentar ou intensificar ações de permanência para combater a evasão em todos os níveis de ensino, a partir de algumas ações como a orientação sócio-pedagógica, a assistência estudantil, a criação de núcleos de atendimento a pessoas com necessidades específicas, entre outros.

No entanto, é possível afirmar que muito ainda há de se fazer para reduzir os índices de evasão no ensino profissional, devendo ser compromisso de toda a sociedade o seu envolvimento para o alcance de uma educação democrática e participativa. Todos os envolvidos nesse processo devem desempenhar suas funções específicas da melhor forma possível e em prol da superação do desafio da evasão escolar, relacionando as ações desenvolvidas pela escola, pelos professores, por alunos, sociedade e políticas públicas educacionais.

Nesse sentido, Silva, Pelissari e Steimbach (2013) também chamam a atenção para a necessidade de questionar qual é a expansão do ensino técnico que está em jogo no Brasil. Na realidade se percebe que o que é considerado pelo poder público é uma expansão que não se propõe a alterar a essência estrutural da educação técnica. Mas, sob o discurso da democratização, simplesmente ampliar o acesso a esse nível de ensino em sintonia com as demandas do mercado e do desenvolvimento. Não há em curso uma problematização mais profunda acerca de questões que são centrais para o processo de educação formal, tais como o currículo, as visões e os anseios dos alunos.

Dore e Lücher (2011, p.785) acrescentam:

A existência de evasão tão elevada em cursos técnicos organizados a partir de uma política pública, que busca expressamente privilegiar a formação profissional como recurso de inserção dos jovens no mercado de trabalho, remete nossas reflexões, mais uma vez, para o contexto da política educacional brasileira na organização da escola média e da escola técnica. É indispensável que a atual política educacional para o ensino técnico, ao desenvolver suas estratégias de expansão, considere a evasão escolar e

suas principais causas, de forma a evitar o risco de decisões equivocadas e onerosas.

Nesse sentido, portanto, é válido destacar conforme reflexão de Pradime (BRASIL, 2006), que dois pressupostos devem orientar essa análise do fenômeno da evasão escolar no ensino técnico do país. O primeiro, o de que a educação é um direito cuja garantia concorre significativamente para a superação das desigualdades sociais evidenciando a democracia. Já o segundo refere-se ao desenvolvimento humano e ao quanto esse desenvolvimento amplia as possibilidades e potencialidades das pessoas fazerem escolhas e terem melhores condições de vida, saúde, longevidade, acesso aos conhecimentos produzidos e em construção pela humanidade e de ter melhores condições de trabalho, com rendimento suficiente para uma vida digna.

CAPÍTULO IV – PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo buscou-se, inicialmente, contextualizar os estudos a partir da caracterização do local no qual a pesquisa se desenvolveu, para então, passar à apresentação dos dados coletados e à análise dos resultados.

4.1 DESCRIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ANALISADA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES) inicia sua história em 23 de setembro de 1909, a partir da sua oficialização no governo do presidente Nilo Peçanha. Regulamentado pelo Decreto 9.070, de 25 de outubro de 1911, recebe o nome de Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo (EAA), tendo por objetivo formar profissionais artesãos, voltados para o trabalho manual.

Ao longo de sua existência recebeu várias denominações de acordo com as transformações em sua atuação. Dessa forma, a partir de 1937, passou a formar profissionais para a produção em série, denominando-se então, Liceu Industrial de Vitória que, em 25 de fevereiro de 1942, foi transformado em Escola Técnica de Vitória. Já no ano de 1965, passou a ser chamada Escola Técnica Federal do Espírito Santo (ETFES), baseada em um modelo empresarial.

A partir de março de 1999, transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFETES), o que possibilitou novas formas de atuação e um novo paradigma de instituição pública profissionalizante. Em 2004, o CEFETES tornou-se uma instituição de ensino superior por meio dos Decretos 5.224 e 5.225, atualmente substituídos pelo 5.773. No final de 2008, o CEFETES foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo ou, simplesmente, Instituto Federal do Espírito Santo, IFES.

Os Institutos Federais do país foram implantados a partir da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica formada pelos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), escolas agrotécnicas federais e escolas técnicas

vinculadas a universidades. Assim, os Institutos Federais passaram a se caracterizar como estabelecimentos especializados na oferta de ensino profissionalizante e tecnológico nas diferentes modalidades de ensino, desde a educação de jovens e adultos até o doutorado.

Nesse contexto, o Instituto Federal do ES surgiu como uma instituição que articula a educação básica, superior e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Com 105 anos de atuação na educação capixaba, o instituto foi composto, até o final do ano de 2014, por uma rede com vinte campi implementados e em funcionamento, localizados em várias regiões do estado.

4.1.1 O *campus* Cariacica do IFES

A Unidade Descentralizada de Cariacica do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo foi criada pela Portaria nº 1.312 do Ministério da Educação em julho de 2006 e iniciou suas atividades no mês de agosto do mesmo ano. A partir de dezembro de 2008, após sanção da lei que criou os Institutos Federais, esta unidade passou a denominar-se *campus* Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

Dessa forma, o *campus* Cariacica constitui-se como um dos *campi* do IFES e é regido pela Legislação Federal aplicável, pelo Estatuto e pelo Regimento Geral do IFES e também por seu Regimento Interno. Possui como missão: promover educação profissional e tecnológica de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco no desenvolvimento humano sustentável.

Em complementariedade à missão descrita, seus valores são assim definidos: qualidade e excelência na educação profissional e tecnológica; competência profissional dos servidores; sintonia e flexibilidade para integração com todos os segmentos; ética nas ações e nos relacionamentos; humanização: valorização do

ser humano como foco das decisões, como também, responsabilidade social e sustentabilidade por meio do ensino, pesquisa e extensão.

Já os objetivos do *campus* Cariacica observam os ideais e os fins previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, na legislação que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos termos fixados pela Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além das concepções e diretrizes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, sendo assim descritos:

- I. Ministrar educação profissional técnica de nível médio;
- II. Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, com objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e atualizar profissionais, em todos os níveis de escolaridade nas áreas de educação profissional e tecnológica;
- III. Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções científicas, técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. Estimular e apoiar processos educativos que propiciem a geração de trabalho, renda e a emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. Ministrar em nível de educação superior:
 - Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica e para a educação profissional;
 - Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - Cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas de conhecimento;
 - Cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica (Disponível em: <http://www.ca.ifes.edu.br>, acesso em 28/11/2014).

As atividades do *campus* tiveram início em um pequeno prédio provisório cedido pela Prefeitura Municipal de Cariacica, localizado no bairro São Francisco deste município, oferecendo vagas para o Curso Técnico em Ferrovias, inédito no Brasil e fruto de uma parceria do CEFETES com a Companhia Vale do Rio Doce. Em 2009, passou a funcionar também no bairro Itacibá, de forma parcial.

Esta sede própria foi ocupada em definitivo ao término do ano de 2012, finalizando as operações em São Francisco. Dessa forma, o campus funciona nos dias atuais com uma ampla estrutura física composta por 19 (dezenove) salas de aula, 2 (duas) salas de idiomas, 1 (uma) sala de desenho técnico, 1 (uma) sala de educação física, 6 (seis) laboratórios de informática, além de laboratórios de eletrônica, eletrotécnica, eletricidade, hidráulica e pneumática, mecânica, biblioteca, dois auditórios e ginásio poliesportivo.

Nesse espaço, com o intuito de atender aos objetivos propostos e oferecer ensino de qualidade, a instituição possui 129 (cento e vinte nove) servidores lotados em setores administrativos e de ensino, compondo equipes para apoio pedagógico, psicológico, de saúde, dentre outras. Além disso, possui 72 (setenta e dois) professores efetivos e 8 (oito) docentes temporários, com atuação em atividades de ensino, pesquisa e extensão no campus e em atendimento aos 1510 (mil quinhentos e dez) alunos matriculados nos diversos segmentos de ensino ofertados.

O *campus* oferece vagas em cursos nas diversas modalidades de ensino: integrado e concomitante ao ensino médio, bacharelado, licenciatura e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, distribuídas nos seguintes cursos: Administração, Ferrovias, Logística, Portos, Engenharia de Produção e Física. No segmento da Extensão, oferta cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) na área de Administração, todos com entradas de alunos por meio de processo seletivo.

4.1.2 O curso Técnico em Ferrovias

Ao iniciar suas atividades no ano de 2006, o *campus* Cariacica do IFES abriu vagas para um curso inédito em todo país, o curso Técnico em Ferrovias. Este curso foi fruto de parceria com a Companhia Vale do Rio Doce, visando atender uma possível demanda por mão de obra especializada na área ferroviária. Antes disso, estudos apontaram para progressivos investimentos no sistema ferroviário, o qual passou a apresentar um cenário evolutivo favorável, tendendo a ampliar sua importância na matriz de transportes do Brasil devido à apresentação de um panorama de crescimento deste modal de transporte no país inteiro.

Nesse contexto, reconhecendo e buscando atender a essa demanda iminente, o *campus* Cariacica implementou a partir do segundo semestre de 2006, o primeiro curso técnico gratuito no Brasil oferecido na área ferroviária. Inicialmente, ofereceu vagas para o curso na modalidade concomitante, ou seja, voltado para alunos que já haviam concluído ou que estivessem cursando o terceiro ano do ensino médio, com turmas no turno vespertino e noturno. Posteriormente, em 2008, também foram oferecidas vagas para o curso integrado ao ensino médio.

Outras vagas para o curso em turmas concomitantes foram oferecidas nos semestres 2007/1, 2007/2, 2009/1, 2013/1, 2013/2 e 2014/2, sendo disponibilizadas a partir de 2009 vagas somente para o turno noturno. O curso nesta modalidade possui regime semestral com duração de quatro semestres e tempo total de dois anos, com carga horária atual igual a 1.333 horas e estágio não obrigatório de 360 horas.

Ao longo desses anos o curso passou por algumas transformações e adequações visando melhor colocação do egresso no mercado de trabalho, e hoje, atende ao solicitado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação enquadrando-se dentro do eixo tecnológico: Controle e Processos Industriais. Nesse sentido, contempla ações operacionais voltadas para o segmento industrial. Contudo, abrange também, em seu campo de atuação, instituições de pesquisa, segmento ambiental e de serviços.

O curso tem por objetivo principal atender à demanda das concessionárias de transporte ferroviário de forma a suprir as necessidades e experiências operacionais e arranjos produtivos não só na região metropolitana de Vitória, mas em todo o estado ou país. Dessa forma, o aluno formado estará apto a trabalhar nas áreas de manutenção eletromecânica de qualquer ferrovia, com ênfase em ferrovias de cargas.

4.2 DESCRIÇÃO DOS SUJEITOS DO ESTUDO E O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Os sujeitos do estudo referem-se a uma parcela convenientemente selecionada do universo, ou seja, uma “amostra ou subconjunto do universo” (MARCONI e LAKATOS, 2008, p. 16) definido a partir dos objetivos a serem alcançados com a pesquisa. Dessa forma, os sujeitos desse estudo são todos os alunos matriculados no curso Técnico em Ferrovias do Campus Cariacica, na modalidade concomitante ao ensino médio, desde o início de sua oferta no segundo semestre do ano de 2006 até a última turma ingressante no semestre 2014/2, dos quais serão identificados os alunos evadidos e suas motivações.

Saliente-se que é possível pensar se tratar de uma amostra relativamente pequena ao considerar o contexto da educação profissional, mas é correto afirmar que expressa a tendência de uma realidade maior. Dessa forma, o entendimento desta conjuntura servirá de subsídio para compreender a realidade dos demais cursos oferecidos na educação técnica profissionalizante.

Portanto, na tentativa de identificar e compreender o fenômeno do abandono escolar nessa realidade, a definição de evasão escolar desta pesquisa refere-se à saída definitiva do aluno de seu curso de origem, em qualquer etapa, sem concluí-lo. Com isso, a investigação se volta para o levantamento do quantitativo dos alunos evadidos e, sobretudo, para a identificação das razões que levaram esse aluno a desistir do curso.

Para isso a elaboração da pesquisa foi efetuada em duas etapas. Na primeira, a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica sobre a evasão escolar proporcionando embasamento e sustentação para a pesquisa documental e análise dos dados levantados na segunda etapa. Esta se deu no período de Fevereiro à Abril de 2015, quando foram coletadas as informações a respeito dos alunos evadidos em documentos internos da instituição, para posteriormente, por meio de entrevistas realizadas no mês de Maio de 2015, conhecer a realidade dos discentes evadidos na tentativa de compreender as causas desse fenômeno e os fatores envolvidos no processo do abandono escolar.

Dessa forma, para o levantamento dos dados foram utilizados dois procedimentos de pesquisa: um de natureza quantitativa e outro de natureza qualitativa. No método quantitativo, o meio para coleta de dados se deu através do levantamento de informações a partir de documentos internos da instituição: históricos escolares dos estudantes e análise da ficha individual dos alunos evadidos, disponíveis nos setores de Registros Acadêmicos, Núcleo Pedagógicos e acessados por meio do Sistema Acadêmico, onde também ficam armazenados todos os dados da vida acadêmica do aluno.

A partir desses dados foi possível identificar os discentes evadidos, dos quais uma amostra estratificada aleatória de dez alunos foi definida com base nas características identificadas para esse grupo, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa qualitativa. Para isso, os alunos foram contatados para a realização da entrevista semiestruturada com a finalidade de discutir a respeito dos motivos que o levaram a desistir do curso.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Esse tópico tem por objetivo organizar e detalhar os dados coletados na pesquisa. Para isso, por meio da abordagem quantitativa do estudo foram analisados os dados obtidos em documentos internos da instituição para o levantamento do quantitativo

de alunos matriculados e evadidos no curso em questão. Posteriormente, dos alunos evadidos foi traçado o perfil das suas caracterizações contemplando itens referentes a turno de estudo, gênero, idade, estado civil, local de moradia e renda familiar.

Já na abordagem qualitativa representada pelas entrevistas semiestruturadas, buscou-se verificar com uma amostra estratificada aleatória de dez alunos do total de evadidos as causas inerentes ao processo de abandono escolar, de forma a realizar ponderações entre as respostas e o referencial teórico existente, com a proposta de refletir criticamente sobre o assunto abordado.

Saliente-se que este estudo se propõe a analisar os dados de forma que os resultados permitam melhorar a eficiência do processo educativo na prática por meio do conhecimento das características do fenômeno da evasão escolar e com o intuito de evitar situações iminentes de abandono ainda existentes.

4.3.1 Análise quantitativa da pesquisa

A seguir é apresentada a interpretação dos dados coletados na pesquisa quantitativa junto aos alunos matriculados no curso Técnico em Ferrovias, na modalidade concomitante ao ensino médio, do *campus* Cariacica do IFES. São dados que possibilitam a constatação dos índices do problema pesquisado. De acordo com Gatti (2004), os dados quantificados, contextualizados e trabalhados metodologicamente com responsabilidade contribuem para a compreensão dos fenômenos investigados na área da educação.

A partir de dados quantificados, contextualizadas por perspectivas teóricas, com escolhas metodológicas cuidadosas, trazem subsídios concretos para a compreensão de fenômenos educacionais indo além de casuísmos e contribuindo para a produção/enfrentamento de políticas educacionais, para planejamento, administração/gestão da educação, podendo ainda orientar ações pedagógicas de cunho mais geral ou específico (GATTI, 2004, p. 26).

Os dados obtidos foram analisados por meio da estatística descritiva através da organização, sumarização e descrição do conjunto de dados, com o objetivo de identificar o quantitativo de alunos evadidos do curso e as caracterizações de seu perfil à época em que se efetivou a desistência. Visando melhor visibilidade das informações, optou-se pela apresentação através de tabelas e gráficos mesclando as informações quantitativas em dados numéricos e percentuais, seguidos das devidas análises do autor.

Dessa forma, as informações descritas inicialmente na Tabela 1 explicitam o registro dos números referentes ao quantitativo total de alunos matriculados, de alunos evadidos e o percentual de evasão verificado em cada período no qual houve ofertas de turmas para o referido curso, separados por semestre de entradas de discentes, desde o ano de 2006 até o ano de 2014.

Tabela 1 – Dados numéricos de matrículas e evasão no Curso Técnico em Ferrovias

ENTRADAS DE TURMAS	MATRICULADOS	EVADIDOS	% EVASÃO
2006/2	64	15	23,44%
2007/1	64	26	40,63%
2007/2	64	15	23,44%
2009/1	32	15	46,87%
2013/1	40	21	52,50%
2013/2	35	22	62,85%
2014/2	43	13	30,23%
TOTAL	342	127	37,13%

Fonte: Coordenadoria de Registros Acadêmicos – Ifes Campus Cariacica/2015.

Analisando os índices de evasão escolar estratificados por período de entradas de turmas é possível observar que em 2006/2, das 64 matrículas efetivadas, 15 não concluíram o curso, assim como na turma de 2007/2. Já dos 64 alunos matriculados em 2007/1, 26 evadiram-se. Na turma de 2009/1 foram detectadas 15 desistências dos 32 alunos matriculados e para o ingresso em 2013/1 foram 21 discentes não concluintes dos 40 matriculados.

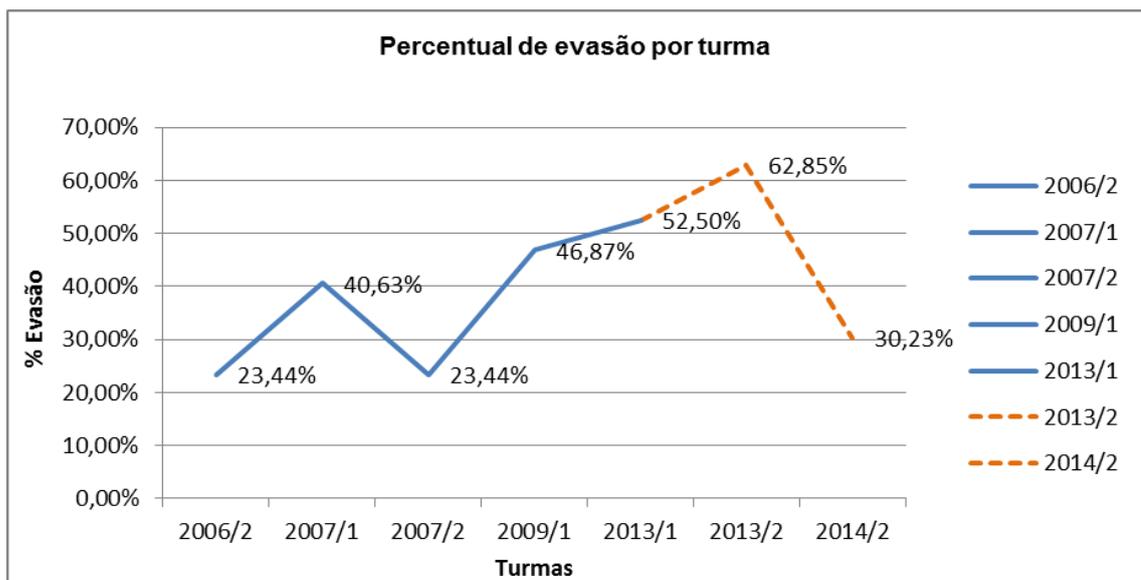
Para as turmas de 2013/2 e 2014/2 foram, respectivamente, matriculados 35 e 43 alunos e detectadas 22 e 13 desistências até o momento. Destaca-se que para elas

são parciais os dados expostos, pois o período de duração do curso, que são quatro semestres ou dois anos, ainda não terminou.

Ao se verificar os números expostos é possível observar que a evasão está presente em todas as turmas ofertadas, em maior ou menor proporção, mas nunca pouco relevante. O quantitativo total global dos dados do abandono escolar remete-se a 127 alunos dos 342 matriculados no curso.

Visualiza-se com maior clareza no Gráfico 1 a variação dos índices da evasão escolar ao longo dos anos, entre 2006 e 2014, período que houve entradas de turmas para o curso em questão:

Gráfico 1 - A evasão no Curso Técnico em Ferrovias



Fonte: elaborado pela autora/2015

Observa-se que os dados para os ingressantes no primeiro semestre de oferta do curso, em 2006/2, apontam para um percentual de evasão igual a 23,44%, igualmente verificado para as turmas ingressantes em 2007/2. Este percentual foi o menor verificado entre as turmas ofertadas para o Curso de Ferrovias. Para as demais, os percentuais de abandono escolar se apresentam da seguinte forma:

40,63% (2007/1), 46,87% (2009/1), 52,50% (2013/1), 62,85% (2013/2) e 30,23% (2014/2).

Dos dados dos ingressantes em 2006/2 para 2007/1 houve o aumento no percentual de evasão verificado, de 23,44% para 40,63%, reduzindo novamente para 23,44% em 2007/2. Para a turma 2009/1 o percentual subiu novamente alcançando 46,87% de abandono e continuou subindo na turma 2013/1 quando atinge 52,50%.

Já para as turmas de 2013/2 e 2014/2, atualmente com percentuais de 62,85% e 30,23%, respectivamente, há a linha pontilhada do gráfico a qual indica a sua situação não finalizada, já que os dados efetivos de quantitativo de evadidos podem ser alterados após o término do curso para essas turmas, com mudança na linha de variação dos índices de evasão apresentados até o momento.

Podemos afirmar que os números apresentados se mostram crescentes e preocupantes. Para tal análise utilizamos como parâmetro o último relatório apresentado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que entre agosto de 2011 e abril de 2012 realizou uma auditoria operacional na Rede Federal de Educação Profissional, cujo objetivo foi avaliar a atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e um dos cinco aspectos avaliados era referente à caracterização da evasão e medidas de como reduzi-la.

Com base nos dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), o TCU calculou as taxas médias de evasão no país e destacou como os cursos com a pior situação de abandono escolar aqueles de nível médio: principalmente cursos de Proeja (24%) e cursos médios concomitantes e subsequentes (19%), considerados pelo estudo como sendo de taxas elevadas. Em nossa pesquisa, o menor percentual de evasão verificado para as turmas ofertadas para o Curso de Ferrovias, que se enquadra na categoria concomitante, foi de 23,44% e uma evasão global equivalente a 37,13%.

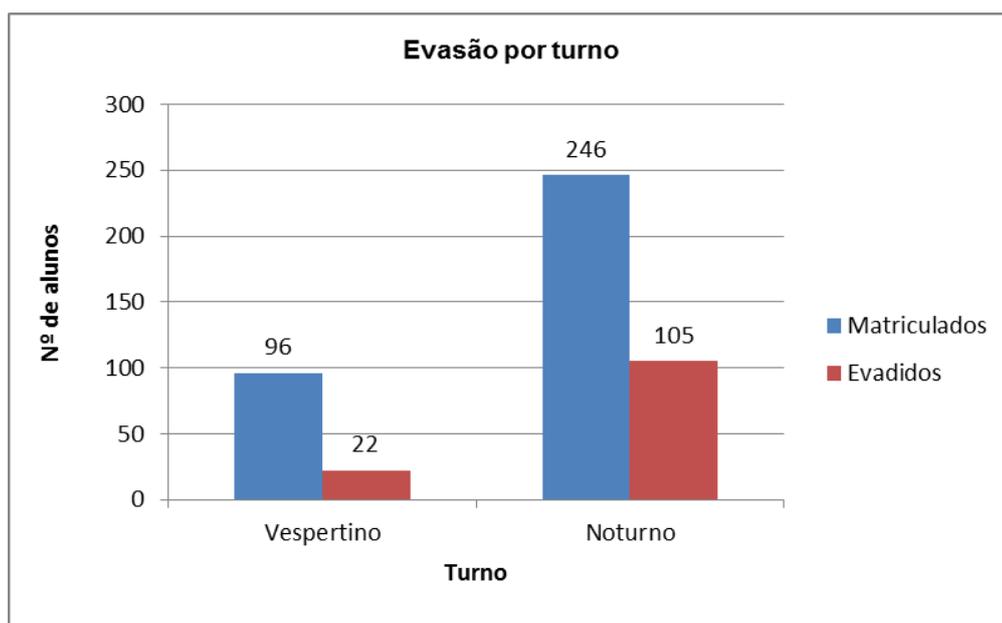
A partir dessas informações buscou-se conhecer as características do perfil dos alunos evadidos, já que compreender o fenômeno da evasão envolve um estudo mais aprofundado de suas perspectivas. De acordo com o que afirmam Schargel e Smick (2002), após a definição e a identificação do problema, é necessário o

“delineamento do perfil” dos alunos desistentes, o que contribuirá na busca de estratégias para a solução ou amenização das situações de abandono escolar.

Portanto, em seguida são apresentados alguns dados sobre o perfil dos 127 alunos evadidos pesquisados a partir de informações disponíveis em suas fichas acadêmicas, com os dados da época em que desistiram do curso. Descrevem-se aqui os principais resultados encontrados que compõem as características pessoais desses alunos, abrangendo: turno de estudo, gênero, idade, estado civil, local de moradia e renda. Espera-se com esta análise obter um perfil geral da população de evadidos.

Para a verificação da ocorrência da evasão escolar por turno é relevante destacar que não houve a mesma proporção de oferta de vagas entre o turno vespertino e o turno noturno, com menos vagas efetivadas para o primeiro. Portanto, para a identificação do real quantitativo de desistências por turno é necessário que seja feita uma comparação entre o quantitativo de evadidos com o total de alunos matriculados no curso por turno.

Gráfico 2 – A evasão por turno



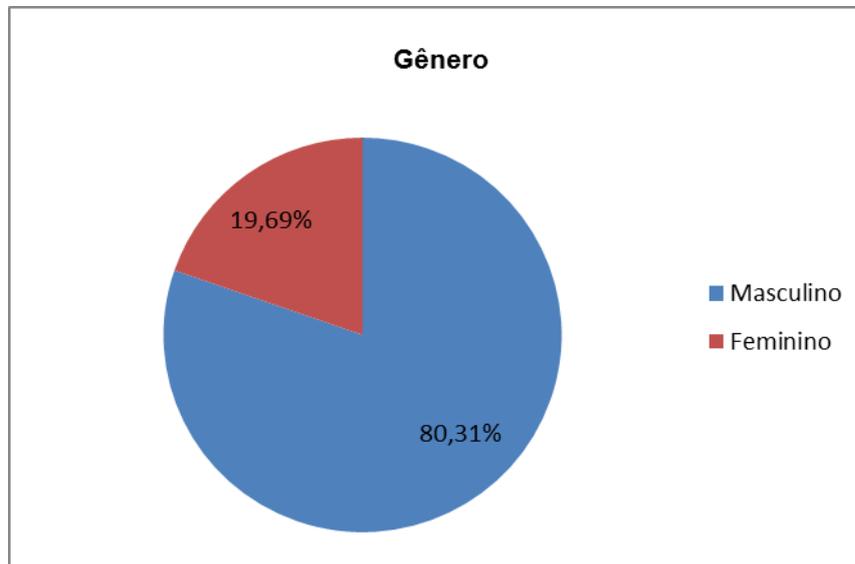
Fonte: elaborado pela autora/2015

Dessa forma, em uma análise global de acordo com a oferta de vagas para cada turno é possível verificar que das 96 matrículas efetivadas para o turno vespertino, 22 alunos evadiram-se, ou seja, 22,91%. E para o turno noturno, dos 246 alunos matriculados 105 desistiram do curso, o correspondente a 42,68%.

E ainda, dentre os 127 alunos evadidos ao longo do curso, 17,32% correspondem aos desistentes matriculados no turno vespertino e 82,68% no turno noturno. Assim, constatamos que o índice de evasão escolar para o turno noturno teve incidência muito maior que aquele apresentado para o turno vespertino.

Caracterização também relevante a se conhecer do perfil dos alunos desistentes diz respeito à verificação dos índices de evasão por gênero. Segundo Brito e Vianna (2006), por gênero entende-se um conjunto de atributos socialmente instituídos para categorizarem e classificarem homens e mulheres.

Gráfico 3 – A evasão por gênero

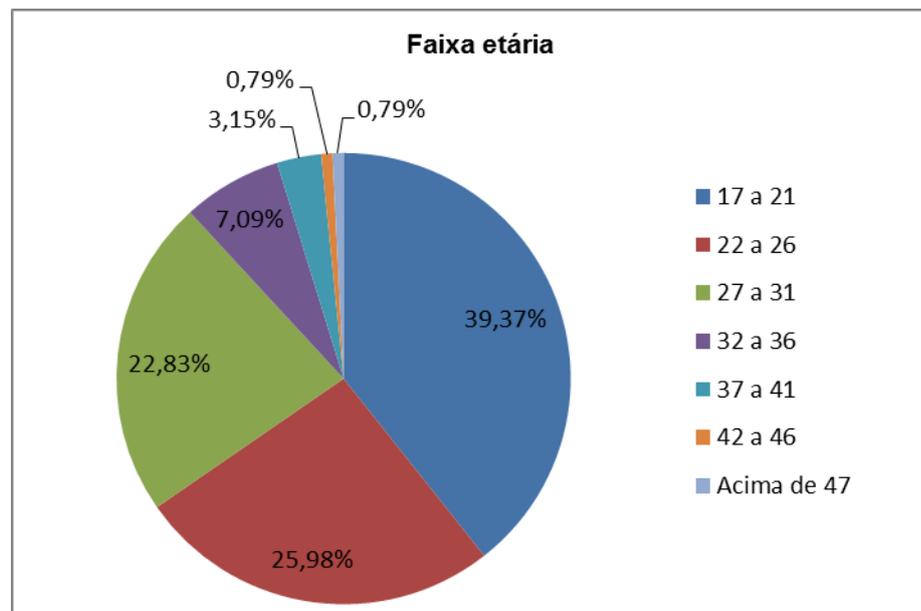


Fonte: elaborado pela autora/2015

Neste caso, é possível constatar um percentual de 80,31% de alunos desistentes do sexo masculino e 19,69% do sexo feminino. Dessa forma, é correto afirmar que há o predomínio de alunos do sexo masculino dentre os evadidos do curso.

Por conseguinte, no gráfico 4 são explicitadas as informações referentes à faixa etária dos alunos desistentes.

Gráfico 4 – A evasão por faixa etária

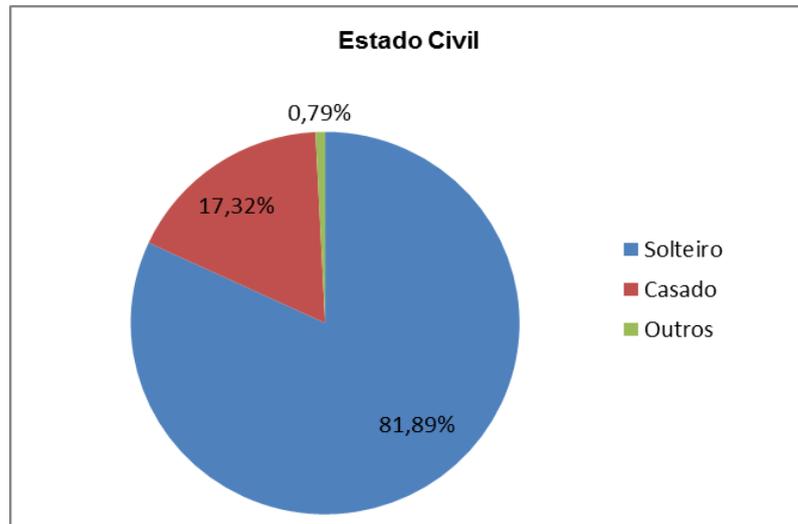


Fonte: elaborado pela autora/2015

Pode-se constatar por meio dos dados encontrados que a maior parte dos discentes evadidos situa-se na faixa etária entre 17 a 21 anos (39,37%). Já 25,98% dos desistentes tinham entre 22 a 26 anos e 22,83% com idades entre 27 a 31 anos. Apresentando menores percentuais temos 7,09% alunos entre 32 a 36 anos, 3,15% com idades entre 37 a 41 anos e menos de 1% para aqueles entre 42 a 46 anos e acima de 47 anos. Portanto, percebemos nesse contexto que o maior percentual de evadidos se concentra entre os estudantes mais jovens.

Quanto ao estado civil dos 127 alunos evadidos no momento em que abandonaram de forma definitiva o curso foram encontradas as informações expressas no Gráfico 5 a partir das quais percebe-se que 81,89% dos alunos que abandonaram a instituição eram solteiros e 17,32% casados, evidenciando o maior quantitativo de alunos solteiros desistentes.

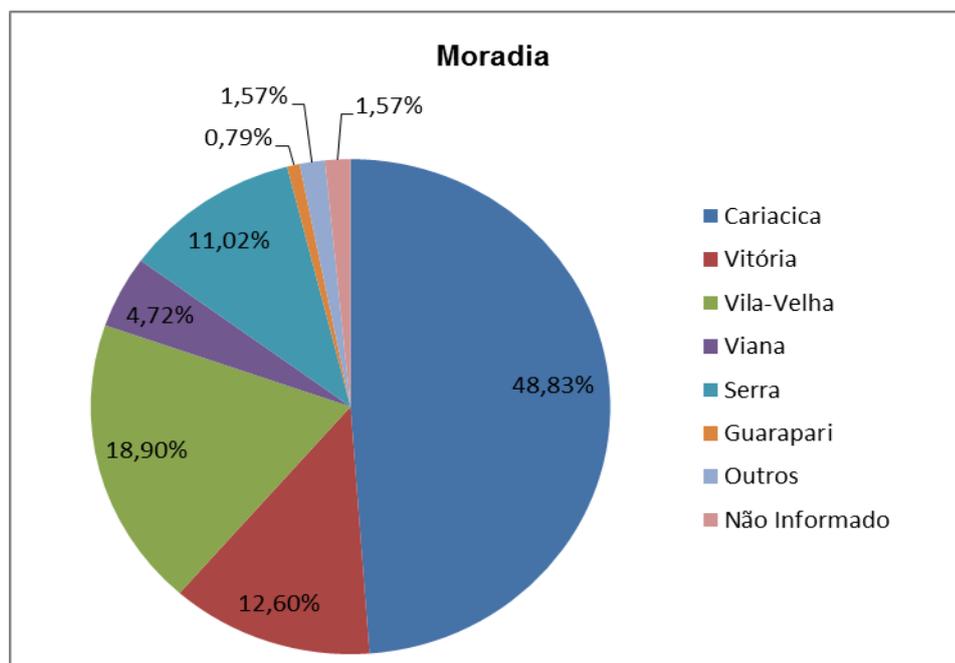
Gráfico 5 – Estado civil dos alunos evadidos



Fonte: elaborado pela autora/2015

Já em relação ao local de moradia desses alunos, as informações expostas do gráfico 6 identificam a sua cidade de residência.

Gráfico 6 – Cidade de moradia

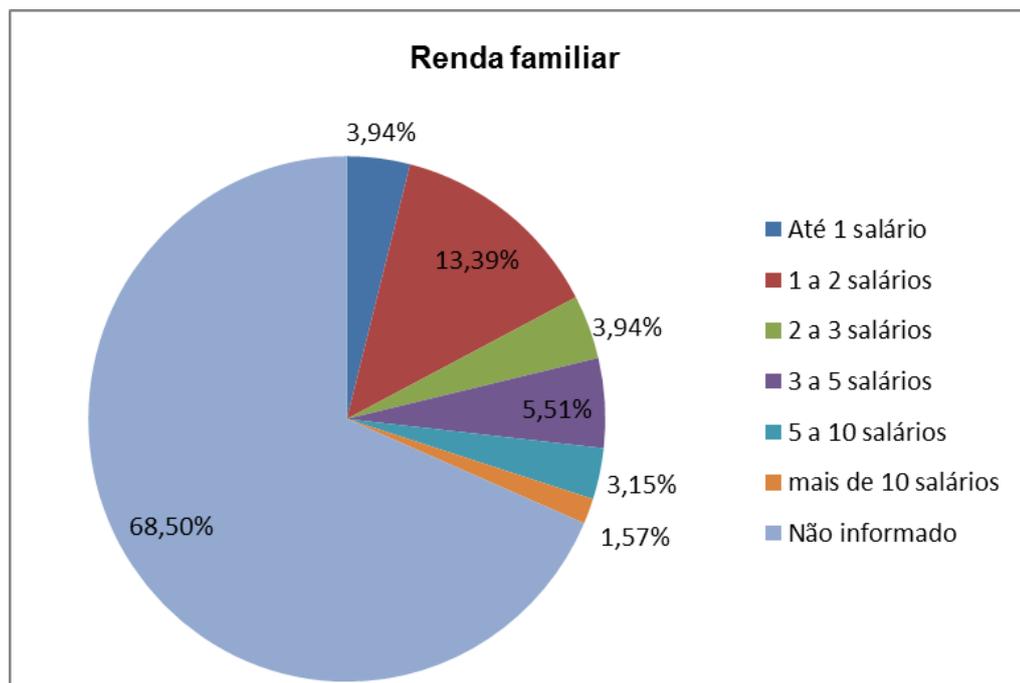


Fonte: elaborado pela autora/2015

Nota-se que o maior percentual dos alunos evadidos residia no município de Cariacica, o equivalente a 48,83%, quase a metade do total de desistentes. Neste caso, é válido destacar que se trata da cidade na qual se localiza a instituição pesquisada. Para os outros municípios foram verificados os seguintes dados: residentes em Vitória correspondiam a 12,60%, residentes em Vila Velha o equivalente a 18,90% e moradores de Viana somavam 4,72%. Já no município da Serra moravam 11,02% dos alunos. Dados percentuais menores referiam-se a cidade de Guarapari (0,79%) e outros municípios (1,57%).

E por fim, pretendeu-se verificar a renda familiar desses alunos a partir das informações declaradas nas fichas de matrícula preenchidas ao ingressarem na instituição.

Gráfico 7 – A renda familiar



Fonte: elaborado pela autora/2015

No entanto, para a análise dessa característica do perfil dos discentes evadidos constatou-se que a maioria não havia informado dados a respeito de sua renda familiar, quando 68,50% não declararam tal informação, impossibilitando uma interpretação da real situação dos alunos nesse aspecto.

Das informações registradas foi possível verificar que 3,9% dos alunos apresentavam renda familiar de até 1 salário, para 13,39% deles essa renda compreendia entre 1 a 2 salários e para 3,94% entre 2 a 3 salários. Já englobando entre 3 a 5 salários estavam 5,51% dos alunos, entre 5 a 10 salários eram 3,15% e para mais de 10 salários apenas 1,57%.

Diante dos dados apresentados é possível perfilar os alunos evadidos em sua maioria como matriculados no turno noturno (42,68%), do sexo masculino (80,31%), com faixa etária entre 17 a 21 anos (39,37%), solteiros (81,89%) e residentes no município de Cariacica (48,83%).

Feitas tais considerações, entendemos que os dados obtidos pela parte quantitativa da pesquisa são também norteadores, quando por meio destes será possível delinear um cenário que facilite a identificação dos motivos que culminaram na evasão escolar, os quais serão demonstrados pela parte qualitativa da pesquisa a seguir, enfatizando desde logo que as duas formas de coletar dados – quanti e quali – são complementares.

4.3.2 Análise qualitativa da pesquisa: entrevistas com alunos evadidos

Após analisados os dados referentes aos métodos quantitativos, passemos ao cunho qualitativo da pesquisa o qual se volta para a tentativa de responder questões muito particulares, que trabalha com o universo de significados, aspirações, relações e processos. Dessa forma, os dados quantitativos em conjunto com os dados qualitativos se complementarão, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente (Minayo, 2001).

Nessa perspectiva, dando continuidade à coleta de informações que visam contribuir para a construção das respostas aos nossos objetivos, buscou-se verificar o contexto motivador da evasão escolar mediante entrevista semiestruturada (APÊNDICE A) com uma amostra dos alunos evadidos. Na tabela 2 é exposta a caracterização do perfil dos alunos evadidos à época da entrevista.

Tabela 2 – Características dos evadidos entrevistados

ENTREVISTADO	GÊNERO	IDADE	ESTADO CIVIL	CIDADE DE MORADIA
A	Masculino	25	Solteiro	Cariacica
B	Masculino	44	Casado	Vila-Velha
C	Masculino	18	Solteiro	Cariacica
D	Feminino	26	Solteira	Cariacica
E	Masculino	32	Casado	Cariacica
F	Masculino	32	Casado	Serra
G	Feminino	35	Casada	Vitória
H	Masculino	33	Casado	Serra
I	Masculino	19	Solteiro	Cariacica
J	Masculino	19	Solteiro	Cariacica

Fonte: informações dadas pelos entrevistados/2015.

As falas dos respondentes foram coletadas por tal entrevista e aqui trouxemos fragmentos delas que serão acareadas com o referencial teórico estudado. Lembramos ao leitor que, como forma de preservação da identidade dos respondentes, chamaremos os entrevistados por letras.

Inicialmente pretendeu-se verificar qual foi o principal motivo que levou o estudante a deixar o curso em questão, por isso, a primeira pergunta refere-se ao maior fator motivador da desistência. A questão mais destacada pelos entrevistados evidencia a falta de perspectiva de ingresso no mercado de trabalho para a área do curso. Dos dez alunos ouvidos, quatro disseram ter abandonado o Curso de Ferrovias especialmente por esse motivo e outros quatro o citaram como fator que contribuiu para sua decisão. Os outros dois não possuíam como foco primordial o mercado de trabalho.

Foi possível perceber que para eles a entrada no curso significava a oportunidade certa de conseguir um emprego e uma boa colocação no mercado de trabalho, realidade que se mostrou contrária assim que vivenciaram o cotidiano do curso.

Tal situação pode ser ilustrada por algumas falas dos entrevistados ao afirmarem:

Percebi que o mercado de trabalho não absorveria todos os alunos formados em uma área tão específica (Entrevistado H, 33 anos).

Em conversa com amigos que terminaram o curso antes, vi que a maioria não conseguia emprego nessa área (Entrevistado A, 25 anos).

Não foi tudo o que foi prometido, não havia vagas para todos (Entrevistada G, 35 anos).

Ouvia que quem entra no Ifes já sai empregado, mas não era isso o que estava acontecendo em nosso curso (Entrevistado I, 19 anos).

Gostava do curso, mas o principal problema era a falta de oportunidade de trabalho, já que só existe uma empresa do ramo que emprega nessa área em nosso estado e se eu não conseguisse entrar lá perderia dois anos de estudo (Entrevistado E, 32 anos).

O contexto posto nos remete à reflexão a partir da análise feita por Cardoso, Carniello e Santos (2011) sobre tal realidade ao verificarem que os crescentes e vultosos investimentos em educação profissional de forma mal planejada resultam na implantação de cursos profissionalizantes que não viabilizam a inclusão do aluno no mercado de trabalho, provocando dúvidas quanto à eficiência do ensino profissional. E complementam ainda:

Muitas vezes, a rápida expansão tem feito com que muitas destas escolas sejam implantadas sem o devido planejamento e sem a preocupação de que atendam realmente o mercado de trabalho da região onde estão inseridas. A falta de planejamento na implantação destas instituições, e, por conseguinte a má escolha dos cursos oferecidos por elas gera um problema que também tem sido alvo de diversas políticas públicas na área da educação: a evasão escolar (CARDOSO; CARNIELLO; SANTOS, 2011, p. 4).

Conforme avalia Velasco (2014), alunos matriculados em cursos técnicos subsequentes ou concomitantes buscam, primordialmente, qualificação para o ingresso ou uma melhor colocação no mercado de trabalho. No entanto, quando se deparam com a falta de conexão de alguns cursos com a demanda ou a prática desse mercado acabam evadindo.

Cheguei a conseguir estágio na única empresa do estado que contratava alunos em formação na área de ferrovias, um dos poucos da minha turma a conseguir e foi decepcionante! O estágio foi ruim, pois não trabalhei com nada do que vi no Ifes. Fui para a área administrativa de um setor de ferrovias que não explorou o potencial do que eu havia aprendido até então e para ficar na área específica de ferrovias deveria fazer cursos complementares na própria empresa. Por isso, mesmo devendo apenas uma matéria para concluir o curso decidi abandonar (Entrevistado H, 33 anos - informação verbal).

Nesse sentido, Cardoso, Carniello e Santos (2011) evidenciam a necessidade de preocupação por parte dos dirigentes das instituições em realizar constantes estudos

da região para então decidir por cursos profissionalizantes mais ajustados às demandas do mercado de trabalho. Ressaltam também a necessidade de realização de estudos mais abrangentes que permitam o desenvolvimento de um projeto para a implantação de novos cursos profissionalizantes e a adequação dos cursos já existentes, para que a instituição efetivamente cumpra seu papel como propulsora do desenvolvimento regional.

Por conseguinte, outro principal motivador citado para a desistência foi a aprovação em curso superior, dito por três alunos. Suas falas mostraram que ao amadurecerem seus objetivos e anseios em relação ao futuro profissional se depararam com a prioridade de ingressarem em um curso de graduação com o qual se identificassem e pudessem ser mais valorizados profissionalmente. Verificou-se que tais alunos haviam acabado de sair do ensino médio ou cursavam o terceiro ano concomitantemente ao primeiro módulo do curso.

Decorrente disso, destacamos o ponto de vista de Dore e Lucher (2011) ao afirmarem que, por vezes, a evasão na educação profissionalizante pode representar tanto oportunidades de experimentação profissional, o que se refere à mobilidade, quanto estar atrelada à instabilidade e à falta de orientação quanto aos rumos profissionais que se deseja seguir. Dessa forma, o estudante pode escolher um curso em uma determinada área, interrompê-lo e mudar de curso após amadurecer sua opção profissional, e assim, permanecer no mesmo nível de ensino ou eixo tecnológico, como interromper o curso técnico e ingressar no curso superior.

Para essa situação concordamos com o posicionamento exposto por Ristoff (1995, p.25):

[...] não é fracasso – nem do aluno nem do professor, nem do curso ou da instituição – mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural do crescimento dos indivíduos faz sobre suas reais potencialidades.

Já dita por dois entrevistados, também foi citada como razão central para o abandono do curso a dificuldade em conciliar o horário de trabalho com o horário dos estudos e o cansaço decorrente dessa jornada. Para eles trabalhar era uma necessidade já que ajudavam financeiramente suas famílias. Em suas falas tal situação ficou clara:

Estávamos passando por dificuldades financeiras e precisava trabalhar, mas o horário do meu trabalho mudou, muitas vezes precisava ficar lá até às sete e meia da noite e não estava conseguindo chegar para as aulas (Entrevistado B, 44 anos).

Eu trabalhava em uma loja de jogos porque precisava trabalhar. Saia de lá às cinco da tarde e chegava para as aulas em cima da hora ou na maioria das vezes atrasado, era cansativo demais! Essa correria até atrapalhava o meu desempenho nos estudos (Entrevistado I, 19 anos).

Esse motivador nos remete aos estudos de Bruns (1987) que já apontavam como causa frequente para o abandono escolar a necessidade de ingresso dos estudantes no mercado de trabalho devido a sua situação socioeconômica e a dificuldade de conciliação do trabalho com os estudos.

Meksenas (1992) complementa ao afirmar que devido à necessidade de trabalhar e obter renda estes sujeitos acabam por encontrar dificuldade na conciliação entre estudo, trabalho e questões financeiras, principalmente para os frequentadores dos cursos noturnos, quando a exaustão provocada por um longo dia de trabalho pode ser motivo de baixo rendimento e culminar na evasão escolar.

[...] Ainda pode-se falar da necessidade que o aluno tem de trabalhar para ajudar a família, fato que provoca cansaço no período diurno, reduzindo o grau de aproveitamento escolar à noite. Todos esses fatores, associados à falta de perspectiva social, fazem com que a luta pela sobrevivência se sobreponha às questões educacionais (MENEZES, 2010, p.4).

Nessa direção, Johann (2012) faz a importante ressalva de que a evasão escolar nem sempre é um fenômeno provocado exclusivamente por fatores existentes dentro da escola, mas a maneira como a vida se organiza fora dela acaba interferindo na decisão de prosseguir ou abandonar os estudos. As pesquisas nesse sentido examinam tal variável como sendo causa não institucional, ou seja, refere-se a fatores externos à escola. Trata-se daquela situação não controlada diretamente pela instituição, mas para a qual pode oferecer algum apoio.

E por fim, para um dos entrevistados a causa principal destacada para o abandono do curso se referiu à dificuldade em assimilar os conteúdos das disciplinas e o baixo rendimento decorrente disso, apesar da dedicação aos estudos. Em suas palavras:

Estudar no Ifes para mim sempre foi um sonho e o curso que eu consegui entrar foi esse de Ferrovias e eu me matriculei. Fui levando o curso com muita dificuldade, principalmente nas disciplinas da área de elétrica.

Estudava muito e não avançava e isso foi me desanimando. Não conseguia aprender as matérias, até assistia vídeo-aulas e não conseguia atingir a meta. Isso me dava sensação de fracasso, me sentia muito mal e depressivo (Entrevistado C, 18 anos – informação verbal).

Este motivador é relacionado por vários autores brasileiros ao contexto do fracasso escolar, sendo caracterizado por situações de permanência desqualificada na escola, reprovação e repetência. Pode ser o resultado de fatores psicológicos, referentes aos aspectos cognitivos e psicoemocionais do próprio aluno, e/ou institucionais, decorrentes dos métodos de ensino utilizados pela escola, desdobrando-se na falta de autoestima por parte do aluno devido a sua incapacidade para assimilar o que é ensinado. O fato é que esse déficit de aprendizagem compromete o avanço do estudante, contribuindo para sua reprovação, retenção e conseqüente evasão.

Nessa perspectiva, Dubet (1997) nos alerta principalmente sobre o papel fundamental da escola, a qual precisa se conscientizar que trabalha com alunos diferentes em termos de desempenho escolar, por isso, os programas de ensino não devem ser feitos para um aluno que não existe, “já que em geral estes programas são feitos para um aluno extremamente inteligente” ou atendem apenas alguns estudantes em detrimento de outros. Ainda para o autor, as instituições precisam verificar seus programas e ambições de modo que os alunos não sejam colocados em situações de fracasso, “é preferível ensinar menos coisas, mas que de fato elas sejam aprendidas” (DUBET, 1997, p. 12).

A estes argumentos, Johann (2012) acresce que o papel da escola é fundamental na combinação de fatores que irão definir o sucesso na trajetória escolar do aluno e seria incoerente acreditar que somente o aluno é responsável pelo fracasso escolar. Dessa maneira, é preciso estar atento à dimensão pedagógica do processo escolar, “buscando compreender o que se passa dentro dos muros da escola e principalmente dentro de cada sala de aula, identificando assim possíveis fatores que possam produzir o fenômeno da evasão escolar” (JOHANN, 2012, p.76).

Dando continuidade à entrevista, buscamos identificar por meio da segunda pergunta se outros fatores, além daquele considerado como o principal, contribuíram para a decisão do estudante de abandonar o curso. Dessa forma, para seis dos dez entrevistados houve a junção de outras circunstâncias que o levaram à evasão, as

quais foram expostas por eles: morar longe da instituição; localização ruim da escola, dificultando seu acesso; infraestrutura ruim; professores inflexíveis; linhas de ônibus demoradas e coletivos sempre lotados; oportunidade de trabalho em outra área de formação; falta de diálogo e informações a respeito de vagas de estágio e emprego; além da falta de oportunidade de trabalho, dito por aqueles que não a citaram como fator principal.

Vale destacar que os desistentes os quais citaram a localização e a infraestrutura ruim da escola foram alunos que estudaram no prédio provisório onde o *Campus Cariacica* do Ifes funcionou desde o início de suas atividades no ano de 2006, até o ano de 2012, no bairro São Francisco, em Cariacica. A partir de 2013, suas atividades migraram para a sua sede definitiva, com maior e melhor estrutura, no bairro Itacibá, em Cariacica.

Fazendo uma análise das motivações citadas, é oportuno aqui recordar as palavras de Dore e Lüscher (2011, p.776) ao afirmarem que “a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive” e diagnosticá-las e entendê-las são pontos cruciais para encontrar soluções para o problema, já que para cada situação levantada existirá um caminho a ser trilhado.

Dessa forma, os motivos expostos pelos alunos como fatores que os levaram a evadirem-se do curso nos mostram que realmente é necessário associar a investigação sobre a evasão escolar ao estudo de fatores sociais, institucionais e individuais que podem interferir na decisão desses estudantes sobre permanecer em um curso ou abandoná-lo antes de sua conclusão, ressaltando a necessidade de considerar desde o contexto social mais amplo desse indivíduo, como questões econômicas, sociais, políticas, culturais e educativas que permeiam sua trajetória, até suas próprias escolhas, desejos e possibilidades individuais.

Por conseguinte, como forma de buscar maior entendimento desse contexto de desistência escolar, perguntamos também aos alunos em nossa entrevista se procuraram resolver os problemas que os levaram a desistir do curso. A maioria, oito dos dez entrevistados, respondeu não a essa pergunta. Estes alegaram não haver por parte deles o que resolver já que saíram em virtude de situações como:

aprovação em curso superior ou porque precisavam trabalhar e devido à distância da escola não era possível conciliar os horários ou, e principalmente, pela falta de oportunidade de emprego no mercado de trabalho para a área de formação do curso. Em suas falas:

Fui aprovada em um curso superior que era o meu sonho, precisei abrir mão do curso técnico e me dedicar ao que eu realmente queria (Entrevistada D, 26 anos).

Não tinha como resolver, precisa trabalhar e tive que optar pelo trabalho. São situações que fazem parte da vida (Entrevistado I, 19 anos).

Não era possível resolver a situação de falta de oportunidade no mercado de trabalho. Até conversei com o coordenador do curso antes de desistir, mas ele disse que não poderia fazer nada quanto a isso, então não vi solução para o problema (Entrevistado F, 32 anos).

Os outros dois entrevistados disseram ter procurado resolver os problemas existentes e que estavam prejudicando sua permanência na instituição, no entanto, não foi suficiente para evitar suas desistências:

Consegui mudar o meu horário no trabalho e passei a sair mais cedo, mas a distância e o cansaço me fizeram desistir (Entrevistado B, 44 anos).

Devido a minha dificuldade nas disciplinas, intensifiquei a rotina de estudos e procurei ajuda, fui até o meu limite emocional, mas não consegui acompanhar o curso (Entrevistado C, 18 anos).

Diante das respostas anteriores, a quarta pergunta da entrevista procurou então identificar quais ações da instituição poderiam ter possibilitado a permanência desses alunos no curso. Dentre as ideias expostas destacamos: maior flexibilidade no horário das aulas ou horários alternativos para cursá-las, maior empenho em divulgar o curso e conseguir parcerias com empresas para obtenção de vagas de estágio e emprego, ou ainda, que não haveria nada que pudesse ser feito por parte da escola que auxiliasse sua permanência, isso devido ao fato dela já ter auxiliado de alguma forma ou pela sua omissão. Nesse sentido, destacamos a fala de dois alunos:

Tudo que poderia ser feito pela escola foi feito. Tive suporte pedagógico, psicológico, ajuda da assistente social e dos professores que fora do horário de aula me ajudavam com as dúvidas e dificuldades que eu tinha (Entrevistado C, 18 anos).

Não haveria nada que a instituição pudesse fazer para me convencer a terminar o curso, pois até então ouvimos muitas promessas e poucas realizações, a escola não cumpriu nada. O coordenador era ausente e não tínhamos vagas para trabalho (Entrevistada G, 35 anos).

Tais falas nos mostram duas situações existentes no contexto da evasão escolar: uma em que a instituição participa no auxílio aos alunos com dificuldade de aprendizagem e iminência de abandono escolar e outra em que não há coerência entre o ofertado pela escola e a realidade fora dela, principalmente se tratando da realidade para alunos matriculados em cursos técnicos, que visam em sua maioria o ingresso no mercado de trabalho.

Nesse sentido, verificamos a importância de um trabalho de apoio contínuo à aprendizagem por parte da instituição, seja por equipe multidisciplinar ou por parte dos próprios professores, de forma a acompanhar efetivamente alunos que apresentem dificuldades nesse processo oferecendo suporte pedagógico, psicológico e de ensino, ressaltando a necessidade de melhorias constantes nesse acompanhamento, com a formação continuada em serviço e a criação de condições que considerem as reais possibilidades de cada aluno a partir de suas especificidades, visando à sua permanência na instituição.

Por outro lado, refletimos sobre a necessidade da oferta de vagas para cursos técnicos que estejam em consonância com a demanda do mercado de trabalho, a partir do qual devem ser atualizados projetos e matrizes curriculares dos cursos, visando suprir a exigência de formação profissional adequada ao perfil que o público externo exige. E não só isso, divulgar amplamente os cursos existentes ao potencial mercado local e nacional, assim como, buscar parcerias com empresas para alocação de seus alunos formados ou em processo de formação são ações relevantes.

É válido destacar que o projeto pedagógico do curso em questão e a sua matriz curricular passaram por algumas reformulações ao longo dos nove anos de oferta, “em atenção às necessidades específicas do mercado regional e às mudanças na legislação educacional” (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FERROVIAS, 2013, p.4). Porém, tais mudanças aconteceram pautadas na possibilidade do aumento de investimentos no setor ferroviário e seu crescimento, o que acabou não

acontecendo de forma satisfatória, já que não houve o aumento de procura de mão de obra nesta área de formação.

A importância da prática pela instituição das ações descritas se justifica a partir das expectativas que os alunos possuem em relação a ela e ao curso quando o iniciam. Para a maioria dos entrevistados, ao optarem pelo Ifes e pelo curso técnico em Ferrovias buscavam uma formação de qualidade e um curso de excelência para o ingresso no mercado de trabalho, ilustradas pelas falas:

O Ifes é uma escola conceituada e com ensino de qualidade, buscava uma boa formação técnica. Os professores são bons e competentes. Gostei de frequentar o curso, mas no momento o mercado nessa área não está bom (Entrevistado J, 19 anos).

Fiquei super feliz ao entrar no Ifes e pensei: a vida vai mudar. Tinha a expectativa de me qualificar e arrumar um bom emprego, mexer com ferrovias na área técnica (Entrevistado F, 32 anos).

Tinha expectativa de entrar rápido no mercado de trabalho, ter uma formação profissional para trabalhar nessa área (Entrevistada G, 35 anos).

Apenas para um dos entrevistados a expectativa inicial em relação ao curso era diferente:

Para mim era um sonho estudar no Ifes, não importava o curso. O Ifes era mais que um padrão de ensino. Entrei para o curso que consegui ser aprovado, o meu foco principal não era o mercado de trabalho (Entrevistado C, 18 anos).

Nesse sentido, os autores Silva, Pelissari e Steimbach (2013, p.12) já discutiam a respeito da existência de “uma visão essencialmente positiva, idealista e fetichizada sobre a tecnologia e seus cursos”, visão essa responsável pela elevada procura e também pelo alto índice de abandono dos cursos técnicos. Somam-se a isso, as suposições em relação ao alto número de vagas no mercado de trabalho, mostrando que muitas vezes as visões são superficiais a respeito do contexto geral dessa modalidade de ensino.

Dando continuidade à discussão, perguntamos também aos entrevistados se achavam que teriam perdido alguma oportunidade ao desistirem do curso. Por cinco deles foi dito que nenhuma oportunidade poderia ter sido perdida já que não havia perspectivas de emprego. Um entrevistado disse que talvez, mas nenhuma

oportunidade efetiva chegou até ele e para os outros quatro que indicaram uma resposta positiva, a justificaram dizendo que seria a oportunidade de uma formação integral oferecida por uma instituição federal de qualidade, o contato com bons professores e seu conhecimento, o convívio com outros alunos no ambiente escolar e a troca de informações e experiências.

E esse último aspecto exposto pelos alunos nos direciona aos estudos de Costa (2004) que já evidenciavam sua preocupação com a situação da evasão escolar devido ao fato de levar os alunos a perderem, principalmente, a oportunidade de interagir com outras pessoas em um ambiente letrado, deixando de se relacionar socialmente e perdendo a oportunidade da convivência culta.

E, para finalizar a ampliação do nosso conhecimento no contexto da evasão escolar a partir da realidade dos alunos evadidos, foi perguntado aos entrevistados se possuíam vontade de retornar ao curso para concluí-lo. Apenas três deles não pensariam em voltar de forma alguma, por não visualizarem qualquer benefício profissional decorrente disso, então achavam que seria uma perda de tempo. Já os outros sete disseram que voltariam principalmente para terminar o que foi iniciado, “encerrar o ciclo” e ampliar os conhecimentos, sem maiores perspectivas, mas que se surgissem oportunidades na área seriam bem aceitas.

CAPÍTULO V – DISCUSSÕES E CONCLUSÃO

5.1 O COMBATE À EVASÃO ESCOLAR

Após a verificação do quantitativo de alunos evadidos no Curso Técnico em Ferrovias do *campus* Cariacica do Ifes, na modalidade concomitante, a caracterização de seu perfil e a identificação dos motivos inerentes à decisão de desistência por parte deles, podemos refletir acerca de importantes ações que podem ser desempenhadas pela instituição com o intuito de evitar novas desistências.

Isso porque, salienta-se o importante papel da escola em relação ao contexto do abandono escolar, pois o estudante está diretamente vinculado a ela em seu dia a dia. Portanto, “é necessário, antes de tudo, que a escola tome todas as iniciativas que lhe cabem, visando à permanência do estudante no sistema educacional” (PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR DO PARANÁ, 2013, p.4).

Dessa forma, a partir dos resultados obtidos e respaldadas pelo referencial teórico estudado é possível apresentar, de acordo com a visão do pesquisador, sugestões que visam minimizar a incidência da evasão escolar nesse contexto, já que percebemos elevada taxa de abandono.

Tendo em vista que a maior parte dos alunos ingressou no curso técnico com o objetivo de conseguirem uma boa formação para ingressarem no mundo do trabalho e se depararam com uma realidade diferente de suas expectativas, destacamos a relevância do planejamento institucional comprometido com constantes estudos da região onde está inserida para então decidir por cursos profissionalizantes mais ajustados às demandas do mercado de trabalho. Além disso, a articulação da escola com empresas locais e regionais visando manter currículos contextualizados, divulgação dos cursos técnicos e parcerias para obtenção de vagas de estágio ou emprego em troca da oferta de mão de obra qualificada.

Importante também destacar a necessidade de reconhecer quando um curso técnico não corresponde mais às expectativas do mercado para o qual se destinava, ou

quando não há mais demanda do mercado de trabalho por tais profissionais, devendo a instituição replanejar a sua oferta.

Cobra e Braga (2004) já diziam que um dos maiores desafios das instituições de ensino é entender que os alunos não têm interesse meramente na conclusão de um curso técnico, estes na verdade buscam adquirir uma formação profissional de sucesso e conhecimentos capazes de promovê-los gerando empregabilidade. Esta inserção do aluno ao mercado passou a ser o diferencial de muitas escolas, pois aquelas que conseguem um maior índice de empregabilidade para seus estudantes tendem a ter vantagens de captação e manutenção de alunos frente às demais.

Outra relevante ação remete a intensificação de apoio contínuo ao processo de aprendizagem do estudante por parte de uma equipe multidisciplinar composta por pedagogos, psicólogos, assistente social, coordenadores de curso e sua articulação com os docentes, promovendo o acompanhamento das atividades acadêmicas dos alunos e detectando a necessidade de intervenções devido a problemas de aprendizagem, dificuldades de relacionamento ou dificuldades financeiras. O Ifes já desenvolve o trabalho de acompanhamento aos alunos por todos esses profissionais. No entanto, sua articulação nem sempre ocorre de forma sincronizada e, muitas vezes, não é possível identificar com a antecedência necessária o aluno em risco iminente de evadir-se e evitar o abandono.

Para que esse trabalho aconteça de forma efetiva é necessário que todos os profissionais estejam sensibilizados com a problemática da evasão escolar e tenham a oportunidade de formação continuada em serviço para que busquem estratégias que assegurem a permanência e o sucesso da aprendizagem dos estudantes ainda matriculados na instituição de acordo com a necessidade de cada um, a partir da oferta de assistência estudantil, bolsas de estudo e monitoria, assistência sócio educacional, reestruturação das disciplinas e ressignificação do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido em sala de aula, dentre outros.

E para que todas as ações de acompanhamento sejam respaldadas pela realidade de cada curso e modalidade de ensino ofertado é crucial que seja estruturado um projeto de controle, acompanhamento e contenção da evasão escolar, adotado como política pelo instituto em seu planejamento de desenvolvimento institucional e

desenvolvido por cada *campus* visando a compreensão do fenômeno e a busca de estratégias para a contenção da evasão escolar e melhoria da qualidade educativa.

Para isso é necessário conhecer, controlar e acompanhar a evasão escolar através do levantamento do quantitativo de evadidos por período e por curso, assim como, entender os motivos que levam os estudantes à desistência, sistematizar os dados e buscar alternativas para minimizar as situações que propiciem o abandono.

Difícilmente se investiga os que já não frequentam estabelecimentos de ensino, inclusive pelas dificuldades de acesso a essa população, que se encontra, via de regra, dispersa em diferentes contextos sociais. Cabe salientar a importância de ampliar o conhecimento sobre estes jovens que poderiam ainda estar na escola angariando melhores condições para um ingresso mais qualificado no mundo do trabalho (CARVALHO, 2000, p.1-2).

Vale destacar que desde o ano de 2013 foi estruturado o projeto intitulado: “Políticas de estudos e contenção da evasão, retenção e reprovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo”, desenvolvido por representantes do Fórum de Gestão Pedagógica (FGP) do Instituto perante o reconhecimento da existência e gravidade da problemática da evasão verificada no âmbito do Ifes.

O documento orienta ações e políticas a serem implementadas pelos diversos *campi* para que se possa intervir de forma significativa na contenção dos índices de evasão, fundamentadas em um trabalho cotidiano consistente. No entanto, nenhuma discussão foi feita sobre o assunto e poucas ações orientadas pelo projeto foram institucionalizadas ou adotadas pelo *campus* Cariacica, deixando de discutir sobre o assunto e abrindo mão de desenvolver um trabalho profícuo em torno da problemática da evasão escolar.

Portanto, de maneira geral é importante ressaltar a necessidade de introduzir políticas, programas e ações institucionais voltados para o conhecimento e o enfrentamento do fenômeno da evasão escolar, a partir do envolvimento dos profissionais da educação em cada contexto específico existente e buscando as melhores estratégias para auxiliar a permanência do estudante na escola.

O problema da evasão não pode ser analisado de modo simplista. Nossa responsabilidade é criar ações de combate e mobilizar as pessoas de forma adequada, sensibilizando para o problema na tentativa de promover um debate sério com diretrizes de ações concretas. [...] A instituição deve repensar o seu papel, atualizar, inovar seus programas e projetos

pedagógicos e ter ações proativas de combate à evasão (CANELA, 2013, p. 2).

5.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da realidade de que a evasão escolar apresenta-se como fenômeno persistente em todas as modalidades de ensino ao longo da história da educação brasileira, esta dissertação procurou analisar e compreender tal fenômeno nas turmas do Curso Técnico em Ferrovias ingressantes entre o ano de 2006 e 2014, na modalidade concomitante ao ensino médio, ofertado pelo *campus* Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo, sendo o primeiro curso estruturado na instituição e inédito no país ao iniciar suas atividades.

Para tanto, a investigação foi orientada em seu percurso pelos objetivos propostos, os quais buscaram verificar o quantitativo de alunos evadidos no curso em questão e a análise dos números obtidos, caracterizar o perfil destes alunos à época da desistência quanto ao turno de estudo, gênero, idade, estado civil, local de moradia e renda, como também, identificar as causas responsáveis pelo abandono do curso e ampliar a compreensão desse contexto. Diante disso, para alcançar resultados condizentes com a realidade os estudos pautaram-se na pesquisa bibliográfica, documental, estatística e de campo.

A apresentação dos dados estatísticos sistematizados por meio da coleta de dados em documentos internos da instituição nos alerta para a elevada taxa de abandono presente em todas as turmas ofertadas. Os percentuais variaram de 23,44% a 62,85% para as taxas de evasão escolar verificadas e os números apresentados se mostraram crescentes e preocupantes, principalmente a partir das turmas ingressantes em 2007/2 até a última turma iniciada em 2014/2.

Tal preocupação se evidenciou quando utilizamos como parâmetro dados nacionais da evasão escolar divulgados pelo Tribunal de Contas da União em seu último relatório, no qual calculou as taxas médias de evasão do país e destacou dentre os cursos com as piores situações de abandono escolar àqueles de nível médio, na

qual cursos médios concomitantes e subsequentes apresentaram um percentual de abandono igual a 19%, considerado pelo estudo como sendo uma taxa elevadíssima. Em nossa pesquisa, o menor percentual de evasão verificado para as turmas ofertadas para o Curso de Ferrovias, que se enquadra na categoria concomitante, foi de 23,44% e uma evasão global equivalente a 37,13%.

Dessa forma, identificar e sistematizar o quantitativo de alunos evadidos se mostra como importante ação para o conhecimento e a visualização do real panorama da evasão escolar e é o primeiro passo para a verificação da problemática existente, a qual nem sempre é reconhecida ou assumida pela instituição. Além disso, esses números fornecerão embasamento para o direcionamento de ações que visem o controle e a contenção dos números de abandono escolar.

De posse desses dados foi possível delinear a caracterização do perfil dos alunos evadidos no curso em questão quando verificamos que, em sua maioria, eram matriculados no turno noturno (42,68%), do sexo masculino (80,31%), com faixa etária entre 17 a 21 anos (39,37%), solteiros (81,89%) e residentes no próprio município de Cariacica (48,83%). Quanto à renda familiar, constatou-se que a maioria não havia informado seus dados quando identificamos que 68,50% não declararam tal informação, impossibilitando uma interpretação da real situação dos alunos nesse aspecto.

Acredita-se que as características referentes aos alunos evadidos variem de acordo com o grupo estudado e são influenciadas por variáveis como o curso ofertado, a modalidade de ensino, o turno de estudo, dentre outros. Dessa forma, é correto afirmar que todas essas perspectivas mostram a relevância de se conhecer as características do grupo dos alunos que não concluíram determinado curso, já que também se constituem importante fonte de informações para a compreensão do fenômeno da evasão escolar e, em complementariedade com os dados numéricos, contribuem como subsídio para o delineamento de ações institucionais voltadas a sua prevenção.

E não seria possível entender a amplitude deste fenômeno sem buscar o conhecimento das causas que permearam a decisão de abandonar o curso por parte dos estudantes e o contexto no qual isso ocorreu. Portanto, depois de feitas as

considerações anteriores, buscamos em nossa pesquisa identificar os motivos que culminaram na evasão escolar. Para isso, uma amostra estratificada de dez alunos evadidos foi selecionada de forma aleatória com base nos dados identificados do perfil predominante e com os quais se desenvolveu uma entrevista semiestruturada, momento de diálogo no qual os alunos contatados se mostraram muito solícitos e sinceros, ressaltando em sua maioria a surpresa, e até mesmo a satisfação, do interesse em conhecer suas motivações para a desistência do curso.

Nesse momento foi possível verificar a importância de dar voz aos sujeitos envolvidos no processo educacional sendo relevante destacar que eles sentem necessidade de falar, serem ouvidos e reconhecidos. Valorizar esse diálogo e compreendê-lo em sua essência pode contribuir para a reorganização de práticas da instituição em prol de melhorias no processo de ensino e aprendizagem, das políticas educacionais e auxiliar na elaboração de propostas que garantam a permanência dos estudantes na escola.

Portanto, decorreu-se deste diálogo a identificação dos diversos motivos que culminaram na situação de evasão escolar, tendo sido destacado como principal deles aquele relacionado à falta de perspectivas de ingresso no mercado de trabalho. Dos dez alunos ouvidos, quatro disseram ter abandonado o Curso de Ferrovias especialmente por esse motivo e outros quatro o citaram como fator que contribuiu para sua decisão. Os outros dois desistentes evidenciaram que não possuíam como foco primordial o mercado de trabalho. Dessa forma, tal constatação nos faz refletir a respeito do papel social incumbido à instituição ao ofertar um curso técnico para o qual a maioria dos jovens se matricula em busca de melhor qualificação para ingressar no mundo trabalho e ter frustrada essa expectativa acaba provocando dúvidas quanto à eficiência do ensino profissional.

Para evitar essa situação percebemos que é crucial haver um planejamento institucional comprometido com a oferta de cursos profissionalizantes mais ajustados às demandas do mercado de trabalho, assim como, a articulação com empresas locais e regionais visando manter currículos contextualizados, divulgação dos cursos técnicos e parcerias para obtenção de vagas de estágio ou emprego em troca da oferta de mão de obra qualificada, ou até mesmo, o reconhecimento de quando um curso técnico não corresponde mais às expectativas do mercado para o qual se

destinava ou quando não há mais demanda do mercado de trabalho por tais profissionais, replanejando a sua oferta.

Outros motivos para a desistência foram identificados a partir da entrevista tais quais foram ditos: aprovação e ingresso em curso superior, dificuldade em conciliar o horário de trabalho com o horário dos estudos e o cansaço decorrente dessa jornada, dificuldade em assimilar os conteúdos das disciplinas e o baixo rendimento decorrente disso.

Além dos ditos motivos principais, identificamos que outras causas contribuíram para a decisão de desistência como morar longe da instituição; localização ruim da escola, dificultando seu acesso; infraestrutura ruim; professores inflexíveis; linhas de ônibus demoradas e coletivos sempre lotados; oportunidade de trabalho em outra área de formação; falta de diálogo e informações a respeito de vagas de estágio e emprego.

Diante dos dados levantados, percebemos que a evasão escolar se revela realmente como um processo complexo, dinâmico e cumulativo, influenciada por um conjunto de situações relacionadas tanto ao estudante quanto à escola, associadas a fatores sociais, institucionais e individuais. Assim, diversas causas podem surgir ou se modificar com o decorrer do tempo e com as transformações na vida, na cultura das sociedades e nas políticas educativas e institucionais.

Em tempo de concluir, destacamos também que os crescentes índices de evasão verificados na educação técnica profissionalizante é motivo de preocupação devido às consequências acarretadas a toda comunidade escolar. Essas consequências resvalam sobre a sociedade, as indústrias locais, o governo, o aluno e sua família, à medida que dificulta o acesso a melhores oportunidades de trabalho, e principalmente, a gestão das instituições de ensino, quando impactam sobre o seu resultado financeiro com o desperdício de recursos públicos para a manutenção de vagas já não ocupadas.

No entanto, apesar da relevância do tema para a sociedade e para as instituições de ensino e de sua discussão vir ganhando destaque nos dias atuais, constatou-se que muito ainda há para se avançar em termos práticos na tentativa de combater e prevenir a evasão escolar. Para isso, a sistematização de estudos para que haja

maior explicitação e visibilidade do problema precisa ser prioridade e nortear ações transformadoras a serem implementadas em cada realidade escolar identificada, a partir da sensibilização e comprometimento de todos os sujeitos envolvidos.

Portanto, muito ainda há que se evoluir nos estudos do fenômeno da evasão escolar e o seu conhecimento mais completo e confiável só poderá ser alcançado por meio de um verdadeiro programa integrado de pesquisas que identifique causas internas e externas, dando assim a necessária dimensão da totalidade característica de uma avaliação do sistema de ensino.

Enfim, ao término deste trabalho espera-se que devido à magnitude do assunto outros estudos possam dar continuidade às pesquisas e abrangendo os demais sujeitos envolvidos na problemática da evasão escolar como professores, coordenadores de cursos e gestores, auxiliando desta forma não só as instituições de ensino profissionalizantes, mas contribuindo de alguma maneira para a construção de um país melhor por intermédio da educação e o aprimoramento de suas políticas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ensino médio: múltiplas vozes**. Brasília: UNESCO/MEC, 2003.

ABRAMOVICZ, Anete; MOLL, Jaqueline (Orgs.). **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

ARAUJO, Alberto Borges. Educação Tecnológica para a indústria brasileira. **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica**, v.3, Brasília, 2010.

ARAÚJO, Cristiane F. de; SANTOS, Roseli A. dos. **A educação profissional de nível médio e os fatores internos/externos às instituições que causam a evasão escolar**. International Congress on University – Industry Cooperation. São Paulo: Taubaté, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação e exclusão da cidadania. In BUFFA, Ester. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Fracasso/sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos**. Em Aberto, Brasília, v.17, n.71, p.33-40, jan. 2000.

_____. **Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais?** Currículo sem Fronteiras, v. 3, p. 28-49, 2003.

AZEVEDO, Francisca Vera Martins de. **Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Expedito Alves”**. 2011. Disponível em: http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2/... Acesso em: 11 ago. 2014.

BATISTA, Santos Dias; SOUZA, Alexsandra Matos; OLIVEIRA, Júlia Mara da Silva. **A evasão escolar no ensino médio: um estudo de caso**. Revista Profissão Docente, Uberaba, v.9, n.19, 2009.

BENVINDO, Janete Martins da Silva. **Causas e consequências da evasão no cotidiano escolar**. Curso de especialização em gestão escolar – Universidade Federal de Tocantins. Araguaína: Tocantins, 2010.

BISSOLI, Ana Cristina da Silva. **Evasão escolar: o caso do Colégio Estadual Antônio Francisco Lisboa**. Disponível em: http://www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/artigos/educacao/evasao_escolar> Acesso em: 20/08/2014.

BONADEO, Leila; TRZCINSKI, Clarete. Fatores determinantes da evasão escolar: as dificuldades de acesso à educação profissional e as possibilidades de intervenções do serviço social. **Revista Técnico-científica do SENAC-DF**, Brasília: p. 117-124, Jul – Dez, 2006.

BONETI, Lindomar W. (coord.). **Educação, Exclusão e Cidadania**. Ijuí: Unijuí, 2003.

BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna M.B. O Estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil (1971-1981). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.64, n.147, p.38-69, maio/ago.1983.

BRANDÃO, Zaia. *et al.* **Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

BRITO, R. S.; VIANNA, C. **Gênero, raça/etnia e escolarização.** Seminário fazendo gênero, 2006, São Paulo. **Anais...** p.1-7 Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/R/Rosemeire_dos_Santos_Brito_23.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2014.

BRUNS, M.A.T. **Evasão escolar: causas e efeitos psicológicos e sociais.** Campinas, São Paulo, 1987. Dissertação de mestrado em educação na área de psicologia educacional, Faculdade de educação – UNICAMP.

BUENO, José Lino. **A evasão de alunos.** Jornal da USP, São Paulo, USP, 14 a 20 de junho de 1993.

BRASIL / MEC / CONAE. **Conferência Nacional de Educação.** 2010. Disponível em: <<http://conae.mec.gov.br>> Acesso em 07/09/2014.

BRASIL / MEC / SETEC. **Educação profissional técnica de nível médio integrado ao ensino médio.** Documento Base. Brasília / DF, 2009.

BRASIL / MEC / SETEC. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília, Abril de 2004.

BRASIL / MEC. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).** Brasília, 2007.

BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório anual 2012.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 01/09/14.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar de 2008.** Brasília, 2007.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo. **Relatório de auditoria da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica,** 2013. Disponível em: http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/programas_governo/areas_atuacao/educacao/Relatorio%20de%20Auditoria%20-%20Educacao%20Profissional.pdf. Acesso em: 29/07/14.

BRASIL. **Censo da educação profissional.** Brasília: INEP/MEC, 2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso 25/08/2014.

_____. **Decreto nº. 2.208 de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art.36 e os art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/setec/dec2208_17abr97>. Acesso em: 30/08/2014.

_____. **Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/setec/dec5154_23jul04/>. Acesso em: 30/08/2014.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 25/08/2014.

_____. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 1, 30/12/2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pradime:** Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. 176 p. (Caderno de Textos; v.1).

_____. Ministério da Educação. **Histórico da Educação Profissional.** Brasília: DF. Ministério da Educação. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acesso em: 31/10/14.

_____. Ministério da Educação. **TCU cobra MEC sobre evasão e falta de professor em institutos federais,** 2013. Disponível em <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013.htm/>. Acesso em 28/06/2014.

_____. **O plano de desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas – PDE –** Ministério da Educação, 2007.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BZUNECK, J. A. A motivação do aluno: Aspectos introdutórios. In: BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A. (Eds.) **Motivação do aluno:** Contribuições da Psicologia Contemporânea. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 09-36.

CALDAS, Eduardo de Lima. **Combatendo a evasão escolar.** 2006. <http://www2.fpa.org.br/>>. Acesso em: 08/06/2014.

CAMARGO, Douglas B. **Evasão escolar na primeira série do ensino médio:** desafios e superações. Dissertação apresentada ao programa de mestrado em educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina. Santa Catarina, 2011.

CANELA, João dos reis. **Ações proativas para evitar a evasão nas universidades públicas brasileiras.** Disponível em: <<http://unimontes.br/index/php/component/content/article/162-reitoria/>>. Acesso em: 28/05/2015.

CARDOSO, B. de B. V.; CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. **Evasão escolar e mercado de trabalho:** o papel da escola técnica no desenvolvimento regional. In: Encontro latino americano de iniciação científica e encontro latino americano de pós-graduação, 10, 2011, São José dos Campos-SP. Anais eletrônicos. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba – Unip, 2011. Disponível em <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/RE_0036_0088_01.pdf> Acesso em 17/08/2014.

CARDOSO, Claudete Batista. **Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão.** 2008. 123 p. Dissertação de mestrado em Educação – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas e rebeldias: a juventude em questão.** São Paulo: Editora Senac, 2003.

CASTRO, Luciana Paula Vieira; MALACARNE, Vilmar. **Evasão escolar: um estudo nas licenciaturas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Universidade Estadual de Maringá,** 2011.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Evasão escolar: causas e consequências.** Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE/SEED/PR. Paraná, 2008.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje.** Porto Alegre: Artmed, 2005.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** Ed. 5. São Paulo: Cortez, 2001.

COBRA, M.; BRAGA, R. **Marketing educacional: ferramentas de gestão para Instituições de ensino.** Espírito Santo: Cobra / Hoper, 2004. 148 p.

CONIF. **Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** 2013. Disponível em: <<http://www.conif.org.br/ultimas-noticias/596-rede-federal-completa-cinco-anos-de-concepcao-inovadora>> Acesso em: 14/09/2014.

CONNELL, Raewyn. **The men and the boys.** Australia: Allen & Unwin/Britain: Polity Press/United States: University of California Press, 1999/2000.

COSTA, Maria Helena Ribeiro. **As causas da evasão escolar: um estudo de caso numa unidade de ensino da rede municipal de Salvador.** Monografia apresentada ao curso de especialização da Associação Baiana de Educação e Cultura – ABEC. Salvador, 2004.

CRAVO, Ana Cristina. **Análise das causas da evasão escolar do curso técnico de informática em uma faculdade de tecnologia de Florianópolis.** Gestão Universitária na América Latina. Universidade de Santa Catarina, 2011.

CRUZ, Patrícia Nassif da. **A importância do papel do ensino profissionalizante face ao processo de industrialização de Juiz de Fora.** 2010. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/c8-Art4.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

CUNHA, Luis Antônio. Ensino médio e ensino profissional: da fusão á exclusão. In: **reunião anual da ANPED**, Caxambu, 1997.

DORE, Rosemary; Lüscher, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de pesquisa**, v. 41, n. 144, set./dez. 2011.

DUBET, François. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. Entrevista concedida a Angelina Teixeira Peralva e Marília Pontes Sposito. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5 e 6, p. 222-231, 1997.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **REP – Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n.1, Passo Fundo, p.112-124, jan./jun.2010.

FÓRUM DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO: EVASÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 31 de maio de 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANET – Associação Nacional de Educação Tecnológica; Centro Paula Souza; Conselho Regional de Química – IV Região; Instituto Federal – São Paulo; Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo; SENAC - O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; SENAI - O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SINTEC - Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado de São Paulo; SINTESP - Sindicato dos Tecnólogos do Estado de São Paulo, 2011. Disponível em: <http://temp.oitcinterfor.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/ifp/c_psouza/forum.pdf>. Acesso em: 17/02/14.

FREITAS, Kátia Siqueira de. Gestão Educacional e Evasão de Estudantes. XXII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. **Cadernos Anpae**: Por uma Escola de Qualidade para Todos. Porto Alegre: novembro de 2007.

_____. **Alguns estudos sobre evasão e persistência de estudantes.** Revista Científica. São Paulo, v.11, n.1, p. 247-264, jan./jun. 2009.

FREITAS, Adriana de. **A formação de professores para a educação profissional técnica de nível médio**: a experiência do Centro Paula Souza. Dissertação de mestrado em Tecnologia – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, 2010.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **O Tempo de permanência na escola e as motivações dos sem- escola.** Coordenação Marcelo Côrtes Neri. Rio de Janeiro: FGV/Ibre, CPS, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>>. Acesso em: 13 jun.2014.

GATTI, Bernadete A. *et al.* **A reprovação na 1ª série do 1º grau**: um estudo de caso. Cadernos de pesquisa, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n.38, p. 3-13, ago. 1981.

_____. Estudos quantitativos em educação. In: **Educação e pesquisa**. São Paulo, v.30, n1, p.11-30, jan./abr.2004.

GAIOSO, Natalícia Pacheco de Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil.** Dissertação de mestrado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GLAVAM, Rafael Bianchini; CRUZ, Helio Alves da. **Estudo da evasão escolar dos cursos profissionalizantes em uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de santa Catarina – SENAI**. X Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGET, 2013.

JOHANN, Cristiane Cabral. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul – Rio - Grandense**: um estudo de caso no campus Passo Fundo. 2012. Dissertação de mestrado – programa de pós-graduação em educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

KAEFER, Carin Otília; LEAL, Francine Ziegler. **Evasão escolar**: uma expressão da questão social no contexto da escola. 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012>> Acesso em: 18/06/2014.

KIPNIS, B.A. Pesquisa institucional e a educação superior brasileira: um estudo de caso longitudinal da evasão. **Linhas críticas**. Brasília, v.06, n.11, p.17-32, jul./dez. 2000.

LOPEZ, Fernanda Leite; MENEZES, Naércio Aquino. **Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil**. Pesquisa e Planejamento Econômico, n.32, 2002.

MACHADO, Marcela R.L.; Moreira, Priscila R. **Educação profissional no Brasil, evasão escolar e transição para o mundo do trabalho**. Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARUN, Dulcinéia Janúncio. **Evasão escolar no ensino médio**: um estudo sobre trajetórias acidentadas. Dissertação apresentada ao programa de estudos em educação. PUC: São Paulo: 2008.

MEC/SESU. **Comissão especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras**. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC. 1997. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001613.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2014.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação**: Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1992.

MENEGOLLA, M. **Didática**: aprender a ensinar. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1989.

MENEZES, José Dércio. **A problemática da evasão escolar e as dificuldades de escolarização**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-problematica-da-evacao-escolar-e-as-dificuldades-da-escolarizacao-2761092.html>>. Acesso 20 mai. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOISÉS FILHO, J. G. **Qualidade de ensino e eficiência técnica no ensino superior privado**: o caso do Distrito Federal. Dissertação de mestrado em Administração - Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2006.

MORAES, Eliana Rocha Passos Tavares de. **Evasão escolar**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/748-4.pdf>>. Acesso em: 28 jul.2014.

NASCIMENTO, Aniele. **Evasão é causa de renda menor**. 18/05/2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br>>. Acesso em: 11 de setembro de 2014.

NERI, Marcelo Côrtes. **Motivos da evasão escolar**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. **TCU aponta déficit de professores e evasão de 24% nos institutos federais**. 03/04/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/04/tcu-aponta-deficit-de-professores-e-evasao-de-24-nos-institutos-federais.html>. Acesso em: 25/07/2014.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de. **Evasão escolar de alunos trabalhadores na EJA**. Cefet - MG, 2012.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

_____. (Org.) O sistema escolar brasileiro: notas sobre a visão oficial. In: **Introdução à psicologia escolar**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

_____. A miséria do mundo no terceiro mundo. In: **Mutações do cativoiro**: escritos de psicologia e política. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2000.

PAIVA, Vanilda. *et al.* Revolução educacional e contradições da massificação do ensino. **Contemporaneidade e Educação**. Rio de Janeiro: n. 3, 1998.

PARANÁ, Secretaria da Educação. **Programa de combate ao abandono escolar**. Coordenação de gestão escolar, 2013.

PEIXOTO, M. C. L.; BRAGA, M. M.; BOGUTCHI, T. F. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso da UFMG. **Avaliação** - Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas, vol. 8, n.1, mar, 2003, p.161-189.
PEREIRA, Luiz Felipe Scherwenski. **Violência e evasão escolar**. (2003). Disponível em: <<http://www.al.urcamp.tche.br/ViolenciaEvasaoEscolar.doc>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **Expansão da Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_caldas.pdf/>. Acesso em: 23/07/2014.

QUEIROZ, Lucineide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar**: para se pensar na inclusão escolar. 2010. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

REINERT, José Nilson; GONÇALVES, Wilson José. **Evasão escolar**: percepção curricular como elemento motivador no ensino para os cursos de administração – estudo de caso. X Colóquio Internacional Sobre Gestão Universitária na América do Sul. Mar Del Plata, dezembro de 2010.

RISTOFF, Dilvo. **Evasão**: exclusão ou mobilidade. Santa Catarina, UFSC, 1995.

RUMBERGER, R. W. (2006a). Why students drop out of school. In G. Orfield (Ed.), *Dropouts in America: Confronting the graduation rate crisis* (pp.131-155). Cambridge: Harvard Education Press.

RUMBERGER, R. W. (2006b). What can be done to reduce the dropout rate? In G. Orfield (Ed.), *Dropouts in America: Confronting the graduation rate crisis* (pp.243-254). Cambridge: Harvard Education Press.

SANTANA, Claudinei Alves. **Evasão escolar de jovens e adultos em curso profissionalizante de farmácia**: causas e consequências. Monografia apresentada ao

curso de pós - graduação em planejamento educacional e docência da Escola Aberta do Brasil. Vila-Velha/ES, 2010.

SANTANA, Arlene Pereira. **Evasão escolar em escolas públicas municipais rurais localizadas em Montes Claros**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros: MG, 1996.

SCHARGEL, Franklin P; SMINK, Jay. **Estratégias para Auxiliar o Problema de Evasão Escolar**. Rio de Janeiro: Dunya, 2002.

SILVA, Mônica Ribeiro da; PELISSARI, Lucas Barbosa; Steimbach, Allan Andrei. **Juventude, escola e trabalho**: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n.2, p. 403-417, abr./jun.2013.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Caderno de Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, p.641-659, set./dez. 2007.

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. São Paulo: Centauro, 2005.

SOUZA, Antônia de Abreu; SOUSA, Tássia Pinheiro; QUEIROZ, Mayra Pontes; SILVA, Érika Sales Lôbo. **Evasão escolar no ensino médio**: velhos ou novos dilemas? Vértices, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n.1, p.25-37, jan./abr.2011.

SUETH, José Candido Rifan [et al.]. **A trajetória de 100 anos dos eternos titãs**: da escola de aprendizes artífices ao Instituto Federal. Vitória, ES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2009.

TIBALLI, Elianda F. A. **Fracasso escolar**: a constituição sociológica de um discurso. Tese de doutorado. PUC: São Paulo, 1998.

VALENTE, Luiz Maurício. **Evasão escolar nas instituições de ensino superior**. 2013. Disponível em: <<http://www.cartaconsulta.com.br/espacodocoordenador>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. Cadernos Pedagógicos da Liberdade, 2; 3. Ed. São Paulo: Libertad, 1995.

VELASCO, Alejandra Meraz. Movimento Todos pela Educação: **oferta de ensino técnico profissional no Paraná dobra em quatro anos**. 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/oferta-de-ensino-tecnico-profissional-no-parana-dobra-em-quatro-anos-44v5fakh9s23yah8uhalz29fy>. Acesso em: 29/07/14.

VELOSO, T. C. M. A.; ALMEIDA, E. P. de. Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá: um processo de exclusão. Por Tereza Christina M. A. Veloso e Edson Pacheco de Almeida. In: **Reunião anual da ANPED**, 2001, Caxambu - MG. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes>, acesso em 17. jul.2014.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIGOTSKY, L. S.; COLE, M. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS ALUNOS EVADIDOS

- 1) Qual foi o principal motivo para ter deixado o curso?
- 2) Outros fatores contribuíram para a sua decisão?
- 3) Você procurou resolver os problemas que o levaram a desistir do curso?
- 4) Quais ações da instituição poderiam ter possibilitado sua permanência no curso?
- 5) Quais eram as suas expectativas em relação ao curso quando o iniciou?
- 6) Perdeu oportunidades ao desistir do curso? Quais?
- 7) Você retornaria para finalizar o curso?